

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

FERNANDO COELHO COSTA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 16/08/2017



UMA LEITURA SOBRE AS PRÁTICAS RELIGIOSAS DA ALIANÇA BÍBLICA
UNIVERSITÁRIA DO BRASIL

Faculdade Unida de Vitória

Vitória - ES
2017

FERNANDO COÊLHO COSTA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 16/08/2017



UMA LEITURA SOBRE AS PRÁTICAS RELIGIOSAS DA ALIANÇA BÍBLICA
UNIVERSITÁRIA DO BRASIL

Trabalho final de Mestrado profissional
para obtenção de grau de Mestre em
Ciências das Religiões Faculdade Unida
de Vitória.

Programa de Pós-graduação em Ciências
das Religiões.

Linha de pesquisa: Religião e Esfera
Pública

Orientador: Dr. Wanderley Pereira da Rosa

Vitória - ES
2017

Costa, Fernando Coêlho

Uma leitura sobre as práticas religiosas da Aliança Bíblica Universitária do Brasil / Fernando Coêlho Costa. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

vii, 101 f. ; . 31 cm.

Orientador: Wanderley Pereira da Rosa

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

Referências bibliográficas: f. 98-101

1. Ciências das religiões. 2. Religião e esfera pública. 3. Práticas religiosas. 4. Missão. 5. ABUB. - Tese. I. Fernando Coêlho Costa. II. Faculdade Unida de Vitória, 2017. III. Título.

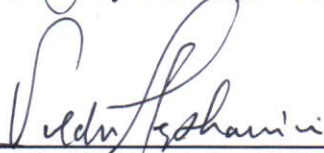
FERNANDO COELHO COSTA

UMA LEITURA SOBRE AS PRÁTICAS RELIGIOSAS DA ALIANÇA
BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL

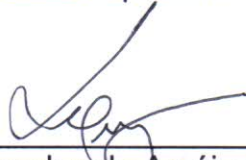
Dissertação para obtenção do grau
de Mestre em Ciências das
Religiões no Programa de Mestrado
Profissional em Ciências das
Religiões da Faculdade Unida de
Vitória.



Doutor Wanderley Pereira da Rosa – UNIDA (presidente)



Doutor Valdir Stephanini – UNIDA



Doutor Lyndon de Araújo Santos - UFMA

RESUMO

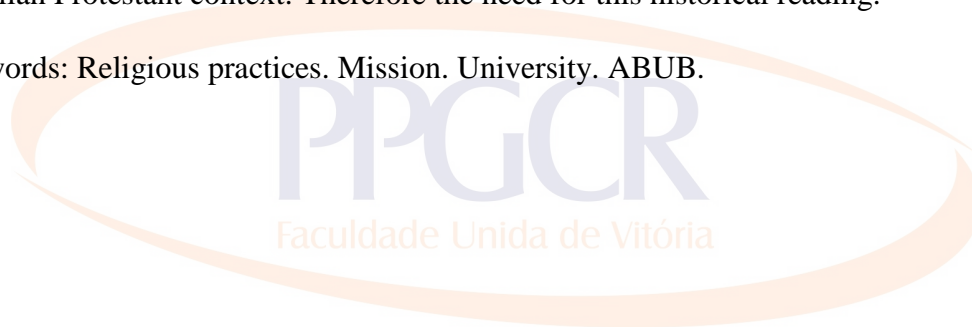
O principal objetivo desta pesquisa é investigar, a partir da perspectiva das Ciências das Religiões, como as práticas religiosas da Aliança Bíblica Universitária do Brasil foram construídas e mantidas no decorrer de suas seis décadas. Para isso, lançou-se mão de documentos oficiais da instituição, pesquisas de outras organizações nas quais a ABUB – em certo sentido – teve alguma relação, e foi desenvolvida uma leitura histórica sobre o contexto de formação da ABUB no Brasil, no qual o cenário protestante da primeira metade do século XX foi o pano de fundo. Na pesquisa, dados importantes sobre diferentes movimentos missionários estudantis presentes no Brasil antes da chegada da ABUB, mostram que houve uma colisão de interesses e grupos diferenciados em estágios presentes no início da década de 1960. As práticas missionárias da ABUB passaram por fases semelhantes às dos grupos anteriores, mas as mudanças no contexto sociopolítico e religioso brasileiro da segunda metade do século XX forjaram novas condições que colocaram a singularidade de crença e a pluralidade política da ABUB em constantes tensões. A presença da ABUB nas interfaces universidade-sociedade-igreja a tornaram objeto de estudo singular e relevante, da qual esta pesquisa pretende contribuir de forma histórica e crítica e de memória dessa organização que se identifica como evangélica, missionária e estudantil. Termos não tão fáceis de se compreender, se for levado em consideração o fragmentado contexto protestante brasileiro. Por isso a necessidade dessa leitura histórica.

Palavras-Chave: Práticas religiosas. Missão. Universidade. ABUB.

ABSTRACT

The main aim of this research is to investigate, from the Religious Sciences perspective, how the religious practices of the Brazilian Biblical University Alliance, in Portuguese Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), were built and maintained during its six decades. For this purpose, official documents of the institution were used, researches by other organizations in which ABUB had any linkage and a historical reading was developed in the context of ABUB formation in Brazil, situated in the Protestant scenario of the first half of the twentieth century. In the research, important data on different student missionary movements present in Brazil before the arrival of ABUB, shows that there was a collision of interests and stage differentiated groups present in the early 1960s. ABUB's missionary practices went through similar stages than the previously mentioned groups, but changes in the Brazilian socio-political and religious context of the second half of the twentieth century forged new conditions that put ABUB's singularity of belief and political plurality in constant tension. The presence of ABUB in the University-Society-Church interfaces made it an object of singular and relevant study, of which this research intends to contribute in a historical, critical and memory way of this organization that identifies itself as evangelical, missionary and student oriented. Terms not so easy to understand if one takes into account the fragmented Brazilian Protestant context. Therefore the need for this historical reading.

Keywords: Religious practices. Mission. University. ABUB.



AGRADECIMENTOS



Sou grato a:

Maria Luisa, mulher que viveu e trouxe amor e um profundo e marcante significado para mim do que é viver. Ao meu pai Gilberto, grande homem.

Bernardo e Luísa, filhos do meu coração e da minha juventude. Vocês são heranças vivas. Patrícia, a quem amo desde a juventude e cujo amor possibilita tantos elos de existências.

A todos os familiares, amigos e profissionais que me encorajaram durante a pesquisa.

Associação Basileia, pelo apoio financeiro.

Faculdade Unida, pelo profissionalismo.

Ao movimento missionário estudantil na América Latina e suas inúmeras histórias, especialmente as vividas no Norte do Brasil.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACA - Associação Cristã Acadêmica.
- ACEB - Aliança Cristã Evangélica do Brasil.
- ABUB - Aliança Bíblica Universitária do Brasil.
- AEvB- Aliança Evangélica Brasileira
- CEB - Confederação Evangélica do Brasil
- CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano.
- CIEE - Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos.
- CIIC - Conselho Internacional de Igrejas Cristãs
- CLAI- Conselho Latino-Americano de Igrejas.
- CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude.
- CMI - Conselho Mundial de Igrejas
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- FTL - Fraternidade Teológica Latino-americana.
- FUMEC - Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos.
- IAPCHE - International Association for the Promotion of Christian.
- ICF - Intersity Chrstian Fellowship.
- JUC- Juventude Universitária Católica.
- LCWE - Lausanne Committee for Word Evangelization.
- REJU – Rede Ecumênica de Juventude.
- RENAS - Rede Evangélica Nacional de Ação Social.
- SRSI - Setor de Responsabilidade Social da Igreja.
- UCEB - União Cristã de Estudantes do Brasil
- UNE - União Nacional dos Estudantes.
- UTEC - União de Estudantes para o Trabalho de Cristo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 O PROTESTANTISMO BRASILEIRO E O CONTEXTO DO INÍCIO DO SÉCULO XX	11
1.1 Protestantismo brasileiro e espaço público.....	12
1.1.1 As tentativas de construção da unidade.....	15
1.2 Os primeiros movimentos missionários estudantis.....	17
1.2.1 O pensamento de Richard Shaull e as mudanças no movimento estudantil.....	20
1.3 Movimentos contemporâneos, mas com diferentes projetos.....	23
1.3.1 A ABUB e o esforço missionário da CIEE.....	24
1.4 Rupturas e continuidades: as ênfases da ABUB.....	29
2. OS CAMINHOS SEGUIDOS PELA ABUB.....	33
2.1 Movimento estudantil e a busca de um modelo.....	33
2.1.1 Movimento estudantil e afirmação missionária.....	36
2.2 A formação e o desenvolvimento do modelo.....	41
2.2.1 A formação e a literatura.....	44
2.3 A crença e as práticas da ABUB.....	48
2.3.1 A prática contextualizada e a responsabilidade social.....	54
2.3.2 Aproximações e distanciamentos: a questão católica e evangélica.....	58
3. NOVOS E VELHOS CAMINHOS.....	62
3.1 Caminhos da participação social.....	63
3.1.1 O Pacto de Lausanne.....	64
3.1.2 O Pacto de Curitiba.....	65
3.1.3 O Compromisso de Belo Horizonte.....	66
3.2 Participação social, mas de confissão evangélica.....	68
3.3 Missão e sociedade.....	70
3.4 Missão e Esperança.....	76
3.5 Diálogos com a sociedade por meio de políticas públicas.....	80
3.5.1 A Rede Fale.....	82
3.6 Tensões, consenso e posicionamento.....	84
3.7 Os limites do diálogo religioso.....	88
CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS.....	98
ANEXO A – Pacto de Lausanne (1974).....	102
ANEXO B – Pacto de Curitiba (1976).....	110
ANEXO C - Compromisso de Belo Horizonte (1983).....	114
ANEXO D – Visión Piedras Vivas CIEE (2008).....	117

INTRODUÇÃO

A presença da Aliança Bíblica Universitária do Brasil pode ser percebida nas interfaces universidade-sociedade-igreja no contexto brasileiro. Esses três elementos delineiam a história da organização estudantil, de serviço e missionária. Inicialmente a proposta dessa pesquisa era abordar como esses elementos dialogavam entre si e no decorrer de sua história. O tema do diálogo e do serviço na ABUB surgiu por ocasião do meu envolvimento de treze anos na organização, desde os anos de universitário, passando aos anos como profissional e os últimos sete anos na Assessoria de formação, lidando de forma múltipla com estudantes, organizações parceiras e igrejas.

Durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa, percebi o pouco que se tinha sobre a ABUB, eram na verdade relances de outras pesquisas que em determinado momento tocavam em assuntos nos quais a ABUB era coadjuvante. Com a exceção da publicação de *Evangélicos e mundo estudantil*, de Eduardo Quadros, o que há sobre a ABUB são tópicos ou no máximo capítulos que tratam de organizações chamadas paraeclesiais ou de identificações da ABUB com certos momentos do protestantismo recente brasileiro como o Congresso Missionário (1976) ou o Congresso Brasileiro de Evangelização (1983).

O que torna o estudo sobre as práticas religiosas da ABUB um objeto de estudo singular e relevante é preocupação com a construção e a manutenção dessas práticas e a tentativa de se encontrar os elementos fundantes, bem como de compreender sua relação com outros movimentos estudantis, protestantes e missionários e situar seu surgimento dentro do conjunto de transformações pelas quais passava o país nos aspectos sociais, econômicos, políticos e também teológicos e ideológicos.

Para tentar compreender como as relações entre crença e prática na ABUB se deram desde a década de 1960, foram utilizados como metodologia uma leitura crítica e histórica de documentos oficiais da instituição: Atas de Conselhos, Comunicados, Estatutos, bem como resultados de pesquisas sobre outras organizações que possuem alguma relação com a história da ABUB: Confederação Evangélica do Brasil, União Cristã dos Estudantes do Brasil, Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos e Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos.

Foram também utilizadas como fontes releituras de memórias escritas como *Encarnando a Palavra libertadora*, de Neuza Itioka, blogs como o Caminhos missionários e site oficial. Essa leitura sobre as práticas religiosas da organização, feita no viés da História das Religiões e dentro da perspectiva das Ciências das Religiões dialoga com produções do

tema Religião e Sociedade por meio de teses e dissertações em Ciências das Religiões, Ciências Sociais, História e Teologia.

No primeiro momento é apresentado o contexto de surgimento da ABUB, uma organização com ethos tipificado de movimento, por não ser gerida diretamente por organizações eclesiais estabelecidas dentro do que, historicamente, se chama de Igreja. Embora não seja possível afirmar que a identidade da ABUB seja única e a mesma desde sua organização, situa-se como marco temporal a relação entre seu início (fins de 1950 e início dos anos 1960) e o contexto sócio-político-religioso das primeiras décadas do século XX. A contribuição de indivíduos e organizações no debate sobre as mudanças ocorridas no período entre guerras ajuda situar os elementos fundantes da ABUB.

Esta primeira parte será composta pela descrição das principais características das práticas sócio-religiosas protestantes do início do século XX, resgatando o cenário eclesial, político e social anterior ao surgimento da ABUB. Contribui ainda para uma análise dos paradigmas fundantes radicados na ação missionária cristã protestante que objetiva uma fé pessoal, conhecer o locus da bíblia na interpretação da realidade e o modo de expandir seus ideais a partir da sua compreensão missionária. Os dados encontrados na pesquisa nos levam à percepção de que houve uma colisão de interesses e dos grupos de caráter estudantil e missionário protestantes presentes no início da década de 1960. Para isso, recorre-se à perspectiva das Ciências das Religiões, na linha de Religião e Esfera Pública.

No segundo momento o trabalho ocupa-se da identificação da ABUB como movimento estudantil e missionário, da literatura e da contextualização de sua mensagem e de como o discurso sobre a responsabilidade social tomou o lugar principal dentro do movimento. Essa preocupação com o social levou a ABUB por novos caminhos como o das parcerias e o das políticas públicas, mas também solidificou a confessionalidade expressa na aceitação de compromissos, limites e posicionamentos em questões de práticas religiosas. A multiplicidade de práticas religiosas no âmbito da ABUB pode se dá por sua capilaridade e contextualização local e pelos espaços em que ela se dispõe a atuar: universidade-igreja-sociedade.

Os novos e velhos caminhos foram e continuam sendo experimentados enquanto a ABUB se envolve nas novas e velhas questões surgidas nas interfaces universidade-sociedade-igreja. A ABUB é uma organização singular tanto dentro da CIEE, quanto no contexto protestante e universitário brasileiro por exemplificar a constante tensão entre crença e práticas como natureza institucional.

O que faz a ABUB única? Quais suas forças e vulnerabilidades? É nessa busca por respostas que os elementos: fidelidade à Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos, caráter estrutural de movimento estudantil e a importância dada à crença como elemento fundante de suas práticas, que perpassam praticamente todos os períodos da história da ABUB. São de igual modo importante o lugar que ocupam na estrutura, na crença e na história os pactos e compromissos nos quais a ABUB delimitou sua atuação. São eles respectivamente Pactos de Lausanne e Curitiba e o Compromisso de Belo Horizonte, sendo o mais recente o documento produzido pela CIEE Pedras Vivas. Juntos eles formam os limites confessionais e são os incentivos práticos no sentido religioso.



1 O PROTESTANTISMO BRASILEIRO E O CONTEXTO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

As organizações protestantes de caráter missionário foram um marco dentro do protestantismo mundial desde o final do século XIX na Europa e Estados Unidos. Havia até certo otimismo com os avanços tecnológicos e com a associação missionária à empresa expansionista. Acompanhado de progressos nessas áreas, o crescimento de grupos missionários sem a tutela das igrejas protestantes passou a distinguir os protestantes por suas práticas e ênfase ecumênica ou não. A prática religiosa dava conta de uma tentativa de boa relação entre Igreja e sociedade, porém seus limites quase nunca eram consensuais.

Nesse contexto de expansão missionária, e aproveitando as mudanças na estrutura política brasileira, é que os protestantes passaram a ser vistos como mais um grupo republicano, e por isso mesmo poderiam representar ou serem ouvidos na sociedade e na política. Tal representação não era homogênea como o posicionamento da Igreja Católica Romana no Brasil. Não era e nem poderia ser devido a fatores históricos.

Isto porque havia apenas poucos anos que a Igreja Católica deixara de ter inúmeros privilégios junto ao Estado, e necessitava modificar sua atuação na Primeira República. Robinson Cavalcanti menciona os efeitos da República e a separação entre Igreja e Estado: “Foram assegurados direitos iguais para todas as religiões. Os cemitérios foram entregues às prefeituras e o casamento civil foi instituído, desconhecendo-se os casamentos religiosos”¹. Cada uma dessas mudanças teve efeito direto na secular hegemonia da Igreja Católica.

Na República, o clero não mais seria pago pelo Estado, e as comunidades religiosas e as escolas não possuíam mais os seus privilégios. O intenso trabalho dos cardeais Sebastião Leme e Joaquim Arcoverde foi “tentar uma recristianização do Brasil, um aumento da influência do catolicismo romano na sociedade”². Nas três primeiras décadas da República, o número de dioceses havia saltado de 13 para 58, possibilitado também pela grande quantidade de sacerdotes católicos estrangeiros. A ação pastoral era voltada para as elites intelectuais e o discurso era agressivo contra o socialismo, a maçonaria e os protestantes.³

¹ CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa: Ultimato, 2002, p. 190-191.

² CAVALCANTI, 2002, p. 191.

³ CAVALCANTI, 2002, p. 191.

1.1 Protestantismo brasileiro e espaço público

O início da República no Brasil alimentou a possibilidade de expansão do protestantismo brasileiro, já presente no país desde meados do século XIX. Descentralizado em suas práticas e sem uma Sé propriamente dita, os protestantes pregavam a autonomia do indivíduo em ter acesso à bíblia e poder fazer um “livre exame” de seu conteúdo. Esses dois pontos aliados à compreensão a respeito da salvação do indivíduo de maneira diferente da tradição Católica Romana unificavam as diversas tradições protestantes que ainda eram minoria na população das grandes cidades. O Velho Continente, há pelo menos três séculos, havia sido dividido em Estados Católicos e Estados Protestantes, enquanto no Brasil catolicismo e colonialismo se fundiam.⁴

A colonização promovida pelos católicos, por meio da catequese jesuíta e a expansão religiosa patrocinada pelo Estado português, viu-se ameaçada pelo crescente apoio às ideias anticatólicas, já que “os missionários protestantes conseguiram se relacionar com setores das elites culturais e política, conquistaram simpatia dos liberais e uma aura de responsabilidade e simpatia por vender a mensagem protestantismo-progresso versus catolicismo-atraso”⁵. Nesse sentido, as primeiras décadas do século XX foram importantes dentro do cenário protestante brasileiro, pois acompanhado do desenvolvimento urbano, social e cultural, houve maior atuação e visibilidade no espaço público. Nessa fase, protestantes e católicos (e mesmo diferentes tradições protestantes) não promoviam nenhuma ação que gerasse o diálogo.

Ao analisar os sentidos de o que era ser protestante (evangélico⁶), Lyndon de Araújo Santos diz: “As ações no Brasil dos evangélicos apontavam para o fim já conhecido de antemão de uma sociedade evoluída e progressista. As ações se dariam respaldadas pelo referencial visível e indiscutível da civilização europeia e norte-americana”.⁷ A propaganda protestante no período, além de ser uma demonstração de superioridade sobre o “atrasado”

⁴ A colonização portuguesa do Brasil se deu principalmente da empresa religiosa que atuava na catequização dos nativos por meio das companhias religiosas. Na esfera política a Igreja manteve privilégios até as primeiras décadas da República. Um pouco antes do final do segundo Império, a presença de migrantes protestantes, a questão escravagista e a influência das revoluções Francesa e das treze colônias inglesas reforçaram a tensão por direitos políticos e civis de outros grupos além dos ligados à Igreja Católica Romana.

⁵ CAVALCANTI, 2002, p. 190.

⁶ Protestantes e evangélicos são referências por vezes separadas, sendo a primeira a identificação com o protestantismo histórico e a segunda com as novas denominações e movimentos. No entanto, ao se referir ao contexto religioso brasileiro do começo do século XX, pode-se utilizar os termos para referir às igrejas que reconhecem o legado da Reforma protestante e com ele se identificam: justificação pela fé, somente; prática conversionista e missionária e autoridade suprema da Bíblia em matéria de fé e prática. Nesta pesquisa, os termos são empregados como sinônimos, salvo quando por algum elemento histórico-doutrinário forem diferenciados.

⁷ SANTOS, Lyndon de A. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira*. São Luis: Edufma; São Paulo: ABHR, 2006, p. 186.

catolicismo, tentava promover certa identidade entre as igrejas, mas que “as tornassem unidades com personalidades próprias dentro da civilização”.⁸ Isso se daria a partir da articulação de um profundo pensamento teológico aliado a uma prática pastoral e ao incentivo à formação das lideranças pastoral e leiga.⁹

Essa propaganda se dava principalmente por meio de impressos que na época possuíam bastante alcance e público-alvo certo. Um desses impressos era a Revista de Cultura Religiosa. Para Lyndon de Araújo Santos, a Revista Cultura Religiosa cumpria as seguintes finalidades:

A sua tríplice finalidade era estimular estudos religiosos elevados, divulgar estudos valiosos de religião e fornecer estudos auxiliares da obra cristã. Na falta de um instituto de teologia, a publicação supriria aos leigos das diversas igrejas a instrução para sua missão. Os leigos conscientizados levariam o cristianismo às massas populares por meio da educação religiosa. Ao lado do ministério oficial, a nova vocação laica – inclusive a feminina – era constituir-se em vanguarda de civilização.¹⁰

Essa perspectiva da protestantização a partir do paradigma moderno do nacionalismo só era possível com certo amadurecimento do contexto sócio-político da Primeira República, pois nem sempre os protestantes acompanhavam essa visão. As missões protestantes históricas que atuaram em solo brasileiro, entre 1855 e 1901, possuíam certo consenso teológico e prático, além de fazerem uma defesa pública do protestantismo por meio de lutas jurídica e educacional. Há a possibilidade de chamarmos de unidade de sentido da prática protestante, pois ser protestante (evangélico), conforme Robinson Cavalcanti:

Significava um alto grau de consenso teológico, a despeito de diferenças periféricas, como sentido e forma dos sacramentos/ordenanças ou formas de governo eclesial. Esse consenso foi mantido entre as igrejas históricas brasileiras por mais de um século. Ele foi reforçado com a reação do Congresso do Panamá, de 1916, a equivocada decisão do Congresso Ecumênico de Edimburgo, de 1910, de excluir a América Latina do esforço missionário, por se tratar de um ‘continente cristão’.¹¹

Com um continente evangelizado pelo catolicismo colonial, os esforços dos países cristãos deveriam ser dedicados aos países com maioria de filiação religiosa não cristã. A repercussão desse posicionamento de Edimburgo (de 1910) promoveu, entre os protestantes latino-americanos, um esforço de apresentar uma uníssona discordância. Afinal, a

⁸ SANTOS, 2006, p. 184.

⁹ SANTOS, 2006, p. 184.

¹⁰ SANTOS, 2006, p. 186.

¹¹ CAVALCANTI, Robinson. A história dos evangélicos. *Ultimato* (online), Viçosa, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ultimato.com.br/conteudo/a-historia-dos-evangelicos>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

evangelização católica do continente fora marcada por um antiprotetantismo, com exemplos claros de proibição legal de práticas fúnebres e matrimoniais realizadas até então apenas pelo catolicismo. Em contrapartida “o discurso protestante procurou desconstruir a maciça hegemonia religiosa do catolicismo. A ‘religião’ romana era uma presença perniciosa para o Brasil ao representar o atraso do progresso moral, intelectual e material da população”.¹²

O dissenso prático-teológico entre protestantes e católicos no Brasil era notícia de jornal da época. “Embora em posições diferentes e concorrentes no campo religioso, católicos e protestantes faziam parte do mesmo campo e estavam sujeitos aos mesmos elementos ideológicos que estruturavam o campo religioso”.¹³ Havia muito em comum, mas a relação de privilégios do catolicismo com o Estado dificultou ainda mais o estabelecimento dos protestantes em solo brasileiro. “Daí que a polêmica, o antagonismo, os conflitos e as muitas acusações foram embates entre adversários, mas com perspectivas comuns não reconhecidas conscientemente”.¹⁴

O impulso dado pelo Congresso do Panamá (de 1916) foi crucial para a articulação de um órgão representativo dos protestantes que combinasse o sentimento nacional dos cristãos com uma contribuição da identidade protestante. Para Luis Longuini: “O grande propósito do congresso foi motivar os missionários para que enviassem mais esforços na evangelização das elites cultas da América Latina”.¹⁵ Ainda sobre as influências sentidas no Brasil após o Congresso, Robinson Cavalcanti afirma:

No Panamá se reafirmou a necessidade de se evangelizar – e em unidade – a América Latina com seu cristianismo nominal e sincrético. Por alguns anos uma entidade produziu um material de Escola Bíblica Dominical para a maioria das denominações, reforçando esse lastro comum, também implementado pela teologia do que se cantava nas igrejas, a partir do primeiro hinário, o ‘Salmos e Hinos’, compilados pela pioneira congregacional Sarah Kalley.¹⁶

As marcas ideológicas que acompanharam tais contribuições dos protestantes, forjadas como resposta às acusações públicas de lideranças católicas, foram o “nacionalismo, o liberalismo e o ecumenismo”, conforme Lyndon Santos:

¹² SANTOS, 2006, p. 155.

¹³ SANTOS, 2006, p. 186.

¹⁴ SANTOS, 2006, p. 186.

¹⁵ LONGUINI NETO, Luiz. *Pastoral como o novo rosto da missão*. 1997. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Escola de Comunicação, Educação e Humanidades, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, p. 114.

¹⁶ CAVALCANTI, Robinson. A história dos evangélicos. *Ultimato* (online), Viçosa, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ultimato.com.br/conteudo/a-historia-dos-evangelicos>>. Acesso em: 10 abr. 2016

Ser liberal era mais uma questão de espírito e de orientação do que a adesão a um ideário fechado e conformador de ações. [...] Estes protestantes rejeitaram o liberalismo associado ao racionalismo não evangélico e destruidor de verdades. O liberalismo era um espírito, uma maneira de ser e um estilo de vida[...]. Ao utilizar a figura referencial e mitológica de Tiradentes, a RCR fundiu os sentidos do liberalismo como um ideário político com o de um espírito de abertura e aceitação das ideias.¹⁷

1.1.1 As tentativas de construção da unidade

Nas primeiras décadas do século XX, com influência do Congresso do Panamá, foi organizada a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). A presença da CEB representou a busca por unidade e identidade protestante desde sua fundação, em 1934. A Confederação não surgiu do nada foi na verdade uma centralização de esforços que já existiam em torno da voz dos protestantes e de sua posição teológica frente à sociedade brasileira republicana. Articulistas, políticos e, principalmente, lideranças de destaque no meio eclesiástico e social contribuíram diretamente para a criação da instituição, no dia 19 de junho de 1934. A CEB reunia igrejas com lideranças nacionais, as Juntas Missionárias e as Sociedades Evangélicas.

De acordo com Lyndon Santos, os esforços já existentes eram nos campos da mídia impressa, da representação política dos interesses comuns e na cooperação entre as igrejas e organizações da época:

No Centro Brasileiro de Publicidade (1916) e, mais tarde, nas Revistas Cultura Religiosa (1922 a 1926), Sacra Lux (1935 a 1939) e Lucerna (1929-1930) encontramos lideranças como Erasmo Braga, Epaminondas Melo do Amaral, Miguel Rizzo Júnior, Vicente Themudo Lessa, Galdino Moreira, Othoniel Mota, Salomão Ferraz e outros que debatiam temas como a condição da mulher na sociedade, a educação, o voto universal, a guerra e o analfabetismo. No parlamento de 1934, o metodista e socialista Guaraci Silveira defendeu bandeiras como liberdade religiosa, ensino laico, voto feminino e universal. O processo de formação e interação de organizações, associado ao número e à intensidade das publicações, viria mais tarde cooperar na formação da Confederação Evangélica do Brasil, (...) que reuniu movimentos anteriores do mundo protestante brasileiro tais como: a União de Escolas Dominicais do Brasil (1911), depois transformada no Conselho Evangélico de Educação Religiosa (1928), a Comissão Brasileira de Cooperação (1916) e a Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil (1931).¹⁸

A polarização teológica entre as igrejas brasileiras foi cada vez mais crescente até os anos 1950. Na tentativa de promover uma cooperação entre as diferentes denominações protestantes, destacaram-se duas grandes instituições mundiais. A primeira foi o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que promovia o diálogo, práticas ecumênicas e a prestação de

¹⁷ SANTOS, 2006, p. 187.

¹⁸ SANTOS, Lyndon de A. Geração 40. *Ultimato* (online). Viçosa, 16 out. 2013. Disponível em: <<http://www.ultimato.com.br/conteudo/geracao-40>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

auxílio mútuo. A segunda instituição foi o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC), que priorizava o chamado testemunho da fé cristã no mundo. Na tentativa de uma união doutrinária entre as diversas denominações, adotou-se o credo mínimo da fé em Jesus Cristo como Deus e Salvador.¹⁹

A esfera de atuação de cada uma das organizações internacionais divergia principalmente pela diferença que possuíam na compreensão sobre a importância da Bíblia e do modo “correto” de evangelização. No Brasil, algumas das principais denominações protestantes optaram por se filiar a um dos dois organismos mundiais, mas temiam ser identificadas como muito avançadas, por um lado, ou muito conservadora, por outro. A aparente “neutralidade” em aderir a um lado ou a outro não se demonstrava quanto à teologia, que na maioria das denominações da época poderia se identificar mais facilmente com a proposta do CIIC, já que identificar-se com o CMI era assumir o criticado ecumenismo.

A CEB, que segundo testemunho de Waldo César²⁰, ex-presidente do Departamento de Mocidade, recebia recursos oferecidos por meio de projetos, mas não concordava com o ecumenismo do CMI, passou a promover espaços de discussões e conferências. Isso elevou o número de igrejas filiadas e de parcerias com inúmeras denominações. Sobre o importante papel dos organismos representativos dos protestantes até a metade do século XX, José Bittencourt Filho diz:

As Federações e Confederações de igrejas evangélicas na América Latina foram estabelecidas originalmente com o propósito de reforçar e defender o protestantismo, em virtude de sua condição minoritária. Como não poderia deixar de ser, elas refletiam os ideários das denominações que as compunham. Assim, se tratavam muito mais de organizações interdenominacionais do que propriamente ecumênicas. Esta realidade só veio a ser alterada quando passaram a promover e executar projetos sob o patrocínio do ecumenismo internacional. Tal administração e execução de projetos sociais, além de representar uma prática de intervenção social inédita para as igrejas, tiveram o efeito colateral de contribuir para a superação do denominacionalismo por meio da abertura para a sociedade circundante, que a cada novo desafio, tornava evidente a urgência da unidade.²¹

De acordo com seu papel original, as federações e confederações tiveram parte importante na manutenção do que se entendia como protestante nas décadas seguintes ao Congresso do Panamá, mas não conseguiram barrar o crescente movimento em direção às práticas ecumênicas que possuíam produção teológica consistente, lideranças internacionais e atuavam por meio de movimentos ligados às juventudes. Essas lideranças "eram

¹⁹ NAVARRO, Juan B. *Para compreender o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 118-135.

²⁰ BITTENCOURT FILHO, José. *Caminhos do protestantismo militante*: ISAL e Conferência do Nordeste. Vitória: Unida, 2014, p. 507.

²¹ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 51.

majoritariamente formados por jovens teólogos e pastores, estudantes e líderes leigos de organizações de juventude”.²² Muitos deles cooperaram na formação de grupos, instituições e movimentos. Estudar o movimento estudantil de caráter missionário nos ajudará na leitura sobre as práticas religiosas da Aliança Bíblica Universitária do Brasil.

1.2 Os primeiros movimentos missionários estudantis

Ao analisar os principais fatores que contribuíram para a bem-sucedida Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, em 1910, Juan Navarro menciona o importante papel que teve o movimento cristão estudantil. Para ele “esse movimento, fundamentalmente de leigos, terá influência decisiva no ecumenismo”²³. Para exemplificar, duas ações da Federação Universal de Movimentos Cristãos (FUMEC) deram base e ampliação aos ideais da Conferência. A primeira foi a representatividade dos delegados de estudantes cristãos que participaram da Conferência. Estavam presentes delegados de quase todo o panorama do cristianismo não romano. A segunda ação foi um ano após a Conferência, quando a Assembleia da FUMEC foi realizada em Constantinopla (Istambul), com a bênção do patriarca ecumênico, e sinalizou a aproximação do cristianismo ortodoxo. Para Juan Navarro: “Pode-se afirmar que a grande contribuição da assembleia de Constantinopla foi suscitar no mundo ortodoxo o interesse pela reconciliação com as Igrejas do Ocidente. [...] Anos mais tarde, a Federação Mundial manterá estreitos laços com a organização estudantil católica ‘Pax Romana’”²⁴.

O importante papel da federação de estudantes precisa ser lembrado, assim como os ideais que permitiram seu crescimento internacional. Sobre a FUMEC, são encontradas atualmente as seguintes informações:

Há mais de um século, a Federação Universal de Movimentos Estudantis (FUMEC ou WSCF por suas siglas em inglês) surgiu como lugar de reunião de jovens cristãos de todas as igrejas e nações. Em 1895, estudantes de 10 países norte-americanos e europeus firmaram o início da organização no castelo de Vadstena, na Suécia. Entre os principais fundadores destacam-se John R. Mott (EUA) e Karl Fries (Suécia). Historicamente, a FUMEC é a primeira organização internacional de estudantes cristãos e está presente na América Latina desde 1902.²⁵

²² MENDONÇA, Antônio G. Desafios missionários do Brasil: uma contribuição sociológica. IN: VVAA. *Sonhos em parceria*. SP: Missão Presbiteriana do Brasil, 1991, p. 134.

²³ NAVARRO, 1995, p. 121.

²⁴ NAVARRO, 1995, p. 121.

²⁵ FEDERAÇÃO UNIVERSAL DE MOVIMENTOS ESTUDANTIS CRISTÃOS. Disponível em: <<http://www.fumec-alc.org>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Sua autodenominação identitária dá conta de ser:

Uma Comunidade [...] comprometida com o diálogo, ecumenismo, a justiça social e a paz. Sua visão e missão reforçam o caráter da prática evangelizadora como um movimento que dá testemunho de Jesus Cristo, com presença ativa em toda América Latina e Caribe, comprometida com a voz profética por meio da força e orientação do Espírito Santo, e alimentada por uma esperança radical no Reino de Deus.²⁶

De igual modo, sua missão é “promover entre a comunidade estudantil um compromisso sensível, crítico e transformador da realidade latino-americana e caribenha”²⁷. Isso será alcançado por meio de um compromisso “encarnado através da participação solidária, a transformação de estruturas de injustiça, análises teológica, política/crítica e o testemunho ecumênico”²⁸. Foram com estes compromissos que a FUMEC atuou em nível latino-americano e teve em solo brasileiro sua filiação mais atuante, a UCEB.

O movimento brasileiro filiou-se à FUMEC em 1942, quando foram incorporadas a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) e a recém-criada Associação Cristã Acadêmica (ACA). O nome UCEB foi dado por ocasião do décimo quinto Congresso do movimento (1940), realizado na cidade de Castro, Paraná. Até o evento em Castro, o movimento chamava-se UTEC (União de Estudantes para o Trabalho de Cristo, 1927), que foi organizada por Erasmo Braga ainda como reflexo direto do Congresso do Panamá. A UTEC nasceu da organização dos Grêmios dos Estudantes de Cristo, presentes em escolas confessionais protestantes de origem estrangeira. Esse movimento “inicia seus primeiros passos no Metodismo e ganha corpo no Presbiterianismo, denotando ser autenticamente protestante”.²⁹

Nesse período, a Igreja Católica Romana também promoveu a criação da Associação dos Universitários Católicos (1929), que mais tarde tornou-se a Juventude Universitária Católica. O meio universitário mostrava-se avesso à presença religiosa, fosse pelo discurso, fosse pelas organizações estudantis de cunho religioso, pois o encantamento com a filosofia positivista era visível no mundo estudantil.

Por isso os objetivos da UCEB acompanhavam as tentativas de expansão feitas pelo protestantismo de missão da época, ou seja, “suas ênfases estavam em torno de uma proposta

²⁶ FEDERAÇÃO UNIVERSAL DE MOVIMENTOS ESTUDANTIS CRISTÃOS. Disponível em: <<http://www.fumec-alc.org>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

²⁷ FEDERAÇÃO UNIVERSAL DE MOVIMENTOS ESTUDANTIS CRISTÃOS. Disponível em: <<http://www.fumec-alc.org>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

²⁸ FEDERAÇÃO UNIVERSAL DE MOVIMENTOS ESTUDANTIS CRISTÃOS. Disponível em: <<http://www.fumec-alc.org>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

²⁹ COPPE, Moisés A. *Piedade, responsabilidade, política: história e memória da UCEB*. Belo Horizonte: Filhos da Graça/Noah Edições, 2015, p. 143-144.

proselitista/conversionista”³⁰. Nessa busca por converter estudantes ao protestantismo, os congressos promovidos pela UCEB davam espaço nas programações para testemunhos pessoais, com vista à evangelização de participantes, conforme registro de Wilson Fernandes e Jorge Mota: “Nota-se no curso da pequena história da UCEB um esforço bem acentuado de provocar decisões por meio de testemunhos pessoais”³¹. Para seus líderes Wilson Fernandes e Jorge Mota, havia um constante descontentamento interno na UCEB, pois segundo eles “o que a história da União até aqui deixa transparecer é que os estudantes estão impressionados com o fato de que precisam sempre fazer mais do que têm feito. Há um desejo espontâneo de realizar grandes coisas, de ser mais eficiente na obra, de colher frutos concretos e eficazes”³².

Como responsáveis pela UCEB no país, Jorge César Mota e, posteriormente, Richard Shaull, promoviam os encontros de treinamento e os espaços de formação como um todo, com o objetivo de comunicar às juventudes da época as ideias de uma teologia possível de ser aplicada no contexto de crise. Crise esta enfrentada pelos povos em toda a América Latina. Para isso foi necessária uma nova abordagem teológica e também uma conceituação da linguagem.

Ao analisar a relação entre Shaull, UCEB e FUMEC, Moisés Coppe comenta que a UCEB passou por três fases distintas em sua história, da qual Shaull contribuiu diretamente na segunda e na terceira. Para Coppe “a primeira fase ficou marcada pela sua ênfase mais piedosa”³³. Nessa fase, a UCEB correspondia aos modelos missionários norte-americanos, em que a conversão dos indivíduos à fé cristã era o objetivo principal.

Com a tragédia da Segunda Grande Guerra e seus reflexos negativos relacionados ao cristianismo, tornou-se urgente discutir, conceituar e produzir uma teologia que recolocasse a igreja diante de sua responsabilidade com a sociedade. Tal responsabilidade “ganha corpo e consistência teológica, passando a ser a motivação central das principais organizações internacionais do mundo protestante, como a FUMEC, e logo depois, o CMI”³⁴. Nesse período é que as discussões teológicas sobre a responsabilidade da igreja frente à sociedade ganharam ênfase no movimento estudantil. A terceira fase da UCEB, ainda conforme Coppe foi originada pelo encontro “da prática existencial de jovens estudantes”, motivado pelo novo

³⁰ COPPE, 2015, p. 144.

³¹ FERNANDES, Wilson e MOTA, Jorge C. Histórico da UCEB, p. 16. In: COPPE, Moisés A. *Piedade, responsabilidade, política: história e memória da UCEB*. Belo Horizonte: Filhos da Graça/Noah Edições, 2015, p. 142.

³² COPPE, 2015, p. 143.

³³ COPPE, Moisés A. Os encontros e desencontros do Protestantismo Brasileiro: Lacunas que favoreceram o desenvolvimento da UCEB. *Revista Reflexus*, Vitória, v. 6, n. 7, 2012, p. 117-130. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/view/87>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

³⁴ COPPE, 2012, p. 119.

momento vivido pelo país, com “as novas influências teológicas emanadas do movimento ecumênico”.³⁵ O engajamento da UCEB em sua terceira fase foi o fascínio em testemunhar a fé no espaço político.

1.2.1 O pensamento de Richard Shaull e as mudanças no movimento estudantil

O pensamento de Richard Shaull chegou ao Brasil no momento em que mudanças cruciais estavam ocorrendo. Sua forma de expandir o grupo de estudantes da UCEB, mas principalmente de preparar novas lideranças que trabalhassem em favor das mudanças, foi publicar, em 1953, o livro *Cristianismo e Revolução Social*. Anos mais tarde, com a radicalização e, conseqüentemente, a rejeição das ideias adotadas por Shaull por parte das lideranças eclesiais, o livro foi usado de forma contrária para transmitir uma imagem de ameaça na proposta de Shaull. O mais conhecido foi *O evangelho social e a igreja de Cristo*, em que Alcides Nogueira rotulava as ideias de Shaull como “evangelho social”, insistindo em sua inutilidade e utopia.³⁶ O autor considerava as ideias em *Cristianismo e Revolução Social* como avançadas demais para os padrões do Novo Testamento, denominando, assim, os opostos a partir do seu título. Luiz Longuini Neto destaca parte do referido livro:

Ao analisar o evangelho social, o autor encontra legitimidade na preocupação dos cristãos pelo bem social, destaca que a igreja primitiva fazia o bem e deixa clara a opção assistencialista que caracterizava as igrejas do período. De maneira tendenciosa, sem honestidade acadêmica e sem lisura histórica, o autor relaciona o evangelho social a outros projetos, procurando lançar discórdia entre os cristãos.³⁷

Para Longuini Neto, “o principal objetivo de Alcides Nogueira foi tentar comprometer o trabalho de Richard Shaull, já que não fazia diferença entre comunismo e revolução social”.³⁸ O contexto da ascensão das lideranças “conservadoras” às principais denominações protestantes brasileiras e a atuação de entidades paraeclesiais,³⁹ congressos e conferências entre 1940 e 1960 serão abordados em outro momento.

O importante nesse momento é tentar compreender a relação entre a teologia e a influência de Richard Shaull no movimento estudantil missionário brasileiro, atentando ao

³⁵ COPPE, 2012, p. 119.

³⁶ LONGUINI NETO, 2002, p. 142.

³⁷ LONGUINI NETO, 2002, p. 142.

³⁸ LONGUINI NETO, 2002, p. 143.

³⁹ Para mais discussões sobre o papel das entidades paraeclesiais no contexto brasileiro, ver MENDONÇA, 1991; FREESTON, 1993.

que ele próprio definiu como seu ensino ao se referir ao papel dos cristãos no que ele chamou de processo de humanização:

Para sermos fiéis à nossa herança bíblica temos de abandonar todo propósito de tratar as questões mais importantes da vida fora da situação concreta do homem. Toda a história de Israel é a história de um encontro desse povo com o Deus que estava presente no meio da vida e de suas lutas sociais e políticas. Jesus Cristo é a encarnação de Deus nessa mesma situação real do homem no mundo, e sua mensagem – sobre o Reino de Deus - tem um caráter altamente político. O homem novo – a nova criação - é o resultado da transformação desta substância concreta da vida cotidiana do homem na sociedade. Um testemunho cristão acerca desta realidade somente poderá vir através da plena participação do homem mediante a transformação dessas condições.⁴⁰

Um breve histórico da formação de Richard Shaull ajudará a localizar seu ensino no contexto dos anos 1940. Ele teve seus estudos teológicos no Seminário de Princeton na época de Emil Brunner, e foi lá que teve contato direto com pensadores que ao avaliar as crises decorrentes do fascismo, nazismo e Primeira Grande Guerra, “descobriram que, sob uma linguagem ortodoxa estéril, havia uma profunda perspectiva sobre a vida humana que fora perdida em tanto pensamento secularizado, bem como um acesso à história que oferecia grandes esperanças para o futuro”.⁴¹ Após o Seminário e a chegada ao Brasil, Shaull dedicou uma década aos estudos de Rudolf Bultman, Karl Barth, John Dewey, Reinhold Niebuhr, Paul Lehmann, Dietrich Bonhoeffer e à organização e mobilização de igrejas na Colômbia para atuarem na transformação social. Para ele “somente mudanças estruturais fundamentais poderiam melhorar a condição de vida dos pobres”.⁴²

Décadas mais tarde, o próprio Shaull descreveu a experiência no Brasil a partir de 1952 da seguinte forma:

Minha experiência na UCEB levou-me a graduais e profundas mudanças em minha teologia e em minha posição política. Resolvi publicar um pequeno livro intitulado Cristianismo e Revolução Social. Nesse livro, tentava dizer algumas coisas: a) uma fé viva e uma teologia dinâmica só podem e devem servir como motivação e construir a base de ação de uma sociedade orientada para mudanças fundamentais; b) na América latina isso significa participação nos movimentos políticos mais progressistas, visando uma sociedade mais justa e igualitária, isto é, uma alternativa tanto ao capitalismo quanto ao comunismo; c) os estudantes cristãos devem engajar-se nessa luta com senso e vocação. A luta se torna a causa propulsora de suas vidas; essa luta se expressa através da identificação com os pobres, a participação em movimentos políticos e o uso da própria profissão para servir ao próximo, mudando estruturas sociais injustas.⁴³

⁴⁰ ALVES, Rubem. *De dentro do furacão: Richard Shaull e os primórdios da teologia da libertação*. São Paulo: Ed. Sagarana; CEDI; CLAI; PPGCR, 1985, p. 112-113.

⁴¹ ALVES, 1985, p. 186.

⁴² ALVES, 1985, p. 187.

⁴³ ALVES, 1985, p. 200.

Sua teologia era voltada para a condição humana e social. No contexto de crise pelo qual passava o país em meados do século XX, Shaull ensinava a relação entre a nova ordem revolucionária e o Reino de Deus. Dizia ele:

O Reino de Deus está acima de qualquer ordem política e social, denunciando assim os elementos desumanizantes. Julgando essa ordem. Ao mesmo tempo, é em si mesmo uma realidade dinâmica; ela está chegando através do trabalho daquele que está restaurando as nações (segundo o profeta Isaías) e a bom tempo o reino deste mundo se tornará no Reino de Nosso Senhor e de seu Cristo (Ap 11.15).⁴⁴

Depois do fundamento teológico de seu pensamento, Shaull descreve como deveria ser a prática dos cristãos nessa concepção: “Uma crise de estrutura poderá ser o resultado de uma incansável pressão de Deus; os cristãos podem senti-la em certas situações e observar uma relativa coincidência da direção da luta revolucionária com a ação humanizante de Deus no mundo”.⁴⁵

Não era sem motivos que as ideias pregadas por ele motivaram os estudantes não somente a ouvi-lo, mas até mesmo a provocarem uma reformulação das ideias de Shaull. Para ele, a crise que viviam estava trazendo uma oportunidade única aos cristãos de responder aos anseios de parte da sociedade brasileira. Era parte da tarefa evangelizadora e transformadora na história. Quanto aos grupos de estudantes (interdenominacionais), a tarefa para a Associação Cristã Acadêmica era iniciar um grupo pequeno e homogêneo de estudantes cristãos que deveriam manter-se unidos por uma fé e uma preocupação comum a todos. Afirmava também que onde existissem grupos já formados que não fossem homogêneos, seria preciso reorganizá-los e começar de novo. Os grupos já estabelecidos precisariam aprofundar suas bases de fé, pois segundo Shaull “só se soubermos o que cremos, isto é, se tivermos uma teologia vital e atual, poderemos enfrentar com êxito, o tremendo impacto das novas ideologias políticas”.⁴⁶

Cada grupo estudantil deveria ainda “formar uma koinonia viva” em torno da qual tivesse uma dedicação sem reservas a Cristo, estudos, oração e fortalecimento para enfrentarem o que viria no breve futuro e, por último, o caráter da missão. De forma mais esclarecedora sobre como os grupos estudantis deveriam assumir suas posturas, Shaull afirma: “Sabendo que Deus está agindo neste momento na história, e que ele está usando os membros

⁴⁴ ALVES, 1985, p. 79.

⁴⁵ ALVES, 1985, p. 79.

⁴⁶ ALVES, 1985, p. 171.

da sua igreja como seus instrumentos, nasce em cada um de nós esse senso de missão, esta convicção de que Deus nos está chamando para lutar e servir-lhe sem reservas”.⁴⁷

Mas seria essa a postura dos demais grupos de estudantes surgidos nesse contexto? Que relação há entre esse ensino de Shaul, para não dizermos da UCEB e o contexto social e eclesial da época? Os novos grupos aprenderam como essa articulação entre política e teologia seria possível; a questão é que mudanças cruciais estavam em curso, tanto no campo da teologia protestante quanto no campo da política, com o retrocesso da ditadura.⁴⁸ O começo da ABUB está diretamente relacionado a esse período da história dos movimentos missionários estudantis, em diferentes contextos. A ABUB representou a visível relação entre continuidades e rupturas e se estabeleceu independentemente dos movimentos protestantes e católicos já existentes no Brasil.⁴⁹

1.3 Movimentos contemporâneos, mas com diferentes projetos

A segunda fase pela qual passaram os grupos filiados à FUMEC foi caracterizada pela recepção do conceito de responsabilidade social dos cristãos. Além das discussões entrarem por esse campo, o conceito tornou-se um dos principais motores dos movimentos por todo o mundo. As chamadas “novas ideias”, que foram apresentadas de forma entusiasta pela UCEB, passaram a ser vistas pelas principais denominações protestantes como o motivo de seu afastamento bíblico.

Em nível mundial, a FUMEC já aceitava em seus espaços administrativos e formativos a ideia “da ação social como uma dimensão importante da evangelização. O princípio da busca de unidade entre os cristãos abria-se também para os Católicos Romanos e Ortodoxos”.⁵⁰ Em 1947, foi organizada a Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos (CIEE), que pretendia resgatar a ênfase na conversão pessoal e tendo a prática protestante como implicação direta desse paradigma. O surgimento da CIEE parece ter sido uma reação conservadora à FUMEC. O que antes parecia ser um questionamento interno no “como se crê” ganhou consistência no “que se crê”. Entre os propósitos da FUMEC com relação aos estudantes, encontramos:

⁴⁷ ALVES, 1985, p. 179.

⁴⁸ Mudanças, por exemplo, como o avanço do movimento pentecostal brasileiro e a crescente mobilização dos evangélicos.

⁴⁹ QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1987)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011, p. 52.

⁵⁰ QUADROS, 2011, p. 22.

Chamá-los a fé em Deus – Pai, Filho e Espírito Santo – de acordo com as Escrituras, a ao discipulado dentro da vida e missão da igreja; Ajudá-los a crescer na vida cristã através da oração, estudo da Bíblia e da participação no culto e no testemunho da igreja; Ajudá-los a testemunhar de Cristo na comunidade acadêmica; [...] Ajudá-los a ser servos e mensageiros do Reino de Deus no mundo.⁵¹

No primeiro capítulo do estatuto da ABUB, aprovados em 1962, encontram-se seus propósitos:

- 1-Difundir o Evangelho na Universidade e despertar nos estudantes uma fé profunda e pessoal no Senhor Jesus Cristo;
- 2-Fortalecer a vida espiritual dos estudantes através da oração e estudos bíblicos;
- 3-Levá-los a encontrar o lugar definido que Deus tem para eles na missão mundial da igreja.⁵²

O artigo quinto do atual estatuto discorre sobre a finalidade da ABUB, em resposta ao chamado de Deus:

A Evangelização dos universitários, secundaristas e profissionais de nível superior, através da comunicação da mensagem do Evangelho e da demonstração prática da vivência cristã, objetivando sua submissão ao senhorio de Jesus Cristo;
 O desenvolvimento dos universitários, secundaristas e profissionais rumo à maturidade do homem integral em Cristo Jesus, nos aspectos pessoal e comunitário, de forma a assumirem sua responsabilidade no âmbito da família, da igreja e da sociedade;
 A realização de missão e serviço pelos estudantes e profissionais, mediante a descoberta de seu lugar de chamado por Deus, na igreja e no mundo;
 A assistência ao estudante e à comunidade, visando ao desenvolvimento do homem, como manifestação do amor de Deus, em Cristo.⁵³

Ao comparar os propósitos dos grupos filiados à FUMEC com os da CIEE, percebe-se que é possível terem bases comuns, mas com determinantes do lugar da prática bem diferentes. Nesse sentido, passa-se à explicação de como as duas principais organizações estudantis no Brasil adotaram práticas diferentes e como se deu o surgimento da ABUB.

1.3.1 A ABUB e o esforço missionário da CIEE

Não podemos falar das raízes institucionais da ABUB sem analisar o papel fundamental que missionários da CIEE exerceram na América Latina. Acompanhando o

⁵¹ QUADROS, 2011, p. 22.

⁵² ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Mairiporã, Congresso Nacional da ABUB 1962. Ata nº1, p. 8.

⁵³ QUADROS, 2011, p. 23

interesse mundial por esse continente no começo da década de 1950, a Comunidade enviou dois missionários ao Brasil em 1957: Robert Young e a professora Ruth Siemens. Todavia, os esforços no Brasil foram precedidos de experiências na Costa Rica (1953) e Argentina (1954), da parte de Young, e em Lima, no Peru (1954), com a organização do Círculo Bíblico Universitário, por Siemens. Em 1956, por ocasião da primeira Assembleia Geral da CIEE, em Ontário/Canadá, Young e o suíço René Paché relataram à Comunidade como os estudantes brasileiros possuíam iniciativa e demonstravam-se interessados em organizar o movimento no Brasil. Esta ação gerou a formalização do envio de missionários para a organização do grupo no país.⁵⁴

Os primeiros passos na formação da nova organização foram dados entre os anos de 1957 e 1962. Após a Assembleia Geral da CIEE, Young veio como assessor da Inter-Varsity Christian Fellowship, dos EUA, cedido para o trabalho pioneiro no Brasil, “para despertar estudantes brasileiros para a visão e a tarefa de levar a mensagem de Jesus Cristo na Universidade”.⁵⁵ Ruth Siemens se dedicava à divulgação do novo movimento missionário estudantil, que contava com reuniões em casas, visitas às igrejas protestantes, viagens pelo país e articulação para os primeiros treinamentos. Porém, precisou ficar por alguns meses no Peru. No retorno ao Brasil, participou do acampamento organizado por Young em janeiro de 1958. O treinamento foi a primeira oportunidade de repasse dos ideais da CIEE no Brasil.⁵⁶

O treinamento aconteceu em Campos do Jordão (SP) e contou com estudantes de várias cidades do país. Eram cerca de vinte pessoas, mas serviu como introdução e representação formal do vínculo entre a CIEE e a ABUB, que só mais tarde teve seu estatuto elaborado. Foi um curso introdutório e que encaminhou a delegação brasileira com cinco estudantes ao também primeiro Encontro Continental da CIEE, realizado em julho de 1958, em Cochabamba, Bolívia, onde estiveram reunidas as lideranças de dezessete grupos estudantis e representantes da Comunidade, inclusive seu primeiro presidente, Stacey Woods.⁵⁷

O encontro foi um tempo em conjunto para elaborar como a Comunidade passaria a atuar na América Latina. As discussões sobre a apropriação dos movimentos latinos do

⁵⁴ ITIOKA, Neuza. *Encarnando a Palavra Libertadora*. São Paulo: ABU Editora, 1981, p. 9.

⁵⁵ ITIOKA, 1981, p. 9.

⁵⁶ ITIOKA, 1981, p. 11.

⁵⁷ O australiano Charles Stacey Woods foi o primeiro secretário geral da Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos (1947-1972). Stacey teve um longo período de atuação como secretário geral e sua marca na CIEE se deu pelas ações de integração global dos grupos e pela referência religiosa que o casal Stacey e Yvonne Woods foram desde o movimento Canadense e Americano. Além dele Chua Wee Hian (1972-1991) e Welshman Lindsay Brown (1991-2007) ocuparam a função que atualmente é exercida pelo africano Daniel Bourdanné.

conjunto de ensinamentos normativos necessários à cooperação internacional – bases de fé – ocuparam considerável espaço na programação. Conforme um de seus participantes, Samuel Escobar, que era responsável por coordenar as discussões e registrar os pontos discutidos: “Se discutiu a base doutrinária sobre como iria desenvolver-se o trabalho que sonhávamos para o mundo estudantil de nosso continente. As atas das sessões resumem, às vezes em duas apertadas linhas, debates que duraram muitas horas”.⁵⁸ Pode-se considerar relevante o que ocorreu em Cochabamba referente às bases de fé, pois a presença do presidente internacional da CIEE significava aos participantes do encontro certo grau de pertença, característico em organizações de adesão voluntária.

É interessante ressaltar que o fato de se discutir publicamente as bases de fé, que a princípio é de foro pessoal, no processo de formação de uma nova organização é ambíguo. Não contraditório, mas ambíguo, já que o que se discutia tinha a ver com a identidade de um movimento internacional e principalmente pelos anfitriões latino-americanos vivenciarem a efervescência social e política do pós-guerra, com os polos leste e oeste na economia e com os polos norte e sul na teologia. Nesse sentido, o ponto inicial da CIEE na América Latina foi a apropriação da fé implícita, ou seja, o porquê da prática da fé da forma ensinada pela Comunidade Internacional.⁵⁹

No Brasil, os pioneiros da ABUB estavam em momentos diferentes. Em agosto de 1959, Robert Young partiu para apoiar o grupo da França e depois foi para os EUA; naquele ano Ruth Siemens havia concluído seu primeiro trabalho de educação em São Paulo e durante todo o ano seguinte ficou nos EUA. Seu retorno só ocorreu em 1961, quando obteve o vínculo formal de Secretária itinerante no Brasil e passou a morar no Rio de Janeiro. Ela ainda teria um longo trabalho pela frente, principalmente no estabelecimento do movimento com estudantes protestantes em meio a um avançado processo de fragmentação do protestantismo.

A fragmentação denominacional e a ebulição sociopolítica do período trouxeram também um crescente interesse pela tentativa de compreensão do papel que os protestantes deveriam desempenhar na sociedade. E “aos poucos crescia a tomada de consciência do papel social e político que as igrejas poderiam e deveriam assumir. Isso tudo refletia os acontecimentos nos níveis mundial, continental e nacional”⁶⁰. O período de estabelecimento

⁵⁸ ESCOBAR, Samuel. *La chispa y La llama*. Argentina: Certeza, 1978, p. 58.

⁵⁹ A introdução ao conjunto de crenças da CIEE diz: “A declaração de fé da Comunidade está de acordo com as verdades fundamentais do cristianismo”. Disponível em: <<https://www.ifesworld.org/es/es/qu%C3%A9-creemos>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

⁶⁰ ROSA, Wanderley P. *Por uma fé encarnada: teologia social e política no protestantismo brasileiro*. 298 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, PUC-Rio, 2015, p. 119. Disponível

da ABUB se deu em meio às transformações que ocorriam em todos os setores. Precisamos concordar com a análise de Wanderley Rosa, quando diz:

Nesse sentido, a década de 1950 e o início da década de 1960 foram exemplares no que diz respeito à articulação de uma ética social cristã que respondesse à altura aos tremendos desafios apresentados pelas rápidas transformações sociais pelas quais passava a nação. No entanto, no seio desse mesmo protestantismo um retrocesso estava em curso, articulado pelos setores conservadores que cultivavam com especial desvelo aquelas características evangélicas exógenas trazidas para cá pelo protestantismo de missão.⁶¹

A articulação à qual Wanderley Rosa se refere foi a guinada ao conservadorismo político, no qual as grandes denominações protestantes se estabeleceram nos anos de ditadura civil-militar. Um verdadeiro retrocesso político diante de outros grupos e denominações protestantes que cultivavam ações de vanguarda. Wanderley Rosa, ao analisar o progresso da teologia social nas principais denominações do protestantismo histórico no Brasil, faz uma síntese dos manifestos sociais das igrejas Metodista, Presbiteriana (Presbiteriana do Brasil e Presbiteriana Independente) e Batista, publicados no início da década de 1960. O pensamento das lideranças que trabalhavam em cooperação estava expresso nos seguintes pontos:

1. Eles representam uma tentativa de superação do individualismo característico do protestantismo de missão rumo a uma teologia social;
2. Demonstram profunda preocupação com a situação de pobreza da maioria da população brasileira e reivindicam ações governamentais que diminuam esse estado de alienação dos bens mais básicos para uma vida digna;
3. Posicionam-se contra preconceitos de toda sorte;
4. Defendem a liberdade de consciência e de expressão e os princípios democráticos;
5. Advogam a inserção dos membros dessas denominações, e do protestantismo em geral, na vida pública: sindicatos, partidos políticos, fábricas, cátedras e nas instâncias de poder nas esferas executivas, legislativas e judiciárias;
6. Defendem veementemente a preservação das famílias;
7. Reivindicam a proteção à infância e à juventude contra os males que ameaçam essa faixa etária da população brasileira;
8. Clamam por distribuição de riquezas nacionais e por reforma agrária;
9. Observam a necessidade de dignificação do trabalho, com defesa dos direitos dos trabalhadores e salários dignos;
10. Pedem a melhoria do sistema de saúde e ações de combate aos vícios;
11. Defendem a crítica aos governos e o enfrentamento quando estes não agem em favor do povo;
12. Reivindicam condições de moradias nas áreas urbanas e rurais;
13. Regulamentam o trabalho das mulheres;
14. Exigem reforma previdenciária visando à aposentadoria digna;
15. Advogam o direito à greve;
16. Os batistas posicionam-se contra o ensino religioso nas escolas públicas e defendem o Estado leigo;
17. Manifestam-se contra a corrupção e exigem que seja combatida;

em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1112001_2015_completo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

⁶¹ ROSA, 2015, p. 119.

18. Denunciam o acúmulo de riquezas.⁶²

Em síntese, isso interessa primeiro porque os documentos publicados pelas denominações representavam um pensamento institucional e não apenas de alguns indivíduos; em segundo lugar, porque os estudantes que passaram a fazer parte da ABUB eram membros de igrejas protestantes, que certamente levavam suas influências e de suas tradições religiosas.

Com relação às discussões a partir da realidade política da época, era comum as mocidades presbiteriana, metodista e congregacional se habituarem a tentar se envolver no movimento revolucionário brasileiro, que percebiam as rápidas transformações do Brasil. Esse foi o tema da consulta realizada em 1957, pela CEB, no Seminário Presbiteriano de Campinas (SP). Outras denominações protestantes de missão, bem como as crescentes igrejas pentecostais, aliadas à repulsa por qualquer modelo político que viesse tirar a liberdade de culto e que por terem em sua maioria uma origem norte americana, desencorajavam tais discussões. Entre os anos de 1957 a 1962, período de estabelecimento da ABUB, importantes acontecimentos estavam na pauta das religiões de modo geral e das igrejas cristãs, especificamente. Afinal, qual a postura correta diante de tudo o que acontecia? Os protestantes continuavam crescendo: de 0,58% da população em 1938 para 6,06% (4.071.643 membros) em 1961. Destes, os pentecostais chegaram a 55% em 1958.⁶³

Na abordagem sobre quem eram os protestantes do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, Robinson Cavalcanti descreve:

Nas zonas rurais e suburbanas, o perfil cultural e socioeconômico dos evangélicos não pentecostais não diferia muito do daqueles. Os colégios evangélicos estavam no seu apogeu, rivalizando com seus congêneres católicos. Os evangélicos de classe média lutavam para se afirmar socialmente, então mais discriminados do que propriamente perseguidos. Uma demonstração de força foi o encerramento da Convenção da Aliança Batista Mundial (Rio de Janeiro, 1960), quando 200 mil pessoas lotaram o estádio do Maracanã para ouvir o evangelista Billy Graham. Mais e mais se procurava fazer uso do rádio como veículo de propagação da mensagem. Em 1959 tivemos um acontecimento de profundo simbolismo: um presidente da República em um culto evangélico. Era Juscelino Kubitschek na Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, nas festividades do centenário da denominação. Os evangélicos aumentavam sua militância política: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais. [...] Era chegada a hora da nossa presença e influência. A crença generalizada era a de que, se fôssemos maioria ou, pelo menos mais fortes, poderíamos aproximar o Brasil dos padrões dos países do Norte, democráticos e desenvolvidos. Nos anos 50 as primeiras e reduzidas levas de evangélicos chegaram à universidade, vindas, principalmente das denominações históricas e da classe média.⁶⁴

⁶² ROSA, 2015, p. 113-114.

⁶³ BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p. 111.

⁶⁴ CAVALCANTI, 2002, p. 204-205.

No cenário político tivemos a mudança da capital federal para o planalto central brasileiro e a Revolução Cubana de 1959. Na economia, a irreversibilidade da internacionalização do capital, fato que trazia as discussões sobre os caminhos da América Latina. José Bittencourt Filho apresenta alguns dilemas vividos no Brasil e pela maioria dos latino-americanos:

Parecia que o futuro dos povos latino-americanos comportava um dilema que poderia ser assim formulado: ou desenvolvimento (moldes capitalistas), ou revolução (moldes socialistas). No mesmo decênio, novos personagens surgiram no cenário político: os movimentos sociais, populares e estudantis [...]. As ruas das capitais latino-americanas estavam frequentemente ocupadas por manifestantes, trabalhadores grevistas e estudantes combativos. Os intelectuais, por sua vez, questionavam as teorias clássicas e se aventuravam a deslindar as sutilezas da dominação capitalista, conforme se figurava naquelas circunstâncias. Ao mesmo tempo em resposta às condições econômicas intoleráveis, setores populares se organizavam na cidade e no campo e, a par disso a luta armada se apresentava como alternativa recorrente.⁶⁵

A mobilização política do período girava em torno da instável governabilidade, e a palavra revolução era tida como algo que mudaria a situação do país. A questão era que tipo de mudança se esperava que acontecesse. O que os políticos mais alinhados a Moscou anunciavam como mudança não era bem visto pelos alinhados a Washington. Apesar de as igrejas protestantes terem natureza essencialmente comum nos aspectos de oposição teológica à Igreja Católica Apostólica Romana, a unidade na esfera de atuação não pode ser assim caracterizada. Nesse caso, os chamados movimentos (não restritos às igrejas) também se diferenciavam ao refletir como deveriam se comportar. No meio das discussões sobre a revolução e “as rápidas transformações sociais do Brasil”, alguns grupos entre os protestantes procuravam entender sobre como deveria ser a postura da igreja nesse processo.

1.4 Rupturas e continuidades: as ênfases da ABUB

Os estudantes ligados à ACA (UCEB) tinham um direcionamento das consultas da CEB realizadas no período entre 1955 e 1962, quando quatro consultas foram realizadas por meio do Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Elas giraram em torno dos seguintes temas: A Responsabilidade Social da Igreja (1955), A Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil (1957), Presença da Igreja na evolução da nacionalidade (1960) e a mais militante delas, Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro – Conferência do Nordeste

⁶⁵ BITTENCOURT FILHO, José. *Caminhos do protestantismo militante: ISAL e Conferência do Nordeste*. Vitória: Unida, 2014, p. 37-38.

(1962). Os temas eram estudados levando em consideração os aspectos sócio-político-culturais e tinham como objetivo perceber o contexto da época e a atuação de acordo com certos princípios protestantes. A UCEB seguia a “cartilha” da CEB, pois cada consulta produzia levantamento de dados, recomendações, conclusões e bases teológicas que fundamentavam a ação dos grupos por eles orientados.⁶⁶

Os documentos produzidos pelas consultas poderiam até ter análises concordantes da maioria das igrejas e movimentos protestantes do período, porém não tinham consenso no que diz respeito às práticas. Isso se dava pelo contexto de polarização teológica das igrejas protestantes e pelo alto grau de suspeita política que o país vivenciava. Foi nesse contexto de agitações político-sociais e polarizações teológico-culturais que a ABUB se organizou, dando ênfase à confessionalidade. Robinson Cavalcanti comenta:

A ABUB começou seu trabalho somente a partir de 1958 com pequenos grupos, sob fogo cruzado da UCEB e dos fundamentalistas. As igrejas evangélicas quase sempre desconheciam as origens dos dois movimentos internacionais de estudantes. A ABU procurava fugir da polarização, representando uma terceira via, confessionalmente conservadora, mas defendendo a abertura e o envolvimento quanto às questões socioeconômicas. Em seus primeiros anos no Brasil, sua ênfase era particularmente pietista, lembrando a UCEB dos primeiros anos.⁶⁷

Por ênfase pietista, Robinson Cavalcanti se refere à prática da fé como essencialmente dedicada aos ritos de leitura, interpretação e divulgação dos preceitos cristãos, bem como as disciplinas de oração, meditação e adoração comunitárias. Inclua-se a prática conversionista presente nas diversas tradições protestantes no Brasil. Para Eduardo Gusmão de Quadros:

A prática dos dois grupos, apesar do interesse missionário comum, trazia implícita projetos bem divergentes. A ABU propunha a subjetivação da crença, enquanto a ACA o deslocamento da crença para a prática. Por isso a ABU não precisava entrar em competição direta com a ACA [...]. Não havia competição, pois a diferença identitária era grande. Assim como um participante da ACA teria dificuldades para participar da ABU, um da ABU teria dificuldade de se adaptar à ACA. Visões diferentes de fé, missão e do mundo afastavam a ACA da ABU.⁶⁸

Ao fazer uma cuidadosa leitura da Ata do Primeiro Congresso Nacional⁶⁹ da ABUB, observa-se a ênfase dada à prática religiosa afirmada por Robinson Cavalcanti, sendo possível fazer uma comparação, ainda que com exceções, entre as duas organizações (ABUB e UCEB)

⁶⁶ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 443.

⁶⁷ CAVALCANTI, 2002, p. 206.

⁶⁸ QUADROS, 2011, p. 52.

⁶⁹ A Assembleia do Congresso é o órgão supremo da ABUB, constituída pelos delegados das associadas, conforme Estatuto, capítulo IV, Art. 13.

em seus primeiros períodos de atuação. Isso coopera com a afirmação de Eduardo Quadros, quando enfatiza que apesar dos projetos serem divergentes, havia um interesse missionário comum. Após cerca de um ano do retorno ao Brasil da missionária da CIEE, Ruth Siemens, os estudantes e profissionais passaram a promover e organizar pequenos grupos nas universidades com outros estudantes interessados. Essa iniciativa foi o ponto de partida para que o movimento fosse instituído.⁷⁰

O documento de fundação, com os registros de delegações e a aprovação do estatuto, foi assim registrado:

Ata nº 1. Aos dezenove dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e dois, às dezessete horas e vinte minutos, no salão de cultos do Acampamento Palavra da Vida [...] Mairiporã, reúne-se o Primeiro Congresso da Aliança Bíblica Universitária do Brasil. Faz uso da Palavra a senhorita Ruth Siemens, secretária itinerante da ABU no Brasil, para dar orientação inicial sobre o que deverá tratar o Congresso; [...] orações são feitas. Fala o senhor Samuel Escobar, demonstrando sua grande alegria por ver o desenvolvimento da ABU no Brasil e apresentando uma palavra de estímulo a todos. Ruth Siemens convida Lucas Blanco de Oliveira a presidir interinamente a reunião[...]. Passa-se à chamada dos delegados, representantes das diversas delegações presentes ao Congresso...⁷¹

A nova organização agora contaria pelos dois anos seguintes com a orientação da secretária itinerante Ruth Siemens e de Samuel Escobar, com um estatuto e com o Conselho Administrativo composto por quatro profissionais graduados –Dirk Van Eyecken, Lucas Blanco de Oliveira, Wangles Breteritz e Peter Bork (escolhidos por estarem desde os primeiros momentos) – e mais quatro estudantes escolhidos pelos delegados. São eles: de Curitiba, Antonio Vigiano; do Rio de Janeiro, Betty Antunes de Oliveira; de Sorocaba, Paulo Hornos; e de Goiânia, Adécio de Lima (Já resultado de viagens internas promovidas pelos estudantes e profissionais).⁷²

Os dois anos seguintes foram de instabilidade sócio-política, o que veio a culminar no Golpe civil-militar de 1964. Com a UNE levada a atuar na clandestinidade, o movimento estudantil nacional ficaria cada vez menos representado. Os movimentos estudantis de natureza missionária foram também se extinguindo. A CEB teve departamentos fechados, a UCEB foi dispersa nos dois anos seguintes e a JUC foi oficialmente extinta pela CNBB no mesmo ano. Enfim, a recém organizada ABUB “tornou-se o único movimento nacional com a articulação entre a vida estudantil e a vida religiosa”.⁷³

⁷⁰ ITIOKA, 1981, p. 16.

⁷¹ ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Mairiporã, Congresso Nacional da ABUB 1962. Ata nº 1.

⁷² ITIOKA, 1981, p. 17.

⁷³ QUADROS, 2011, p. 50.

Em meio às turbulências ocorridas na sociedade brasileira, a ABUB parecia começar a trilhar seus caminhos com características semelhantes aos primeiros momentos da UCEB. Se as rupturas ocorreram no campo do engajamento com a realidade (até 1964), a continuidade se deu na identificação de que as ações da ABUB deveriam ser pautadas a partir da afirmação de ser portadora da mensagem de paz e justiça dos evangelhos. Esse era o discurso das práticas religiosas ligadas à responsabilidade social dos cristãos. Apesar da diferença de pensamento e também de tempo de existência entre as duas organizações, é possível tratá-las como organizações em transição.

Para além da questão da responsabilidade social dos cristãos, a ABUB precisava responder sobre o papel da juventude protestante brasileira e sua atuação como movimento estudantil universitário. Para isso, a análise das suas práticas religiosas a partir da década de 1960 requer uma compreensão sobre as assimilações e as transformações de sua proposta de engajamento missionário, forjadas no cada vez mais fragmentado “mundo protestante brasileiro”. Sua postura inicial de confessionalidade herdeira da CIEE incorporaria elementos do protestantismo brasileiro em mudança.



2 OS CAMINHOS SEGUIDOS PELA ABUB

A década de 1960 avançou, e junto com ela o modelo de protestantismo brasileiro foi se diferenciando do período anterior ao golpe civil-militar. A fragmentação de boa parte do protestantismo foi intensificada pelo crescimento do pentecostalismo, dos movimentos de renovação dentro das igrejas históricas e pela maior atuação das missões protestantes estrangeiras não subordinadas às denominações existentes no período.⁷⁴ Aliado a isso, as questões teológicas também trazidas por elas, as questões sociopolíticas, econômicas, culturais e as transformações ocorridas tanto no cenário religioso local quanto na teologia latino-americana.

O discurso sobre a responsabilidade social dos cristãos passou a ser defendido pela ABUB, que se posicionou como movimento estudantil devido em certo grau ao vazio deixado pelas instituições políticas e protestantes como a UNE, JUC e UCEB. Nela também se aglutinavam as juventudes que mantinham o entusiasmo missionário protestante, as que foram desmontadas por lideranças eclesiais autoritárias de grandes denominações, os grupos descontentes com os rumos que várias denominações passaram a tomar – inúmeras divisões e expulsões –, bem como os inconformados com as novas posturas de um mundo onde as metas-narrativas não respondiam mais aos desejos dos indivíduos e de grupos sociais. Foi com esse pano de fundo que a ABUB passou a atuar nas décadas de 1960 até meados de 1980.

Neste capítulo, é feita uma abordagem dos caminhos que a ABUB optou por seguir, sendo movimento estudantil missionário e se estruturando por meio da formação de lideranças, seguindo um padrão nacional, com literaturas, a presença de líderes e como ocorreram as relações de crença com a prática contextualizada. Tal discurso sobre a prática contextualizada e o mote da responsabilidade social levou a ABUB às fronteiras das práticas semelhantes à da “Igreja Católica” na América Latina, mas tendo que se reafirmar como evangélica devido sua relação com a CIEE e com as igrejas evangélicas brasileiras fornecedoras dos recursos humanos à missão estudantil.

2.1 Movimento estudantil e a busca de um modelo

As tensões sociopolíticas da década de 1950, o acirramento das ideologias na relação entre Estado e economia e a aceleração da fragmentação do protestantismo brasileiro

⁷⁴ ROSA, 2015, p. 119-184.

construíram o contexto da década de 1960 quanto à compreensão do papel das organizações religiosas frente aos indivíduos e à sociedade. Mudanças na ordem política e social deixavam a classe trabalhadora, patrões e políticos em expectativa do que aconteceria com o país. Nos grandes centros urbanos, os movimentos artísticos tentavam expressar o sentimento de quem foi censurado em sua liberdade de expressão:

Caminhando contra o vento. Sem lenço e sem documento. No sol de quase dezembro. Eu vou.
 O sol se reparte em crimes. Espaçonaves, guerrilhas. Em cardinales bonitas. Eu vou.
 Em caras de presidentes. Em grandes beijos de amor. Em dentes, pernas, bandeiras.
 Bomba e Brigitte Bardot[...].
 Sem lenço, sem documento. Nada no bolso ou nas mãos. Eu quero seguir vivendo, amor.
 Eu vou. Por que não, por que não? Por que não, por que não? Por que não, por que não?⁷⁵

Se a arte foi um campo de contestação da ordem e divulgação da insatisfação com o regime de exceção, qual o posicionamento das missões protestantes no contexto estudantil brasileiro? Para a compreensão desse papel como movimento estudantil, faz-se necessário recordarmos o fato de que em 1962 as transições ocorridas no cenário religioso brasileiro parecem ter colocado a ABUB e a UCEB em caminhos e práticas diferentes, apesar de terem estudantes como foco.

Podemos considerar que a ABUB iniciava seus primeiros anos de atuação como uma missão religiosa entre estudantes universitários e o relato do seu primeiro fomentador, Bob Young, diz muito sobre como pretendiam atuar nas universidades: “Deus deu aos estudantes que lhe pertenciam uma visão simples e uma mensagem básica: ‘Se você está nesta universidade pela vontade de Deus, então ela é um campo missionário e você é missionário dele aqui’”⁷⁶. Os estudantes que passaram a atuar ligados à CIEE entendiam que a universidade brasileira possuía uma missão preocupada com o essencial – fazer a vontade de Deus no ambiente estudantil. O proselitismo religioso, apesar do ambiente secularizado, era visto também como liberdade de expressão e, por isso, praticado dentro das universidades.

Não era uma ideia nova, como já foi visto em outros movimentos missionários entre estudantes. O que cabe aqui é tentar perceber como o discurso sobre fazer a “vontade de Deus” se relaciona com a situação de instabilidade político-social que o país enfrentava. A ênfase nos cartazes colocados nas universidades tentava nortear os indecisos entre o

⁷⁵ Música Alegria, Alegria, de autoria de Caetano Veloso, 1967. Sobre o tema da liberdade, é considerada um dos marcos iniciais do movimento Tropicalista. Essa canção modernista foi apresentada no Festival da Record em disputa pelo “Berimbau de Ouro” e, após intensas vaias do público, ficou em quarto lugar no concurso.

⁷⁶ ITIOKA, 1981, p. 11.

enfrentamento e o isolamento. O convite aos que pretendiam ter uma vida mais dedicada à leitura da Bíblia, à prática da oração comunitária e a convivência em pequenos grupos era o que se esperava dos que respondessem sim. O convite era também de modo implícito aos que não se interessavam em discutir assuntos das esferas político-ideológicas da época.⁷⁷

A UCEB também compreendia sua prática missionária como “fazer a vontade de Deus” e foi nesse intuito que suas lideranças, em especial Richard Shaull, cooperaram com a realização da Quarta Consulta Nacional sobre Responsabilidade Social da Igreja, em 1962. Como ficou mais conhecida, a Conferência do Nordeste discutiu os papéis da educação, dos trabalhadores do campo e cidade, da política, da economia, da sociedade e da igreja como agentes no processo revolucionário brasileiro.⁷⁸

As transformações pelas quais o Brasil passava ganhavam a analogia do vento seja em termos artísticos ou teológicos. Posteriormente, os teólogos envolvidos naquele processo o chamariam de “furacão”⁷⁹. Para onde esse vento das transformações sociais vividas pelo Brasil parecia soprar? Ao falar sobre a pré-revolução brasileira, dentro da Conferência do Nordeste, o economista Celso Furtado disse:

Em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias[...]. Cabe aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais incipientes iniciarem o debate franco daquilo que esperam dos órgãos políticos do país[...]. O país está maduro para começar a refletir sobre seu próprio destino[...]. Estou convencido de que à juventude caberá mais uma vez a liderança desse grande movimento de mobilização da opinião pública nacional para a autêntica causa do desenvolvimento de nossa pátria.⁸⁰

As organizações ligadas ao Setor de Responsabilidade Social da Igreja, juventudes de igrejas históricas e, de certa forma, organizações envolvidas no chamado “processo revolucionário” optaram por seguir à favor do “vento”; nesse caso, o que estava acontecendo era interpretado como a “vontade de Deus”. Uma das consequências do golpe civil e militar foi a desarticulação desse movimento em termos institucionais. Alguns anos antes do fatídico abril de 1964, “as cúpulas eclesiásticas foram tomadas de assalto por líderes conservadores,

⁷⁷ O marxismo, por exemplo, era assunto de muita discussão na universidade. Principalmente pelas questões econômicas e ideológicas presentes no materialismo histórico.

⁷⁸ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 264.

⁷⁹ Referência ao livro *De dentro do furacão: Richard Shaull e os primórdios da teologia da libertação*, organizado por Rubens Alves, com escritos e manuscritos de Shaull com a colaboração de Jovelino Ramos, Julio de Santa Ana e Waldo César.

⁸⁰ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 273.

faculdades de teologia foram fechadas, líderes ligados ao movimento ecumênico e que desenvolviam trabalhos de natureza social foram perseguidos”.⁸¹

A ascensão dessas lideranças eclesiais conservadoras chegou à Confederação Evangélica e seu Setor de Responsabilidade Social. Em meio a esses “ventos”, ou melhor, “tempestades”, o discurso missionário e a formação das práticas da recém-criada ABUB ganharam espaço entre as juventudes estudantis e as lideranças protestantes.⁸²

2.1.1 Movimento estudantil e afirmação missionária

A forma como a ABUB encarou seus primeiros anos e como se organizou teve muito a ver com sua concepção de missão cristã e também com o contexto de seu surgimento. Ao considerarmos a década de 1960 no Brasil, pode-se afirmar que a forma de organização adotada por ela foi diferenciada, pois professou o modelo de movimento estudantil durante os anos iniciais da repressão, enquanto outros movimentos estavam entrando na ilegalidade. Ela tomou naquele momento a decisão política de se envolver na universidade apenas de forma religiosa. O que a princípio era uma incoerência, garantiu sua legalidade e expansão como organização missionária protestante. Prevaleceu o caráter missionário sobre o estudantil.

Valdir Steuernagel, que foi estudante e missionário na organização, comenta sobre o senso religioso implícito nas missões protestantes em suas práticas missionárias: "Missão, compreendida numa linguagem pneumatológica,⁸³ é um só ato com duas facetas. É primeiro, perceber o sopro do Espírito e a sua direção. E, depois, correr na direção em que o Espírito está soprando”.⁸⁴ Para a ABUB, a direção do Espírito parece ter sido seguida para a estruturação da organização, pelo menos em seu primeiro momento, para dar suporte à hermenêutica que ela adotaria pelas décadas seguintes. Uma hipótese é que enquanto as principais denominações estavam com o discurso de retroalimentação de suas práticas e ao mesmo tempo apoiando o Regime como ação divina, outros movimentos religiosos ou não de estudantes estavam dispostos às últimas consequências. A nova organização nem foi às ruas,

⁸¹ LONGUINI NETO, 2002, p. 43.

⁸² Valdir Steuernagel organizou um livro com o subtítulo “Caminhando contra o vento”. Conferir: *Igreja: comunidade missionária/Caminhando contra o vento/O reino de Deus e o povo peregrino*. São Paulo: ABU Editora, 1978.

⁸³ Área da teologia cristã que estuda sobre a terceira pessoa da Trindade Santíssima.

⁸⁴ STEUERNAGEL, Valdir R. *Obediência missionária e prática histórica*. São Paulo: ABU, 1993, p. 92.

nem deu apoio. Ela tentava arregimentar estudantes oriundos de igrejas protestantes com a proposta de pluralidade política e unidade teológica.⁸⁵

Esta hipótese se evidencia na fala de Lucas Blanco Oliveira, estudante que havia participado da ACA e que integrou, em 1962, a primeira Diretoria da ABUB: “Na ACA [...] o preletor quase sempre era o Shaul. O Shaul era um dos líderes modernistas[...] Praticamente não tinha estudos bíblicos, tinham muitas conferências, muitas palestras. [...] De maneira que a ACA não me satisfazia”.⁸⁶ Percebe-se que as falas representam a convicção de que seria necessário um esforço em equilibrar o estabelecimento de um movimento missionário e estudantil.

Partindo do ponto de que a ação missionária da ABUB seguiu o modelo evangélico com raiz no pietismo europeu⁸⁷, destaca-se a afirmação de Samuel Escobar: “Essa raiz pietista original e o dinamismo do movimento missionário evangélico determinaram o estilo e a forma de fazer missões, mais do que as definições das diferentes eclesiologias protestantes”.⁸⁸ É provável que essa escolha de ser missionária no sentido religioso e não tomar partido da situação política que enfrentava o país tenha possibilitado o crescimento da ABUB, em detrimento dos outros movimentos e até de algumas igrejas protestantes do período. Sobre a situação de parte da juventude evangélica, Neuza Itioka comenta:

A revolução de 1964 foi acompanhada de muito euforismo em muitas igrejas, na sua maioria conservadora e bíblica[...]. Mas a euforia não durou muito, pois a igreja evangélica brasileira começou a enfrentar, especialmente no meio da juventude, um tipo de reação a tudo que cheirava conservador. As teologias que vieram de além-mar e os pensamentos europeus e americanos que haviam penetrado nos meios brasileiros através dos seminários e dos seus professores não iriam desaparecer de um dia para o outro. A semente havia permanecido e o ecumenismo acompanhado de ideologia marxista continuou influenciando escolas de teologia e, igrejas e, mui(sic) particularmente, a juventude.⁸⁹

A ABUB cresceu devido à perceptível lacuna deixada pelo movimento ecumênico que tinha grande influência na CEB e que por meio de sua atuação fomentava a participação das juventudes das igrejas e de movimentos como a UCEB. O que Neuza Itioka chama de teologias e pensamentos que entraram nos seminários por meio de professores se relaciona

⁸⁵ MACHADO, 2011, p. 50.

⁸⁶ QUADROS, 2011, p. 37.

⁸⁷ Escobar tem uma ampla discussão sobre isto no capítulo Católicos e Evangélicos na América Latina Diante do desafio missionário do século XXI. In: ESCOBAR, Samuel. *Desafios da Igreja na América Latina: história, estratégia e teologia de missões*. Viçosa: Ultimato, 1997, p. 51-68.

⁸⁸ ESCOBAR, 1997, p. 62.

⁸⁹ ITIOKA, 1981, p. 21-22.

diretamente à influência de pessoas como Richard Shaull.⁹⁰ O movimento ecumênico estudantil foi o celeiro de diversas lideranças ecumênicas⁹¹ e seu desmonte deixou parte das juventudes das igrejas sem orientação.

A vertente missionária que a ABUB passou a difundir no contexto brasileiro teve boa aceitação à medida que o estudante era o alvo, mas também instrumento desse estabelecimento. Essa forma em que qualquer pessoa com o mínimo de formação é protagonista missionário é chamada de “laicato”⁹². Ao comentar sobre missão como exercício leigo, Valdir Steuernagel analisa o modelo prático que a ABUB adotou. Ele se remete ao exemplo dos morávios,⁹³ que tinham como característica: “Cada missionário ou grupo de missionários era responsável pela própria sobrevivência”⁹⁴. Para ele:

A decisão pioneira deixava os missionários morávios livres do controle das estruturas eclesiásticas e imperiais da época[...]. A carência de recursos possibilitou a criatividade, o arrojo e o sacrifício. Creio que estas marcas deveriam acompanhar a experiência missionária de hoje.⁹⁵

Esse modelo missionário adotado pela CIEE, e que através dele iniciou-se a ABUB, é característico de agências e movimentos missionários não vinculados a estruturas eclesiásticas, também chamados de “fazedores de tenda”. Esta é uma alusão comum entre protestantes e que se remete à prática do apóstolo São Paulo, que enquanto realizava suas incursões missionárias trabalhava como fabricante de tendas para se sustentar.⁹⁶

Um importante documento produzido no seio da missão protestante no Brasil e elaborado sob a influência da ABUB foi o Pacto de Curitiba, resultado direto do primeiro Congresso Missionário da ABUB,⁹⁷ realizado em 1976, na cidade de Curitiba(PR). O documento é composto por 17 pontos e foi produzido para nortear os movimentos que compunham a CIEE na América Latina e também para promover esse novo modelo de prática missionária no Brasil.

⁹⁰ No tópico “O pensamento de Richard Shaull e as mudanças no movimento estudantil”, há uma discussão sobre o papel do intelectual e suas influências no Brasil.

⁹¹ LONGUINI NETO, 2002, p. 42.

⁹² STEVENS, R. Paul. *Os outros seis dias*. Viçosa, MG: Ultimato, 2005. No livro, o autor faz um acurado estudo sobre a histórica separação feita no cristianismo do (*Laos*) povo de Deus entre cleros (*klêros*) e leigos (*laikoi*).

⁹³ Os morávios formaram uma pequena comunidade cristã na Saxônia, no século XVIII. Essa comunidade dava ênfase à experiência e aos sentimentos além dos ritos e credos, à devoção, valorizavam a conversão pessoal, o sacerdócio universal dos crentes, o estudo das Escrituras, as reuniões em pequenos grupos e o auxílio mútuo. Suas práticas religiosas priorizavam a educação, as missões e a beneficência.

⁹⁴ STEUERNAGEL, 1993, p. 114.

⁹⁵ STEUERNAGEL, 1993, p. 114.

⁹⁶ Atos dos Apóstolos capítulo 18, verso 3: e trabalhava, pois tinham por ofício fazer tendas. NVI.

⁹⁷ O Congresso Missionário da ABUB reuniu cerca de 600 pessoas e foi o divulgador, no Brasil, das ideias e discussões do Pacto de Lausanne, em 1974. A influência de teólogos protestantes latino-americanos comprometidos com a CIEE se deu no texto final deste último em que a Teologia Holística foi ponto alto.

Sobre esse novo modelo de prática missionária no Brasil e sobre o envolvimento que recém graduados passaram a ter em diversas ações, o ponto quinze do Pacto afirma:

Reconhecemos como parte da ação de Deus no mundo latino-americano de hoje, o surgimento de novos modelos de ação missionária forjados no seio dos movimentos que integram a Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos. Agradecemos a Deus pelos profissionais jovens que, ao terminar os seus estudos na universidade, estão se integrando em diversas formas de ação missionária nas diferentes igrejas e missões ativas em nosso continente. Cremos que estes são os primeiros frutos de algo muito maior que Deus quer fazer em nossas terras e no mundo, impulsionando-nos por seu Espírito.⁹⁸

No Brasil, a atuação da CIEE se aproximava de duas décadas, por ocasião do Congresso Missionário, mas desde que havia sido organizada, em 1947, alguns paradigmas haviam sido mudados. O principal deles foi que os movimentos latino-americanos ligados à CIEE tornaram-se focos de contextualização teológica. Segundo Paul Freston, isso só foi possível porque “a CIEE, a qual se filia a ABUB, é um conglomerado de movimentos nacionais autônomos e não ‘multinacional’ missionária”.⁹⁹ Isso é de vital importância nesta análise sobre as práticas religiosas da organização, pois o conjunto de crenças religiosas é o fator unificante nos movimentos ligados à CIEE, mas não a uniformidade dos métodos.

Foi dentro do contexto de fragmentação que se apresentava o protestantismo brasileiro a partir da década de 1960, que ganharam força os novos movimentos, dentre eles o que a ABUB passou a representar no Brasil – os evangélicos. De acordo com Wanderley Rosa:

Daí que novos atores e novos movimentos surgirão, tanto na América Latina quanto no Brasil: identificado com o ecumenismo no nível latino-americano, o movimento conhecido pela sigla ISAL - Igreja e Sociedade na América Latina; no ambiente evangélico mais conservador, mas tentando também uma articulação social e política, o grupo da chamada teologia da missão integral, conhecido em nosso continente pelo estrangeirismo ‘evangelical’.¹⁰⁰

O termo “evangelical”, como afirmado acima, vem de um estrangeirismo inglês da palavra evangelical que quer dizer evangélico. Aqui o contexto de fragmentação do cenário protestante brasileiro vai produzir uma terceira via de prática religiosa até então sem muita expressão. É por meio de organizações missionárias como a ABUB que o termo vai ser difundido. Nesse ínterim, os adventos do crescimento da teologia pentecostal, teologia da

⁹⁸ *Pacto de Curitiba*, 1976 (anexo).

⁹⁹ FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993, p. 131.

¹⁰⁰ ROSA, 2015, p. 120.

prosperidade e o crescimento do número de denominações protestantes possibilitaram a diversificação entre protestantes (históricos e de missão) e evangélicos (censitariamente um aglomerado, porém com marcantes diferenças quanto à forma de crer).

Há vários estudos sobre a classificação das diferentes tendências na crença evangélica. John Stott, redator do Pacto de Lausanne, em livro publicado¹⁰¹ pela ABUB, comenta: “Em 1975, o ano seguinte ao Congresso de Lausanne para Evangelização Mundial¹⁰², o professor Peter Beyerhaus, de Tübingen, distinguiu seis agrupamentos evangélicos diferentes:

Os Novos Evangélicos (incluindo o próprio Billy Graham), que se distanciaram da ‘cienciafobia’ e do conservadorismo político dos fundamentalistas e lutam pelo máximo possível de colaboração.

Os Fundamentalistas Conservadores, que não se comprometem em sua atitude separatista.

Os Evangélicos Confessionais, que atribuem muita importância a uma confissão de fé e a uma rejeição dos erros doutrinários contemporâneos.

Os Pentecostais e Carismáticos.

Os Evangélicos Radicais, que reconhecem um compromisso sociopolítico e tentam conciliar testemunho evangélico com ação social.

Os Evangélicos Ecumênicos, que vêm desenvolvendo uma participação crítica no movimento ecumênico.¹⁰³

Na ABUB, a identificação com os agrupamentos acima relacionados foi visível, ainda que em diferentes fases. Em seu surgimento, de 1957 a 1965, havia uma forte tendência às características dos Confessionais. De 1965 ao Congresso Missionário de 1976, a tendência foi ser confessional, radical e ensaiar o comportamento de cooperação dos novos evangélicos. Isso explica a celebração que se encontra no Pacto de Curitiba, quando afirmam: “Agradecemos a Deus pelos profissionais jovens que, ao terminar os seus estudos na universidade, estão se integrando em diversas formas de ação missionária nas diferentes igrejas e missões ativas em nosso continente” (grifo nosso).¹⁰⁴

¹⁰¹ A partir da década de 1960 a ABUB passou a publicar literatura teológica que atendesse ao público estudantil, mas também que atingisse lideranças de igrejas e seminários teológicos. Surgiu então a ABU Editora, que conta com autores nacionais, mas principalmente escritores europeus, dentre eles John Stott, C.S. Lewis e Francis Schaeffer.

¹⁰² A Comissão de Lausanne para a Evangelização Mundial (Lausanne Committee for World Evangelization, LCWE), mais conhecida como Movimento de Lausanne, é um movimento evangélico global que nasceu no Congresso Internacional sobre Evangelização Mundial em 1974. Neste evento, que ocorreu em Lausanne (Suíça), estiveram presentes 2700 delegados de mais de 150 países. Organizado por Billy Graham e John Stott, o Movimento de Lausanne deu origem a vários encontros estratégicos a nível global. Disponível: <<https://www.lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/o-movimento-de-lausana-e-o-evangelicalismo-global-distintivos-teologicos-e-impacto-missiológico>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

¹⁰³ STOTT, John. *A verdade do Evangelho: um apelo à unidade*. 2.ed. São Paulo: ABU, 2005, p. 22-23.

¹⁰⁴ *Pacto de Curitiba*, 1976.

Era o tempo das mudanças na conjuntura política, e ser combativo politicamente era optar pela ilegalidade. O movimento optou pela legalidade, reforçou o discurso religioso que fundamentou suas práticas (evangélicas) e centrou-se por cerca de uma década na questão da formação interna, cuja culminância foi o Congresso Missionário. Porém, houve um longo processo de construção do modelo das práticas religiosas da ABUB, e a mediação da Comunidade Internacional não somente foi fundamental como determinante para o desenvolvimento do modelo escolhido.

2.2 A formação e o desenvolvimento do modelo

Em seu livro de memórias sobre a ABUB, Encarnando a Palavra Libertadora, Neuza Itioka denomina o ano de 1966 como “o ano marco para o movimento brasileiro”¹⁰⁵. Para fundamentar essa afirmação, ela se remete às principais mudanças ocorridas no grupo que crescia. A principal delas foi o processo de conformação da organização aos moldes da Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos.

Essa formatação se deu a partir de 1966 com o envio de Ruth Siemens e Neuza Itioka ao primeiro seminário de capacitação regional promovido pela CIEE na América Latina. Foram trinta dias em Lima (Peru), com treze países representados. Para Neuza Itioka “este encontro proporcionou a visualização do movimento no contexto latino-americano, em espírito de companheirismo e oração, e a procura honesta do lugar da Comunidade dentro de várias correntes teológicas da época”¹⁰⁶. De fato, a procura honesta à qual ela se refere foi suprida, pois não somente se seguiu o modelo da CIEE, como “deu a visão clara para onde deveria caminhar o movimento nacional”¹⁰⁷.

A ABUB começava a formar a base de sua liderança, que contava com Ruth Siemens, Ross e Aline Douglas, Carlos e Margaret Lachler, Neuza Itioka (recém-admitida como assessora de tempo parcial em São Paulo) e Paulo Medeiros (que viria a ser assessor do movimento no Rio de Janeiro), Dionísio e Elaine Pape (canadenses responsáveis por toda a região Nordeste). Para coordenar as ações de formação, foi convidado o estadunidense pioneiro na implantação de grupos estudantis na região do Caribe, Wayne Bragg, para assumir a Secretaria Executiva. Em quatro anos na função, ele organizou a administração e implantou um sistema de formação que dura até hoje:

¹⁰⁵ ITIOKA, 1981, p. 26.

¹⁰⁶ ITIOKA, 1981, p. 26.

¹⁰⁷ ITIOKA, 1981, p. 26.

A ABUB passou a ter seu boletim de oração, o “Intercessor”; o “Alcance”, boletim de informação com o objetivo de informar o público evangélico acerca do que é a ABU, o que faz, o que estava fazendo; um boletim interno para os estudantes, o “Entre nós”. A experiência de doze anos na assessoria deu a Wayne a facilidade de estabelecer novos modelos de treinamento para líderes: o Instituto de Preparação de Líderes, onde os líderes de grupos locais recebiam preparo para exercer liderança que pudesse dar frutos, reproduzindo em outros estudantes a visão e a paixão pelo testemunho estudantil.¹⁰⁸

A primeira edição de treinamentos ocorreu em São Bernardo do Campo e meses depois foi organizado o Curso de Férias no Rio de Janeiro, com 90 participantes de todo o país. O primeiro servia para “envisionar” (transmitir uma visão) os líderes em potencial, já o segundo era uma espécie de captação de novos participantes. Até 1970, Wayne Bragg coordenou os cursos de formação em todas as instâncias, criou uma equipe nacional de assessores cedidos de outras organizações, assessores recém-saídos da universidade ou de seminários teológicos evangélicos e uma rede de profissionais voluntários denominados assessores auxiliares. Ele normatizou o modelo que a ABUB passaria a adotar nas quase cinco décadas depois.¹⁰⁹ Não foi somente um modelo de organizar que Bragg programou, mas um passo para a esperada unidade teológica dentro do movimento missionário estudantil. Essa unidade fomentou suas práticas religiosas, que por sua vez se tornaram sua identidade.

Ao padronizar os treinamentos, Wayne Bragg criou mecanismos de memória na construção de sentidos de pertença. A memória do grupo se relaciona às representações criadas pelo próprio grupo, em que suas vivências são estruturadas a partir de certa coerência, construindo assim um discurso próprio. A memória é um dos objetos constitutivos da história.¹¹⁰ Assim, por exemplo, os estudantes ao participarem do Curso de Férias¹¹¹ e do Instituto de Preparação de Líderes¹¹² anualmente, criavam os laços, recebiam o encorajamento e partiam para a prática como um movimento nacional. Estudantes de diferentes igrejas, cidades e cursos universitários recebiam o mesmo tratamento, acesso aos materiais de formação, convivência com os missionários e profissionais e o incentivo ao protagonismo.

¹⁰⁸ ITIOKA, 1981, p. 27 e 28.

¹⁰⁹ Os treinamentos nacionais e regionais implantados por Wayne Bragg permanecem até hoje como programas de formação de lideranças da ABUB.

¹¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

¹¹¹ Curso de Férias é um acampamento de uma semana, que no início era apenas um por ano. Hoje ocorrem 7 cursos simultâneos em todas as regiões do país.

¹¹² O Instituto de Preparação de Líderes é um acampamento de 20 dias e inclui um final de semana de serviço a alguma comunidade.

Não demorou a que o aumento do número de grupos pelo país gerasse demandas aos missionários e à organização dos treinamentos.¹¹³

O historiador inglês Peter Burke, no capítulo História e memória social,¹¹⁴ resume a complexidade do processo de recordação e registro da história. Para ele, a memória dos indivíduos e a memória do coletivo se autoinfluenciam e cooperam na formação das estruturas sociais e culturais. Ele aponta cinco meios de comunicação pelos quais passam as memórias: as tradições orais, a ação do historiador (ao escolher o que contar), as imagens, os rituais e os espaços.

Na ABUB, a tradição oral ocupou um lugar-chave em seu desenvolvimento, pois os conteúdos e a assimilação do modelo da CIEE possibilitaram aos estudantes e profissionais aprenderem os valores, a missão e um lugar próprio a partir das vivências em torno das conversas, viagens e encontros semanais nas escolas, universidades e casas de missionários. Os rituais e os espaços foram sendo definidos ao passo que o movimento crescia pelo país. Os Cursos de Férias e Institutos de Preparação de Líderes serviram como difusores do estilo seguido pelo movimento, ou como o grupo passou a ser denominado apenas por ABU.

Sobre os conteúdos ensinados nesses espaços de construção de memórias, Neuza Itioka relembra:

A visão da obra foi transmitida para ser repassada para outras gerações de estudantes. [...] O valor da hora devocional na vida dos estudantes, discípulos de Cristo na universidade, o valor da comunhão em oração, e o método indutivo de estudar a Bíblia, impressionaram os estudantes que começaram a descobrir uma dimensão muito rica, até então desconhecida por eles.¹¹⁵

Os elementos visão, comunhão, devoção e estudo da Bíblia citados acima têm em comum o fato de serem disciplinas religiosas¹¹⁶, que praticadas de determinadas formas em uma comunidade tornam-se suas práticas convencionais, seu modelo. Esse desenvolvimento das práticas que caracterizaram o movimento foi promovido quase que de forma ininterrupta pela ABUB. Com o crescimento do movimento e o surgimento de grupos com práticas diversas, foi necessária certa padronização do que se cria, mas principalmente de como se cria. Era esse o momento adequado de iniciar suas publicações.

¹¹³ ITIOKA, 1981, p. 22.

¹¹⁴ BURKE, Peter. *Variadas de história cultural*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

¹¹⁵ ITIOKA, 1981, p. 22.

¹¹⁶ Sobre a relação entre as práticas evangélicas e o pietismo, ver em ESCOBAR, 1997.

2.2.1 A formação e a literatura

A primeira iniciativa do movimento foi promover publicações que atendessem ao público de estudantes que, devido as distâncias, não conseguia ser atendido pelos missionários. Outros dois motivos foram a relação com a universidade e a tentativa de aproximação das igrejas protestantes. Afinal, para uma organização que tinha como campo de missão o mundo estudantil, era razoável que não demorasse muito a difundir seu pensamento por meio da literatura. Se ela queria também alcançar novos estudantes membros de igrejas protestantes, tornar-se conhecida de seus líderes foi acima de tudo estratégico.

O começo das publicações foi entre 1962 e 1965, quando, por meio de uma curta parceria entre a ABUB e a Missão Batista Conservadora, surgiu a Junta Editorial Cristã, supervisionada por Russell Shedd. A Junta publicou O Novo Comentário Bíblico (público alvo: seminaristas e líderes eclesiásticos), Cristianismo básico, de John Stott e Razão do Cristianismo, Cartas do inferno e Palestras que impressionam, de C. S. Lewis (público alvo: jovens e estudantes interessados em conhecer o cristianismo).¹¹⁷

Em 1965, veio ao Brasil o Secretário de Literatura da CIEE, Hans Burki. O suíço tinha como trabalho apoiar as organizações membros da CIEE por meio de literatura que comunicasse com os temas tratados pelas universidades. Ele era doutor em Educação pela Universidade de Zurich e de Chicago, e com sua vinda foi organizada uma série de conferências chamadas “Missão Universitária”. Ele percorreu doze cidades falando de temas “bastante acadêmicos, mas incluindo sempre os pontos do Evangelho para despertar nos ouvintes o interesse pela mensagem total do Evangelho”.¹¹⁸ Os temas abordados nas conferências eram, por vezes, transformados em pequenas literaturas que deveriam ser distribuídas pelos estudantes como ponto de contato inicial para conversas futuras. Os folhetos falavam sobre psicologia e realidade da fé cristã, o conflito entre o Humanismo e o Cristianismo na vida de Pestalozzi, niilismo na filosofia de Nietzsche, mecanização e automação da vida, psicologia da vida e também a busca humana por um significado permanente.¹¹⁹

Os assuntos dos livros, a princípio, eram relacionados à apresentação da fé em Jesus Cristo, mas a partir das perguntas presentes no meio estudantil como ideologia e ética. A presença de alguns missionários que já vivenciavam o ambiente estudantil em outros países,

¹¹⁷ Os livros de C. S. Lewis são considerados de divulgação do cristianismo, ou seja, evangelísticos. O que os tornam acessíveis a públicos não religiosos são as reconhecidas formas literárias e a argumentação do autor.

¹¹⁸ ITIOKA, 1981, p. 23.

¹¹⁹ ITIOKA, 1981, p. 24.

ou que possuíam uma teologia alinhada à CIEE, deu ânimo para a publicação de livros e panfletos, mas a falta de recursos adiou por alguns anos o lançamento de alguns títulos.

Nesse período ocorreu o primeiro Instituto de Preparação de Líderes (IPL), no início de 1967, em São Bernardo do Campo, nas instalações do Seminário Presbiteriano Conservador, e contou com a presença do assessor Paul Little da Intervarsity Christian Fellowship.¹²⁰ O seu livro *Como compartilhar sua fé* tornou-se literatura obrigatória nos treinamentos para novos participantes da ABUB. O livro foi escrito originalmente em 1966, um ano antes de sua vinda ao Brasil, mas sua publicação em português só ocorreu em 1974, em conjunto com a Sociedade Religiosa Edições Vida Nova. A primeira edição teve tiragem de três mil exemplares. Seu conteúdo tem capítulos como “Qual é a essência de nossa mensagem?”, “Que razão temos para crer”, “Cristo convém à época atual?” e “A fé é a chave”. As primeiras palavras do prefácio à edição americana dizem: “Cada geração tem a responsabilidade de alcançar sua própria geração”.¹²¹ Paul Little era diretor de Evangelização e Missões do movimento americano, e integrar a equipe do primeiro IPL foi estratégico.¹²²

No mesmo ano, a ABUB promoveu o Curso de Férias no Rio de Janeiro, nas dependências do Seminário Teológico Batista do Sul, com cerca de 90 estudantes. Para discutir sobre a realidade brasileira e universitária, o grupo convidou Edézio Chequer¹²³, presbiteriano da Bahia. Os estudos da Bíblia foram dados por Russell Shedd¹²⁴ e as palestras sobre a Teologia da Igreja foram dadas por René Padilla.¹²⁵ À época outros estrangeiros serviram ao movimento e contribuíram com literatura de evangelização entre estudantes e de suporte à formação de líderes eclesiais, como por exemplo, o clássico *Cristo é o Senhor*, do missionário radicado no nordeste brasileiro Dionísio Pape.¹²⁶

¹²⁰ Intervarsity Christian Fellowship corresponde à ABUB nos EUA, ambas filiadas à CIEE.

¹²¹ LITTLE, Paul. *Como compartilhar sua fé*. São Paulo: ABUB/Vida Nova, 1974.

¹²² ITIOKA, 1981, p. 28.

¹²³ Edézio de Oliveira Chequer veio a ser presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil entre os anos de 1986 a 1990.

¹²⁴ Russell Phillip e Patricia Shedd chegaram ao Brasil em agosto de 1962, para implantar a missão Edições Vida Nova, uma editora que passou a publicar tanto em parceria com a ABUB, quanto com inúmeros títulos da Intervarsity Press (Editora correspondente à ABUB na Inglaterra e EUA). Ele era teólogo de formação, publicou mais de 25 livros e foi membro da equipe de tradução da Bíblia, dos originais para o português, da Nova Versão Internacional.

¹²⁵ René Padilla foi Secretário-Geral para a América Latina da Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos. É doutor em Novo Testamento pela Universidade de Manchester, e já presidiu a Fraternidade Teológica Latino-Americana. Atualmente é presidente honorário da Fundação Kairós em Buenos Aires, e coordenador da Editora Kairós.

¹²⁶ Dionísio (Denis George) Pape era missionário inglês, escritor e pioneiro na implantação da ABUB entre os estudantes no Norte e Nordeste. Em 1956, casou-se com Elaine, em João Pessoa e entre os anos de 1966-70 dedicou-se à formação de líderes entre os estudantes. Seu mais notável discípulo foi Robinson Cavalcanti.

O equatoriano René Padilla, Secretário da CIEE para a América Latina, atuou diretamente para fortalecer o movimento brasileiro e convidou Bill McConell, assessor da Intervarsity (Americana) para cuidar da literatura da ABUB. Este chegou em 1972, em um período escasso de publicações por motivos teológicos, pois a ABUB só faria parceria se seus postulados de fé não fossem ameaçados. E também motivos econômicos, pois o propagado “milagre econômico” do período governado pelo general Médici trazia em si uma inflação absurda e um aumento da má distribuição de renda e aberturas de novos negócios, inviabilizando uma editora própria.¹²⁷

Em entrevista ao informativo *Entre nós*¹²⁸, McConell relembra que René Padilla “teve um papel fundamental no levantamento de recursos e voluntários para as primeiras publicações do então ministério de literatura da ABUB”¹²⁹. Segundo McConell, a ABUB possuía contratos assinados, porém, em meados de 1972, quase nada havia sido publicado. Como responsável pela Literatura na ABUB, McConell buscou “entre os abuenses tradutores, revisores, artistas para as capas, etc., e em alguns meses saíram tiragens pequenas de uns livrinhos”.¹³⁰ Para ser mais preciso, até 1971 só havia as publicações de Hans Burki, informativos e materiais utilizados em treinamentos publicados só pela ABUB.

Entre 1972 e 1979 foram 23 títulos. Os traduzidos foram: *Como compartilhar sua fé* (Paul Little), *Amor sentimento a ser aprendido*, *Por favor me ajude, por favor me ame*, *Meus pais são inacessíveis* (Walter Trobisch), *A morte da razão* (Francis Schaeffer), *Questões de ciência e fé* (J.N. Hawthorne), *Melhor é serem dois* (Hans Burki), *Descobrimo o evangelho de Marcos* (Jane Hollingswoth), *Como tornar-se um verdadeiro cristão e Crer é também pensar* (John Stott), *Cristianismo autêntico* (C. S. Lewis) e *Não concordo com Deus* (Samuel Escobar). Já os escritos em português: *Um e um fazem três e Cristo é o Senhor* (Dionísio Pape), *Tão grande salvação e Andai nele – Exposição bíblica de Colossenses* (Russell Shedd) e os de Robinson Cavalcanti (*Cristo na universidade*, *Uma bênção chamada sexo* e *O Cristão, esse chato*). Além desses, tiveram *O Rei servo*, *Vamos cantar de novo*, *Aspectos da vida de Jesus Cristo*, *Jesus Cristo: senhorio, propósito e missão* (tema do Congresso de 1976) e

¹²⁷ Para mais informações sobre a economia do período, ver o artigo “A política econômica do governo Médici: 1970-1973”, de José Pedro Macarini, professor do Instituto de Economia da Unicamp. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512005000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 jan. 2017.

¹²⁸ *Entre Nós* é o informativo impresso de comunicação interna, que existe desde 1972. Atualmente só está disponível de forma eletrônica no da ABUB.

¹²⁹ PADILLA, René. *Entre Nós*. Disponível em: <<http://www.abub.org.br/compartilhe/informativos/entrevistas/item-entrevistas/2015/04/como-tudocomecou>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

¹³⁰ *Entre Nós*, maio de 2015.

Caminhando contra o vento (Igreja: comunidade missionária), organizado por Valdir Steuernagel.

McConnell conta que conseguiu apoio da Intervarsity Press Americana e também da Britânica, e tomando vantagem dos preços baixos dos livros da Edições Luz em Portugal, importaram muitos livros que aumentaram a lista de ofertas. A ABUB contou também com o patrocínio da Fundação de John Stott, para a publicação da série A Bíblia Fala Hoje, e assim, conseguiu até exportar a países africanos, a fim de formar jovens pastores. Também recorda a tentativa frustrada de inserir os títulos de C. S. Lewis para a juventude evangélica e alega que não haviam conseguido conquistar a confiança dos evangélicos, devido à falta de mercado para esses livros.¹³¹ Há de se ressaltar que o clássico *As crônicas de Nárnia* foi introduzido no Brasil por meio da Editora da ABUB, vindo a ser amplamente difundido somente com as séries da Disney nos anos 2000.¹³²

Durante a década de 1980, a Editora lançou 45 títulos. Em 1990, a ABUB publicou 30 novos títulos e nos anos 2000 mais 28 títulos. Com a exceção dos livros de vários autores e os traduzidos e revisados por Milton Andrade e Silêda Steuernagel, apenas Robinson Cavalcanti, que foi estudante e depois profissional voluntário na ABUB, já havia publicado ainda em 1970. Em 1975 houve a formalização da ABU Editora com registro e dinâmica de atuações próprias. Contudo, sob a supervisão do 1º Vice-Presidente da Diretoria Nacional da ABUB.¹³³

Para Daniela Sanchez Frozi, responsável pela literatura no movimento nos últimos anos, a “ABU Editora recolocou o lugar autóctone do fazer missão na universidade e na sociedade brasileira, sendo em décadas uma editora capaz de construir uma trajetória da perspectiva de serviço e de formação”.¹³⁴ Afirma ainda Daniela Frozi sobre a Editora ser vista como uma missão de literatura: “A ABU Editora é conhecida como uma espécie de reduto de resistência ao mercado editorial, e de fato não somos uma editora ditada pelas regras do mercado. Temos autonomia para pensar e gestar a direção de nossa produção”¹³⁵.

¹³¹ *Entre Nós*, maio de 2015.

¹³² *O Leão, a Feiticeira e o Guarda-roupa* (2005), *Príncipe Caspian* (2008), *A viagem do peregrino da alvorada* (2010).

¹³³ ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Estatuto Social da Aliança Bíblica Universitária do Brasil, Anápolis, 24 maio 2008. Disponível em: <<http://www.abub.org.br/recursos/2013/03/estatuto-da-alianca-biblica-universitaria-do-brasil>>. Acesso em: 10 maio 2016.

¹³⁴ FROZI, Daniela. *ABU editora: 40 anos produzindo uma literatura para a promoção da vida!*. Disponível em: <<http://www.abub.org.br/compartilhe/informativos/entre-nos/item-principal/2015/04/abu-editora-40-anos-produzindo-uma-literat>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

¹³⁵ *Entre Nós*, abril de 2015.

Essa autonomia custou alto para a ABU Editora, que procurava se encaixar na interface da universidade e evangélicos brasileiros a partir de meados de 1970. Como vimos no início do capítulo, o contexto protestante passava por uma constante fragmentação¹³⁶ e a Editora precisou orientar seus títulos e publicações a um público menor. Em outras palavras, a ABU Editora teve de escolher seguir como ministério de literatura ou abrir-se a qualquer publicação rentável mesmo discordando das bases de fé.

É provável que a crise na ABU Editora tem mais a ver com gestão, devido à saída dos missionários fundadores que se sustentavam, aliado à economia conturbada dos anos 1980, a diminuição significativa do número de grupos filiados¹³⁷ e com o entendimento da literatura como serviço formativo. De fato, o número de publicações específicas sobre temas universitários e que auxiliassem as lideranças eclesiais aumentou com o passar do tempo, mas a escolha pelo conteúdo, sem dúvidas foi o fator determinante. Assim, a Editora optou pela manutenção do conjunto de crenças obrigatórias aos movimentos nacionais fundados pela CIEE.

2.3 A crença e as práticas da ABUB

As bases de fé da Comunidade Internacional são a mesma para os mais de 170 países membros. Para a CIEE, sua declaração de fé “são as verdades fundamentais do cristianismo”¹³⁸. A aceitação, pela ABUB, das bases de fé delimitou e construiu os limites que a organização viria a considerar como práticas religiosas. Pois, além de ser a primeira referência à constituição dos grupos filiados¹³⁹, elas são a principal exigência para a entrada de grupos¹⁴⁰ e, conseqüentemente, para seus participantes chegarem à liderança no movimento.

O terceiro capítulo do estatuto, no artigo 11, trata das bases da fé do movimento:

São Bases de Fé da ABUB:

- a) A existência de um só Deus Pai, Filho e Espírito Santo, um em essência e Trino em pessoa.
- b) A soberania de Deus na criação, revelação, redenção e juízo final.

¹³⁶ ROSA, 2015, p. 119-184.

¹³⁷ QUADROS, 2011, p. 99-100.

¹³⁸ COMUNIDADE INTERNACIONAL DE ESTUDANTES EVANGÉLICOS. Disponível em: <<https://www.ifesworld.org/es/es/qu%C3%A9-creemos>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

¹³⁹ QUADROS, 2011, p. 23

¹⁴⁰ Capítulo I, Artigo III, Parágrafo 1º: Para serem arroladas na ABUB, as ABU, ABS e ABP deverão pedir o seu ingresso nos termos do formulário próprio, no qual declarem que conhecem e aceitam as BASES DE FÉ adotadas pela ABUB, e que conhecem e aceitam todos os termos deste Estatuto, com os seus direitos e deveres.

- c) A inspiração divina, veracidade e integridade da Bíblia, tal como foi revelada originalmente e sua suprema autoridade em assuntos de fé e conduta.
 - d) A pecaminosidade universal e a culpabilidade de todos os homens, desde a queda de Adão, pondo-nos sob a ira da condenação de Deus.
 - e) A redenção da culpabilidade, pena, domínio e corrupção do pecado, somente por meio da morte expiatória do Senhor Jesus Cristo o filho encarnado de Deus, nosso representante e substituto.
 - f) A ressurreição corporal do Senhor Jesus Cristo e sua Ascensão a direita de Deus Pai.
 - g) A Missão pessoal do Espírito Santo para o arrependimento, a regeneração e a santificação dos cristãos.
 - h) A justificação do pecador somente pela graça de Deus, por meio da fé em Jesus Cristo.
 - i) A intercessão de Jesus Cristo como único mediador entre Deus e os homens.
 - j) A única Igreja, Santa e Universal, que é o corpo de Cristo, a qual todos os cristãos verdadeiros pertencem e que na terra se manifestam nas congregações locais.
 - k) A certeza da segunda vinda de Cristo em corpo glorificado e a consumação do seu Reino naquela manifestação;
 - l) A ressurreição dos mortos, a vida eterna dos salvos e a condenação eterna dos injustos.
- Parágrafo único – A ABUB mantém-se filiada à Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos- CIEE e adota as suas bases de fé e seus objetivos internacionais, e participa das suas Assembleias Mundiais com os seus delegados.¹⁴¹

Em julho de 1958, em Cochabamba (Bolívia), a CIEE promoveu o primeiro Encontro Continental, com a participação de lideranças de dezessete grupos estudantis. Na ocasião, os representantes da Comunidade, incluindo Stacey Woods, elaboraram um programa de formação e visitas aos países onde a Comunidade começava a atuar. Além do planejamento e discussão da atuação, houve uma intensa discussão sobre como os grupos latino-americanos se apropriariam das regras de fé internacional. Segundo Samuel Escobar, a discussão ocupou considerável espaço na programação, e conforme ele registrou “[...] as atas das sessões resumem, às vezes em duas apertadas linhas, debates que duraram muitas horas”.¹⁴²

Já no primeiro Congresso Nacional da ABUB, em abril de 1962, estiveram 11 grupos locais representados. Nele foram acordados, em estatuto, os propósitos da ABUB, eleita a primeira equipe administrativa e discutidos ponto a ponto como a organização seria gerida. A exceção das discussões foi o ponto relacionado ao que a organização teria como crença comum. A delegação de São Paulo propôs que todo o capítulo que rege sobre as Bases de Fé (da CIEE, adotadas pela ABUB) fosse aprovado sem discussão. A alegação era que “visto que se trata de Bases de Fé, as quais estão baseadas em verdades bíblicas”¹⁴³ não precisariam ser

¹⁴¹ ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Mairiporã, Congresso Nacional da ABUB 1962. Estatuto sobre as Bases de Fé.

¹⁴² ESCOBAR, 1997, p. 58.

¹⁴³ ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Mairiporã, Congresso Nacional da ABUB 1962. Ata nº 1, p. 7.

discutidas. Assim, “O capítulo III é aprovado integralmente”.¹⁴⁴ A organização demonstrava com isso fidelidade à CIEE desde sua fundação.

Eduardo Gusmão de Quadros, ao analisar o ato de apropriação das bases de fé da CIEE pela ABUB, sem discussão, comenta:

A firmeza doutrinária, o apego à Bíblia e os objetivos elencados pareciam simpáticos a certas lideranças eclesiais, que deram seu apoio ao novo movimento. A construção identitária da ABUB ocorreu, portanto, perante as forças presentes na configuração religiosa. Isto é válido tanto para as diferentes propostas teológicas em vigor, como para o encontro ou confronto com outros movimentos estudantis missionários. Opondo-se à postura vanguardista da UCEB, a ABUB aliou-se, a princípio, às posições não renovadoras, explorando este caráter ‘conservador’ para conquistar seu espaço no contexto eclesial e universitário.¹⁴⁵

Concorda-se com a análise de Eduardo Quadros sobre a postura das lideranças da ABUB e sua tentativa de aproximação de lideranças eclesiais no conturbado contexto da época, pois era por meio do que se cria que missões estrangeiras passavam a ser qualificadas em território brasileiro; a doutrina bíblica era motivo de aceitação ou rechaço de determinadas propostas missionárias. Por isso, a formação pessoal com o envio de estudantes e profissionais a espaços de formação da CIEE tornou-se prática comum nos movimentos nacionais.

Neusa Itioka, ao narrar sobre o Congresso de Cochabamba (1958), fala sobre os seus participantes da seguinte forma: “Estavam presentes os pioneiros da obra estudantil na América Latina: Robert Young, Ruth Siemens, Wayne Bragg(assessor da Comunidade no Caribe)”.¹⁴⁶ Mas também se refere a “profissionais recém-formados e estudantes entusiasmados, muitos dos quais se vinculariam mais tarde ao ministério estudantil”.¹⁴⁷ Tanto Lucas Blanco de Oliveira, advogado recém-formado de São Paulo, quanto Lydia Polech estudante de letras de Curitiba foram representantes do Brasil no Congresso ocorrido na Bolívia.

Quatro anos mais tarde, alguns dos que estavam ali fizeram parte do Congresso que iniciou a ABUB. Lydia Polech estava na delegação de Curitiba, Lucas Blanco presidiu interinamente o Congresso e fez parte do primeiro Conselho Administrativo da ABUB. Esteve presente também Samuel Escobar, que participou das discussões sobre as bases de fé e que agora havia sido enviado pela CIEE para organizar os treinamentos e cuidar da parte

¹⁴⁴ ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Mairiporã, Congresso Nacional da ABUB 1962. Ata nº1, p. 7.

¹⁴⁵ QUADROS, 2011, p. 41.

¹⁴⁶ ITIOKA, 1981, p. 15.

¹⁴⁷ ITIOKA, 1981, p. 15.

administrativa do novo movimento. Na Ata do primeiro Congresso Nacional da ABUB consta:

Faz uso da palavra a senhorita Ruth Siemens, secretária itinerante da A.B.U. no Brasil, para dar uma orientação inicial sobre o que deverá tratar o Congresso; pede ela que se busque a presença de Deus e três orações são feitas. Fala o senhor Samuel Escobar, demonstrando sua grande alegria por ver o desenvolvimento da A.B.U. no Brasil e apresentando uma palavra de estímulo a todos. Ruth Siemens convida Lucas Blanco de Oliveira a presidir interinamente a reunião. Ao assumir a presidência dos trabalhos, convida Bethy Antunez de Oliveira, delegada do Rio de Janeiro, para tomar assento à mesa como secretária interina.¹⁴⁸

Lucas Blanco, membro da Igreja Batista, era um dos estudantes que havia passado pela ACA e que migrou para a ABUB, já que “praticamente não tinha estudos bíblicos” (na ACA), de modo que não se sentia satisfeito com a doutrina da antiga organização. Esse testemunho parece resumir o entusiasmo que os estudantes sentiam e o compromisso que os profissionais mantinham ao permanecerem apoiando a ABUB depois de formados. Afinal, para a situação fragmentada que vivia o protestantismo, declarar no que se cria era buscar apoio entre as lideranças das principais denominações evangélicas e ao mesmo tempo ressaltava o caráter missionário da organização entre estudantes. Isto é, com as Bases de Fé (no que se crê) e com a prática missionária estudantil (como se crê), a ABUB ocupou a lacuna que havia naquele momento no protestantismo brasileiro, especialmente na juventude secundarista e universitária.

Uma das conclusões que Eduardo Quadros chega sobre a migração de estudantes da ACA para a ABUB, após sua extinção na conjuntura repressiva pós-1964, é de certo favorecimento. Em contrapartida “as lutas estudantis do período, o fascínio exercido pelo marxismo e a migração de participantes da ex-ACA para a ABU provocaram alterações nas representações de fé e de missão, gerando a primeira crise identitária”¹⁴⁹. A juventude da ACA (UCEB) que vivenciara a agitação política e a mobilização estudantil do começo dos anos 1960 encarava como sua responsabilidade a luta por melhorias na universidade.

Entre os documentos recomendados pela diretoria da CEB por ocasião da Conferência do Nordeste, em 1962, encontra-se o que fala do grupo estudantil e as devidas orientações:

Creemos fortemente que a reforma universitária deve ser, antes de tudo, uma democratização do ensino, uma abertura dos portões universitários a toda a gente.

¹⁴⁸ ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Mairiporã, Congresso Nacional da ABUB 1962. Ata nº1, p. 2.

¹⁴⁹ QUADROS, 2011, p. 103.

Ali a seleção necessária será feita por mérito e capacidade de cada um, e nunca de acordo com as possibilidades econômicas. [...] O cristão deve lutar por todos os meios ao seu alcance por esta aspiração, pois a religião de Jesus Cristo nunca fez seleção econômica.¹⁵⁰

Além da ênfase na luta por um acesso à universidade que não fosse condicionado às posses econômicas dos candidatos, havia a luta por mudança na finalidade da universidade brasileira daquela década. O documento apontava a necessidade de mudanças: “Currículos obsoletos, vazios; formulação importada e mal adaptada, longe das reais necessidades do País. [...] Para que se faça a reforma universitária devem ser mudadas as estruturas controladoras”.¹⁵¹ O que mais chama à atenção na leitura do documento é a relação entre as declarações de fé e a prática que se requeria dos estudantes protestantes:

Reconhecemos que é dever do estudante cristão brasileiro estar alistado na sua luta de classe, como genuíno cristão que ama o seu próximo e a sua comunidade, procurando servi-los e eliminar de seu meio toda injustiça. [...] Concluímos ainda que, em vista das necessidades e do quadro atual do Brasil, o testemunho do estudante cristão brasileiro terá de ser forçosamente substanciado numa posição revolucionária que expresse a sua insatisfação pelo status vigente, que, em termos cristãos, consideramos injusto e inadequado.¹⁵²

A pergunta fundamental a ser respondida é: que dificuldade um estudante ou um grupo estudantil encontraria para assinar as bases de fé da ABUB, caso sua organização houvesse sido fechada pelo governo ditatorial? Se o novo grupo se identifica como movimento protestante estudantil, tem origens e finalidades missionárias, promove a iniciativa estudantil e também relaciona ortodoxia¹⁵³ com ortopraxia¹⁵⁴, nesse caso a resposta é: nenhuma dificuldade. Foi isso que aconteceu com muitos grupos assim que foram fechados ou lançados na clandestinidade. Seus participantes buscaram abrigo na ABUB.

Alguns ex-participantes da UCEB/ACA, segundo Eduardo Quadros:

Formaram um movimento de secundaristas interno à ABU denominado Movimento Colegial de Estudantes Cristãos. Sua influência foi tão forte que quiseram, inclusive retirar o nome ‘bíblica’ da ABU, abolir a exigência das Bases de Fé e possibilitar que pessoas não filiadas a igrejas evangélicas ocupassem cargos de liderança.[...]

¹⁵⁰ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 446.

¹⁵¹ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 446.

¹⁵² BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 446.

¹⁵³ Ortodoxia: No sentido mais estrito, a ortodoxia significa doutrina correta; em outro sentido, muitas igrejas protestantes tradicionais definem a ortodoxia como estar de acordo com a decisões dos primeiros quatro – ou às vezes sete – concílios ecumênicos. GONZÁLEZ, Justo. *Breve dicionário de teologia*. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 236.

¹⁵⁴ Ortopraxia: frequentemente empregada pelos teólogos da libertação para indicar que a práxis correta é tão importante como a doutrina correta. Também que não basta falar ou crer na verdade, visto que a verdade cristã é sempre verdade em ação, verdade em efeitos. GONZÁLEZ, 2009, p. 236.

Um Congresso Nacional extraordinário foi realizado para debater tais propostas e elas foram derrotadas.¹⁵⁵

Assim como os secundaristas, alguns oriundos de outros movimentos influenciaram os universitários e também promoveram tentativas de mudanças nas práticas da ABUB mantendo-se leais às Bases de Fé. Houve uma mudança de perspectiva, pois “em relação a estes grupos, a questão não era mais o que se crer, mas sim o como”.¹⁵⁶ Assim, mesmo que os grupos concordassem com a mesma doutrina, seus históricos haviam sido forjados de diferentes maneiras e isso influenciava a forma de interpretar o que criam. Ou seja, foi possível pertencer à mesma filiação da ABUB, inclusive assinando as Bases de Fé, mas foi impraticável a tentativa de modificação do modelo. O que prevaleceu foi o modelo da crença, o que o identificava como CIEE e a aproximação das igrejas evangélicas (identidade confessional).

Passada essa primeira crise identitária (1970), os grupos que propuseram as mudanças foram desligados ou extintos. A década avançou e com ela a participação cada vez maior nos encontros de formação da CIEE, a presença constante de missionários enviados para apoiar o movimento brasileiro, a organização da ABU Editora e a forte ligação entre a CIEE e o Congresso Mundial de Evangelização em Lausanne (1974) possibilitaram a permanência do projeto proposto pela ABUB para ocupação da lacuna que havia. Outro fator determinante que deu segurança para a continuidade do projeto foi a forma de organização da ABUB, que por meio de suas lideranças puderam “demarcar um estilo de apropriação bíblico-teológico”¹⁵⁷ e delimitar as suas práticas religiosas.

Nessa fase, “a ABU não espiritualizou suas atividades, mas pelo contrário, intensificou a sensibilidade com os problemas sociais”.¹⁵⁸ A culminância da afirmação das Bases de Fé aplicadas ao contexto brasileiro não era mais mérito das antigas organizações ecumênicas, mas fora incorporada pelos evangélicos, principalmente com a mudança no cenário evangélico internacional contido no documento final do Congresso de Lausanne, o Pacto de Lausanne (1974).

¹⁵⁵ QUADROS, 2011, p. 55.

¹⁵⁶ QUADROS, 2011, p. 55.

¹⁵⁷ QUADROS, 2011, p. 103.

¹⁵⁸ QUADROS, 2011, p. 103.

2.3.1 A prática contextualizada e a responsabilidade social

O Congresso Internacional sobre Evangelização Mundial, ocorrido em 1974, na cidade suíça de Lausanne, foi organizado por Billy Graham e John Stott e reuniu 2700 delegados de mais de 150 países, além de cerca de 1500 observadores, inclusive católicos romanos. Desse Congresso originou-se um movimento evangélico global denominado Movimento de Lausanne. Certamente o congresso ficou mais conhecido pelo documento final assinado por todos os participantes, mas também ficou conhecido pelas comissões de estudos e consultas que produziram materiais de ensino para a missão evangélica pelo mundo.¹⁵⁹

O Pacto de Lausanne é uma das mais importantes declarações do movimento evangélico. São quinze artigos com pontos fundamentais que articulam temas sobre o que crêem, mas principalmente sobre como se pratica a fé evangélica. Em poucos anos, o documento passou a ser a declaração de fé orientadora de inúmeras igrejas e organizações missionárias. O ponto cinco, sobre a Responsabilidade Social do Cristão, diz:

Afirmamos que Deus é o Criador e o Juiz de todos os homens. Portanto, devemos partilhar o seu interesse pela justiça e pela conciliação em toda a sociedade humana, e pela libertação dos homens de todo tipo de opressão. Porque a humanidade foi feita à imagem de Deus, toda pessoa, sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade possui uma dignidade intrínseca em razão da qual deve ser respeitada e servida, e não explorada. Aqui também nos arrependemos de nossa negligência e de termos algumas vezes considerado a evangelização e a atividade social mutuamente exclusivas. Embora a reconciliação com o homem não seja reconciliação com Deus, nem a ação social evangelização, nem a libertação política salvação, afirmamos que a evangelização e o envolvimento sociopolítico são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. [...] A salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta.¹⁶⁰

Há pelo menos três características importantes dessa declaração que interessa destacar. Em primeiro lugar, ela contextualiza de modo adequado a teologia da ação social, relacionando-a ao pensamento cristão sobre o divino e sobre a religião (da reconciliação), a respeito da justiça (relação de alteridade) e à doutrina cristã da criação à imagem e

¹⁵⁹ Além do Pacto, inúmeros recursos foram disponibilizados ao longo dos anos pelas comissões de estudos de cada tema abordado no Congresso de 1974. As consultas e comissões funcionam como encontros regionais e por temas, reunindo experiências diversas em torno de cada assunto.

¹⁶⁰ PACTO de Lausanne, ponto 5 Sobre a Responsabilidade Social do Cristão. Disponível em: <<https://www.lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/pacto-de-lausanne-pt-br/pacto-de-lausanne>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

semelhança do Criador.¹⁶¹ Em segundo lugar, o Pacto declara que a evangelização e a ação social não excluem uma à outra, dando a base para uma visão holística entre crença e prática na concepção evangélica. Em terceiro lugar, o chamado à responsabilidade e arrependimento pela negligência em não atuar de forma integradora do testemunho bíblico de atividade social e a luta histórica pela justiça em favor dos oprimidos, isto é, arrependimento por ter sido parcial.¹⁶²

Seu grande legado para a ação missionária cristã é a importância dada à contextualização da crença evangélica. Os documentos e o testemunho de alguns participantes exemplificam isso. Os participantes que interessam nesse estudo são os relacionados à CIEE. Três deles possuíam relação direta com o surgimento da CIEE no Brasil. Na comissão de programação havia Paul Little¹⁶³ e, conforme Samuel Escobar, “cerca de 300 participantes eram de movimentos estudantis filiados à CIEE, e vários deles tiveram responsabilidades como expositores ou coordenadores de grupos”.¹⁶⁴

Os latino-americanos Samuel Escobar¹⁶⁵ e René Padilla¹⁶⁶ participaram ativamente do Congresso. Escobar falou sobre “Evangelização e a busca humana pela liberdade, justiça e realização”, enquanto Padilla expôs sobre o tema “O Evangelho e a evangelização”. Para garantir que os temas tratados não se resumissem ao Congresso, os organizadores adotaram a dinâmica de enviar os resumos das exposições e palestras para a discussão prévia dos participantes. Samuel Escobar descreve que “foram distribuídas em espanhol, inglês, francês, alemão e indonésio com vários meses de antecedência”.¹⁶⁷ Ainda segundo ele:

Os resumos de Padilla provocaram grandes debates, pois ele apresentava o Evangelho a partir do seu fundamento bíblico, ao passo que criticava as versões mais populares do que chamou de ativismo evangelizador e missionário, que em muitos casos eram versões de uma determinada ‘cosmovisão cristã’. Consciente ou não, a mensagem cristã era identificada com o estilo de vida norte americano. René Padilla reconhecia a motivação de quem evangelizava desse modo, mas criticava

¹⁶¹ “Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus os criou; homem e mulher os criou”. BÍBLIA. A.T. Gênesis 1.27: Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional, 2002.

¹⁶² TENNENT, Timothy C. *O Movimento de Lausanne e o evangelicalismo global: distintivos teológicos e impacto missiológico*. Disponível em: <<https://www.lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/o-movimento-de-lausana-e-o-evangelicalismo-global-distintivos-teologicos-e-impacto-missiologico>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

¹⁶³ CAMERON, Julia E. M. *The Lausanne legacy: landmarks in global mission*. Peabody: Hendrickson Publishers, 2016, p. 17.

¹⁶⁴ ESCOBAR, Samuel. *La obra estudiantil y La teologia evangélica*. [1997?] Disponível em: <<http://documents.mx/documents/obra-estudiantil-y-teologia-evangelica-samuel-escobar.html#>>. Acesso em: 10 abr. 2016. Tradução nossa.

¹⁶⁵ Em 1974, Samuel Escobar estava como Secretário-Geral ABU no Canadá.

¹⁶⁶ Em 1974, René Padilla estava como Secretário-Geral adjunto da CIEE para América Latina.

¹⁶⁷ ESCOBAR, Samuel. *La obra estudiantil y La teologia evangélica*. [1997?]

duramente o que chamou de falsa versão do evangelho. As principais partes de seu texto aparecem na redação final do Pacto de Lausanne.¹⁶⁸

No início dos anos 1970, vários artigos de René Padilla foram publicados nas revistas *Certeza* e *Iglesia y Misión*, bem como suas falas em espaços de formação da Fraternidade Teológica Latino-americana (FTL)¹⁶⁹ e da CIEE traziam seu compromisso com uma hermenêutica que tentava dar conta da realidade dos povos em contexto de pobreza e injustiça. O fato de René Padilla ter tido espaço de compartilhar sobre a realidade latino-americana no Congresso, deve-se tanto à participação de Paul Little na equipe de programação liderada por Leighton Ford, como pelo novo momento que o “evangelicalismo” vivia desde o Congresso Mundial de Evangelização, em 1966, em Berlim.

Em resposta às perguntas feitas após o envio dos resumos, René Padilla diz:

Não quero insinuar que os cristãos americanos sejam os únicos sujeitos a confundir Escritura com cultura. O fato, entretanto, é que, em virtude do papel exercido pelos Estados Unidos no cenário político internacional, bem como na difusão do evangelho, essa modalidade particular de cristianismo, como nenhuma outra atualmente, exerce uma influência poderosa, que ultrapassa em muito as fronteiras daquela nação.¹⁷⁰

Assim, a responsabilidade pela contextualização cabia mais a quem produzia teologia. No Brasil, a ABUB assumiu a mensagem do Pacto de Lausanne e convocou o Congresso Missionário de 1976, em Curitiba. A sugestão foi de René Padilla, e após uma seleção dos mais de 3.000 inscritos, 500 foram selecionados, pois reunir um número de estudantes maior que este sob o governo militar não era algo comum.¹⁷¹

O livro *Cristo é o Senhor* de Dionísio Pape foi leitura preparatória, pois o tema do Congresso era: “Jesus Cristo: Senhorio, Propósito e Missão”. As palestras abordavam vocação missionária e a realidade latino-americana, e foram dadas por Samuel Escobar e Russell Shedd, entre outros. Seu produto final foi o documento denominado “Pacto de Curitiba”, que de certa forma delineou o que o movimento acreditava e como levariam à prática sua missão. Depois disso, “os grupos e projetos missionários multiplicaram-se sob um

¹⁶⁸ ESCOBAR, Samuel. *La obra estudiantil y La teologia evangélica*. [1997?]

¹⁶⁹ Samuel Escobar, René Padilla, Emilio Antonio Nuñez, Pedro Savage e Ricardo Sturtz foram a primeira liderança da FTL. A FTL organizou quatro Congressos Latino-americanos de Evangelização (CLADEs – 1979, 1992, 2000 e 2012) e foi responsável por congregar lideranças de igrejas e movimentos em torno do paradigma da missão integral da igreja.

¹⁷⁰ PADILLA, René. A evangelização e o mundo (Tese e Comentário). In: *A missão da Igreja no mundo de hoje*: principais palestras do Congresso de Lausanne. 3e. São Paulo: ABU Editora, 1989, p. 139.

¹⁷¹ QUADROS, 2011, p. 66.

novo programa de atuação”¹⁷² e a “ênfase na atuação junto às classes menos favorecidas através do serviço cristão será o fator diferencial incorporado em sua prática”¹⁷³.

Com a ampliação da visão que o movimento passou a ter após o Congresso Missionário, novas dinâmicas se estabeleceram na ABUB. Foi nesse período que esta enfatizou a centralidade e o protagonismo que o estudante precisava assumir. Justamente quando os grupos locais e seus ajuntamentos regionais ganharam mais força, foi que aflorou novamente a questão identitária. Assim, “princípios teológicos e estratégicos deveriam ser estabelecidos para, posteriormente, serem aplicados em cada contexto”.¹⁷⁴

Seis princípios foram reafirmados pela liderança do movimento¹⁷⁵: iniciativa e responsabilidade estudantil; autonomia; intensificação da relação ABU-Igreja; ênfase missionária; ênfase confessional; e herança evangélica. Também a Assessoria a Projetos Missionários foi criada um ano após o Congresso com uma equipe¹⁷⁶ de apoio, pesquisa e visita aos projetos. Com isto, o ciclo de incentivo ao surgimento de novas iniciativas foi intensificado.

Com o desenvolvimento dos projetos e com a regionalização dos grupos, a ABUB viveu duas novas situações. A primeira foi que seu discurso religioso sobre engajamento sociopolítico havia se aproximado do que a ACA propagava até uma década atrás. Seu referencial identitário ocupava assim a lacuna deixada após a ACA ter sido absurdamente calada por lideranças eclesiais e políticas ultraconservadoras. Em segundo lugar, sua luta por uma sociedade mais justa e sua ênfase na assistência e defesa dos mais pobres aproximou sua prática religiosa do catolicismo latino-americano pós Vaticano II, isto é, aproximava-se nas práticas, ainda que divergisse na crença.

Consequentemente ou ironicamente, a contextualização da crença e a prática engajada por meio do conceito de responsabilidade social trazidas pelo Congresso de Lausanne, geraram a terceira crise identitária do movimento. As duas primeiras foram internas e foram delineadas e reafirmadas pela liderança do movimento com a ênfase nas Bases de Fé e na identificação com as práticas da CIEE. A terceira tinha relação direta com a

¹⁷² QUADROS, 2011, p. 65.

¹⁷³ QUADROS, 2011, p. 69.

¹⁷⁴ QUADROS, 2011, p. 73.

¹⁷⁵ O Secretário Geral era Dieter Brephol, que ficou até o Congresso de 1984. Ele entrou na ABUB ainda como universitário em Curitiba e após oito nos na função, foi trabalhar na Secretaria Geral da CIEE para a América Latina, a mesma função que havia sido ocupada por René Padilla na década de 1970.

¹⁷⁶ Financiados pela Visão Mundial, Paul Freston, Yolanda Braga, Jadyr Braga e Rubens Osório ficaram responsáveis pela fundamentação “teórico-metodológico” dos projetos.

natureza da CIEE, e o movimento brasileiro precisava decidir sobre que distância manteria dos católicos e dos evangélicos na crença e na prática.

2.3.2 Aproximações e distanciamentos: a questão católica e evangélica

As duas novas situações vividas pela ABUB, provocadas pela ênfase na contextualização de suas crenças, permitiram que ela se aproximasse do discurso da ACA em sua fase de engajamento sociopolítico. Para Eduardo Quadros, há uma aproximação no discurso de engajamento dos estudantes por meio da ação social, mas com diferenças na metodologia. Ele comenta sobre a ACA: “Esta optou pela luta revolucionária, enquanto que os grupos da CIEE ensinam que a transformação da sociedade ocorrerá pelo serviço amoroso dos cristãos, aguardando pacientemente que Deus realize seu projeto na história”¹⁷⁷.

Essa visão expressada no Pacto de Curitiba, vivenciada nos projetos e ensinada nos grupos locais possibilitou uma atuação contínua e informal, que pode ser chamada de “missionários de disseminação informal”. Paul Freston, ao analisar sobre as organizações paraeclesiais “evangélicas”, afirma sobre a ABUB:

Uma entidade como a ABU, que não inclui uma postura política na sua identidade básica, mas que embute a orientação política num conjunto de ensinamentos religiosos, pode conseguir, a médio prazo, um efeito político maior no campo protestante, gozando de maior aceitação e formando pessoas conscientes da especificidade religiosa de sua visão de mundo. Este último item é importante, pois liberta dos problemas liberais de definição de agendas e manutenção de clientelas.¹⁷⁸

O contexto político latino-americano do final da década de 1960 e início de 1970, trouxe importantes modificações, principalmente na compreensão católica romana referente à ação política. Os encontros de Medellín (1968) e Puebla (1978) foram marcos na reflexão da prática católica no continente. Em Medellín teve ocasião a Conferência do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), cujo tema foi “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. O objetivo principal era aplicar à realidade continental os princípios do Vaticano II, sendo que foi a primeira vez que um papa veio à América Latina. Sua principal contribuição foi marcar a aproximação da crença católica à prática da evangelização contextualizada.

Junto com a ABUB, outras organizações passaram a adotar o conceito de responsabilidade, ou pelo menos de preocupação com o social, e foi com essa prática de

¹⁷⁷ QUADROS, 2011, p. 68.

¹⁷⁸ FRESTON, 1993, p. 132.

evangelização contextualizada que houve a aproximação de suas práticas com outros grupos, inclusive católicos. Para Robinson Cavalcanti, houve certa relação entre a prática religiosa da ABUB, quanto ao que defendia como missão – contextualização –, e o pensamento religioso surgido no seio católico latino-americano. Quanto a isso, comenta:

A teologia da libertação é, em certo sentido, herdeira do antigo evangelho social e de correntes mais recentes, como a teologia política europeia de um Johannes Metz ou um Jurgen Moltmann, que aqui teria sintonia nas obras de um Richard Shaull, de um Joseph Comblin, de um Rubens Alves, passando pelo trabalho realizado pelo ISAL dez anos antes.¹⁷⁹

Ele ressalta que esse pensamento encontrou resistência entre católicos como Battista Mondin, assim como entre protestantes, como Pedro Arana, fundador da FTL em 1970. Segundo este, “os teólogos da libertação forçaram os evangélicos a tomar seriamente a situação em que vivem na qual proclamam o evangelho”.¹⁸⁰ Pedro Arana menciona ainda outras mudanças na prática católica latino-americana: “Forçaram os evangélicos a ler a Bíblia seriamente e a rever sua atitude diante da revelação, especialmente aos condicionamentos de sua leitura; chamaram a atenção para a relação entre a fé e a obediência”.¹⁸¹

Nosso interesse consiste em tentar compreender como os estilos e métodos seguidos pela ABUB se aproximaram, ou não, dos seus contemporâneos católicos e evangélicos. Por isso, podemos recorrer ao pensamento de Samuel Escobar, quando afirma que “há diversos aspectos da obra missionária que se pode fazer uma pesquisa comparativa. Por exemplo, o tema da participação dos leigos na tarefa missionária, ou o tema da relação entre conquista colonial e missões”.¹⁸² Ele ressalta a crítica que a metodologia missionária católica sofreu ao reconhecer sua debilidade, pois “as missões católicas na América Latina conseguiram estabelecer a instituição, mas não chegaram a converter a pessoas”.¹⁸³

Sobre a finalidade da ação missionária, ele comenta: “É muito importante constatar que teólogos como Juan Luis Segundo e Gustavo Gutiérrez, já no princípio da sua trajetória, assinalaram essa debilidade do catolicismo latino-americano, movidos por uma forte preocupação pastoral”.¹⁸⁴ Antes de definirem sua missão, portanto, os católicos definiam a natureza da igreja. A crítica desses teólogos era justamente o fato das missões católicas terem produzido os chamados “cristãos nominais”.

¹⁷⁹ CAVALCANTI, 2002, p. 221.

¹⁸⁰ CAVALCANTI, 2002, p. 222.

¹⁸¹ CAVALCANTI, 2002, p. 223.

¹⁸² ESCOBAR, 1997, p. 58.

¹⁸³ ESCOBAR, 1997, p. 59.

¹⁸⁴ ESCOBAR, 1997, p. 60.

Quanto às origens do movimento missionário protestante, Samuel Escobar recorda que “os historiadores de missões, como Latourette, Neil e Justo González, assinalam que as missões protestantes brotaram do avivamento pietista”.¹⁸⁵ Com isso, ele se remete à experiência protestante de ênfase na conversão do indivíduo, não dando assim conta de assimilar o “quadro de pobreza e injustiça característico da América Latina”.¹⁸⁶ Ele, portanto, chega a algumas conclusões:

Uma tarefa teológica e pastoral muito importante é a correção dos excessos do individualismo evangélico. [...] O integralismo reconhece a necessidade de uma experiência pessoal da graça salvadora de Deus, mas ao mesmo tempo recupera a visão bíblica do ser humano como ser social, cuja transformação é vivida, em primeiro lugar, no contexto de uma comunidade que, em si mesma, é uma expressão do reino de Deus e um anúncio da nova criação. [...] Uma eclesiologia adequada nos livra também da tentação sectária que impede a cooperação em missões [...].¹⁸⁷

O modelo que Samuel Escobar chama de integralismo, adotado pela ABUB, consiste na prática evangelizadora que assiste tanto ao indivíduo (herança pietista) quanto às comunidades (estruturas eclesiais e sociais). Esse integralismo surgiu no meio de teólogos evangélicos latino-americanos ligados à CIEE do continente, fortaleceu-se no seio do movimento estudantil ao qual a maioria estava ligada e difundiu-se em novas organizações como a FTL, e fincou-se na missiologia latino-americana, encontrando paralelos em outras partes do mundo por meio do Movimento Lausanne, nas últimas quatro décadas. O integralismo é hoje mais conhecido como Teologia Holística ou Teologia da Missão Integral.

Os grupos ligados à CIEE tornaram-se, portanto, porta-voz da Missão Integral na América Latina. Ao dar voz à integralidade da missão, a ABUB assumia a postura de distanciar-se dos setores mais “conversionistas” do protestantismo e ao mesmo tempo assumia que em determinados contextos poderia trabalhar em parceria pelo bem social, inclusive com católicos romanos.

Do Brasil, muitas lideranças de denominações evangélicas participaram do Congresso de Lausanne I (1974)¹⁸⁸, mas segundo Robinson Cavalcanti “o Congresso foi considerado muito avançado para os conservadores e muito tímido para os teologicamente

¹⁸⁵ ESCOBAR, 1997, p. 62.

¹⁸⁶ ESCOBAR, 1997, p. 62.

¹⁸⁷ ESCOBAR, 1997, p. 64.

¹⁸⁸ Do Rio Janeiro saiu um voo fretado com os participantes de todo o país e países vizinhos. Entre os participantes líderes das principais denominações protestantes da época e demais ministérios missionários com presença na América Latina.

mais à esquerda”¹⁸⁹. Para ele, a repercussão no Brasil não foi ideal e “surpreendentemente, o Pacto foi editado pela CPAD¹⁹⁰, por iniciativa do missionário Lawrence Olson. E o vazio deixado pela Confederação Evangélica dez anos antes somente vem conhecer uma tentativa de resposta, com a AEvB¹⁹¹, muito depois”¹⁹².

Robinson Cavalcanti, em seu livro *A Utopia Possível*, define a crença propagada pela ABUB:

A Teologia Holística é uma corrente aberta, integrada por pessoas e várias denominações e posicionamentos políticos e partidários, unidas pelo ideal de recuperar a herança histórica do protestantismo em sua ética social, resgatar a caminhada histórica da Igreja e os ensinamentos bíblicos, lançando mão dos diversos marcos teóricos disponíveis.¹⁹³

Ele recorda que, no Brasil, esse pensamento (o “evangelicalismo integral”) “marcou fortemente sua presença no Congresso Brasileiro de Evangelização, Belo Horizonte, novembro de 1983, pela voz de militantes da ABUB, Visão Mundial, ‘evangelicais’ de confissão luterana e outros”¹⁹⁴. Nesse sentido, Eduardo Quadros concorda que “a consciência crítica em relação às igrejas protestantes emergiu juntamente com renovação do pensamento teológico latino-americano”¹⁹⁵.

O contexto da época havia criado, assim, uma “crítica político-ideológica da prática eclesiástica” e isso “deixou muitos cristãos evangélicos em crise com suas igrejas”¹⁹⁶. O desdobramento dessa crise dentro da ABUB e como ela se reorganizou para, de algum modo, continuar com uma proposta evangelizadora no contexto estudantil é o que será abordado no capítulo seguinte desta pesquisa.

¹⁸⁹ CAVALCANTI, Robinson. *O Congresso de Lausanne e a missão da igreja*. Disponível em: <<http://www.ftl.org.br/new/downloads/OCongressodeLausanneeaMissaoIntegraldaIgrejaporRobinsonCavalcanti.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

¹⁹⁰ Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Editora da maior denominação pentecostal do Brasil e que não se apresenta como adepta do paradigma missionários da missão integral. Anos depois a ABU Editora e a Visão Mundial publicaram os textos das Comissões de Lausanne.

¹⁹¹ A Aliança Evangélica Brasileira foi fundada em 1991 e pretendia congregar igrejas e organizações evangélicas de forma representativa. Teve como seu principal expoente o presbiteriano Caio Fábio DAraújo Filho.

¹⁹² CAVALCANTI, Robinson. *O Congresso de Lausanne e a missão da igreja*. Disponível em: <<http://www.ftl.org.br/new/downloads/OCongressodeLausanneeaMissaoIntegraldaIgrejaporRobinsonCavalcanti.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

¹⁹³ CAVALCANTI, Robinson. *A utopia possível: em busca de um cristianismo integral*. Viçosa, MG: Ultimato, 1993, p. 45.

¹⁹⁴ CAVALCANTI, 1993, p. 27.

¹⁹⁵ QUADROS, 2011, p. 81.

¹⁹⁶ QUADROS, 2011, p. 82.

3 NOVOS E VELHOS CAMINHOS

Algumas mudanças significativas foram experimentadas na ABUB entre os anos de 1976 e 1984. Se por um lado o Congresso Missionário de 1976 trouxe impulso para ações de serviço à sociedade e às igrejas, a diversificação das práticas devido às mudanças na conjuntura entre religião e sociedade gerou novas situações: a ABUB se manteve fiel às suas bases de fé, contudo suas práticas a levaram a novas fronteiras.

Pelo serviço à sociedade, a organização chegou às fronteiras da realidade socioeconômica do país. Através do engajamento com a Universidade, reorientou sua missão ao mundo estudantil, ressignificando sua estrutura, seu conceito de missão e sua forma de atuação. Já no campo religioso, apareceram novos debates sobre a necessidade de definição identitária e a respeito de que leitura passaria a ter sobre a Igreja no contexto brasileiro.

Por meio do discurso voltado ao serviço à sociedade e na busca por adequar a fé evangélica à realidade de pobreza e injustiça, a ABUB aproximou-se da prática cristã libertadora, porém mantendo a superioridade da Bíblia como intérprete da realidade. Para Michael Löwy, em *A guerra dos deuses*, há uma mudança na postura de alguns grupos evangélicos no período da redemocratização. Na perspectiva do autor, esses são chamados de “progressistas”, principalmente por adotarem práticas semelhantes às encontradas entre religiosos católicos da libertação. Segundo Löwy:

Os evangélicos progressistas brasileiros se recusam a ser identificados com a teologia da libertação e com o catolicismo de esquerda: desinteressados do ecumenismo, eles desenvolvem sua própria teologia evangélica, o ‘cristianismo integral’, baseado em uma visão estritamente bíblica do mundo e dos seres humanos.¹⁹⁷

Concorda-se com o autor a respeito desse distanciamento entre os interlocutores desse cristianismo integral e os da teologia da libertação, bem como dos ecumenistas. Os documentos já citados (Pacto de Lausanne e Pacto de Curitiba) demonstram a identificação evangélica dessa vertente protestante. No entanto, ao assumir o discurso sobre o serviço à sociedade, a ABUB distanciou-se de parte das igrejas protestantes que adotavam uma interpretação cada vez mais escatológica da vida.¹⁹⁸ Ao fazer isso, aproximou-se da realidade de pobreza, injustiça e fome que atingiam muitas regiões do país. O método adotado do

¹⁹⁷ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 201.

¹⁹⁸ Escatologia: do grego *eschata* (últimas coisas) e *logos* (tratado, doutrina ou palavra). Frequentemente a escatologia se ocupa de temas como *parousia* de Jesus, juízo final, a vida eterna, o milênio, arrebatamento, a ressurreição dos mortos etc. GONZÁLEZ, Justo. *Breve dicionário de teologia*. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 111.

cristianismo latino-americano era a libertação. A fundamentação teórica é que se diferenciava de acordo com o grupo ao qual se pertencia.

É destacável como, ao avançar nesta leitura sobre as práticas religiosas da ABUB, vê-se, em certo sentido, uma possível nova construção hermenêutica ganhando força no protestantismo brasileiro por meio da atuação paraeclesial da ABUB, Visão Mundial e FTL. Passa-se, então, à análise dos caminhos seguidos pela ABUB no que se refere à participação social, por meio institucional e também por meio de importantes atores do enredo da missão estudantil no Brasil.

3.1 Caminhos da participação social

Por caminhos da participação social, entende-se que assim como a ABUB se propôs a caminhar dentro de uma pluralidade política (prática) e unidade teológica (crença), ela aceitou delimitar seus referenciais. Isto quer dizer que associar o nome da organização a projetos de serviço e evangelização atenderia a certa parcela do protestantismo nacional e a afastaria de outros grupos.

Por isso, as escolhas feitas pela ABUB foram também reações ao contexto imediato brasileiro. Conforme Paul Freston, “a história da ABU mostra que um movimento teologicamente conservador tende a retrair-se em questões sociopolíticas quando concorre com um similar teologicamente liberal”¹⁹⁹. Isso parece explicar o fato de a ABUB não ser ligada institucionalmente a nenhuma igreja protestante, contudo precisar ter cautela na aplicação prática de sua crença. Crença esta que é condicionante, assim como ser membro de uma igreja protestante, para que qualquer membro inicie sua caminhada de liderança dentro do movimento.

Ver-se-á, então, onde a ABUB legitimou, direta ou indiretamente, as falas sobre o serviço à sociedade como componente essencial à missão estudantil. Para isso recorrer-se-á a três relevantes documentos²⁰⁰ para a ABUB: Pacto de Lausanne (1974), Pacto de Curitiba (1976) e Compromisso de Belo Horizonte (1983).²⁰¹

¹⁹⁹ FRESTON, 1993, p. 131.

²⁰⁰ Estes documentos representam o que foi debatido em cada encontro e são ao mesmo tempo resultados de sobreposição de interpretações teológicas prevalentes em cada grupo, ou seja, o que se registra é a interpretação que prevaleceu entre os participantes.

²⁰¹ STOTT, John. *Pacto de Lausanne* (Comentado por John Stott). 2. ed. ampliada. São Paulo: ABU Editora; Visão Mundial, 2003, p. 89-103 (Série Lausanne 30 anos).

3.1.1 O Pacto de Lausanne

O quinto artigo do Pacto de Lausanne, assinado por todos os participantes, diz: “[...] Nos arrependemos de nossa negligência e de termos algumas vezes considerado a evangelização e a atividade social mutuamente excludentes”.²⁰² Logo a seguir, o ponto central constituinte desse cristianismo integral: “Embora a reconciliação com o homem não seja reconciliação com Deus, nem ação social evangelização, nem a libertação política salvação, afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambos parte do nosso dever cristão”.²⁰³ De forma mais categórica, afirma: “A salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta”.²⁰⁴

A mútua exclusão de evangelização e a atividade social que o Pacto menciona era o que diferenciava de outras práticas protestantes. Melhor dizendo, certas denominações evangélicas priorizavam o contato com não-crentes, com a verbalização de seu conteúdo de fé, enquanto outras buscavam demonstrar por meio de ações na sociedade. O que o documento enfatiza é que essa priorização levava quase sempre a um esquecimento do outro ponto, e convergi-los na prática evangelizadora seria a interpretação mais correta. A ABUB não só aceitou essa afirmativa como procurou equilibrar os dois princípios na prática evangelizadora no Brasil.

O documento também serviu de reforço ao comportamento da ABUB como uma instituição protestante interdenominacional, pois ele identifica a Igreja Cristã para além da instituição religiosa. O que para as entidades paraeclesiais costuma ser uma linha tênue. O sexto artigo diz: “A igreja é antes a comunidade do povo de Deus do que uma instituição, e não pode ser identificada com qualquer cultura em particular, nem com qualquer sistema social ou político, nem com ideologias humanas”²⁰⁵.

O Pacto de Lausanne não só contribuiu na mudança de paradigmas a respeito da missão cristã, como tornou-se referência à prática de igrejas e movimentos pelo mundo. A prática engajada com a sociedade ficou como necessária ao testemunho cristão no mundo:

Precisamos deixar os nossos guetos eclesiais e penetrar na sociedade não-cristã. Na missão de serviço sacrificial da igreja a evangelização é primordial. A evangelização mundial requer que a igreja inteira leve o evangelho integral ao

²⁰² STOTT, 2003, p. 91.

²⁰³ STOTT, 2003, p. 91.

²⁰⁴ STOTT, 2003, p. 91.

²⁰⁵ STOTT, 2003, p. 92.

mundo todo. A igreja ocupa o ponto central do propósito divino para com o mundo, e é o agente que ele promoveu para difundir o evangelho. Mas uma igreja que pregue a Cruz deve, ela própria, ser marcada pela Cruz. Ela torna-se uma pedra de tropeço para a evangelização quando trai o evangelho ou quando lhe falta uma fé viva em Deus, um amor genuíno pelas pessoas, ou uma honestidade escrupulosa em todas as coisas, inclusive em promoção e finanças.²⁰⁶

Quanto a isso a ABUB respondeu com a tentativa de contribuir e convocou o Congresso Missionário de 1976 produzindo também seu documento de compromisso, o Pacto de Curitiba.

3.1.2 O Pacto de Curitiba

A necessidade de avaliação no seio do cristianismo brasileiro foi demonstrada no Pacto de Curitiba, com a seguinte afirmação:

Reconhecemos que Deus nos tem colocado, neste momento particular da História, como suas testemunhas na América Latina. Nosso continente se caracteriza por passado ibérico comum, por um cristianismo apenas nominal, por uma dependência definida nos setores social e político, e por um processo de agudas transições.²⁰⁷

É interessante notar o reconhecimento que os congressistas fizeram de suas responsabilidades históricas ao sinalizarem “neste momento particular a História”. Essa percepção vem acompanhada da afirmação de superioridade da crença protestante sobre a concepção católica romana de cristianismo, quando listam entre os desafios o que chamaram de “cristianismo apenas nominal”. Por cristão nominal, entende-se como o cristão que professa a crença, mas que não se compromete com as instituições religiosas, não se engaja na prática evangelizadora e por isso é um cristão de nome, isto é, um não-cristão.

Pode-se perceber que o documento assinado por mais de quinhentos participantes, que também representavam organizações, igrejas e grupos estudantis ligados à CIEE em toda a América Latina, não considera o cristianismo católico romano como suficiente quanto à pregação da doutrina, necessitando, portanto, da ação missionária protestante. Por isso, os pontos seguintes (13 e 14) do Pacto de Curitiba demarcam o “impulso missionário”, o “desafio de transpor as barreiras da desigualdade, da injustiça e da idolatria ideológica”, bem como o “chamado a levar a presença de Jesus Cristo proclamando seu Evangelho redentor, servindo no mundo e transformando-o por seu amor”.²⁰⁸

²⁰⁶ STOTT, 2003, p. 92

²⁰⁷ STOTT, 2003, p. 99.

²⁰⁸ STOTT, 2003, p. 99

Ao se comprometerem com esses princípios, os estudantes e profissionais da ABUB saíram do Congresso Missionário de Curitiba empenhados em difundir nas igrejas protestantes tais compromissos. O contexto pós-Congresso tornou-se de sensível abertura política com movimentos nas ruas promovidos por estudantes e operários, e no campo jurídico os primeiros passos para a anistia dos exilados políticos e as mudanças no regime partidário. O reflexo do encontro, aliado ao contexto sociopolítico do período, fez a ABUB ampliar seu campo de missão da universidade para o restante da sociedade.

A demanda de recursos humanos e financeiros foi um desafio para a ABUB, porém, naquele período muitos projetos se vincularam à ABUB ou a profissionais que haviam recebido a formação de lideranças no movimento:

Havia, nesta época, o Projeto Koinonia (GO), assistindo uma comunidade carente em Corumbá; o Projeto Funil (MG), auxiliando uma comunidade rural; o projeto Toledo (PR) com uma vila operária; o Projeto Bananal (PA), com índios Karajá e sertanejos da Ilha do Bananal; e o Hospital Evangélico Maranata (GO). No geral os estudantes e profissionais visitavam o local prestando serviços odontológicos, médicos, educativos e levando a mensagem cristã.²⁰⁹

Entre 1980 e 1986, a ABUB experimentou mais uma crise. A natureza religiosa do serviço desempenhado pelos estudantes e profissionais ligados ao movimento passou a ser objeto de disputa. A prática missionária da ABUB aproximou-se das comunidades necessitadas de serviços e o contingente aumentou. Junto aos que se aproximaram da ABUB no período estavam os católicos romanos. Voltaram ao campo de discussão os assuntos sobre identidade, interpretação da Bíblia e necessidade das Bases de Fé. A mudança dessa vez era o contexto de abertura sócio-política, que era diferente das crises do início da década de 1960 e de 1970.

3.1.3 O Compromisso de Belo Horizonte

Ocorrido em Belo Horizonte, o Congresso Brasileiro de Evangelização (1983), que segundo Luiz Longuini Neto²¹⁰, foi classificado como o primeiro Congresso capitaneado pelos evangélicos no Brasil, com a promoção de organismos paraeclesiais como a ABUB, Visão Mundial, Visão Nacional de Evangelização (Vinde), dentre outras organizações e igrejas. Realizou-se, também, na mesma proposta, o Congresso Nordestino de Evangelização (1988).

²⁰⁹ QUADROS, 2011, p. 74.

²¹⁰ LONGUINI NETO, 2002, p. 27.

O Congresso Brasileiro de Evangelização produziu entre seus participantes um marco referencial que serviria para orientar as ações dos evangélicos no Brasil. O Compromisso de Belo Horizonte, junto com os documentos de Lausanne e de Curitiba, formam o conjunto de princípios que orientaram as ações da ABUB em seu caráter evangélico e missionário. O Compromisso teve valor significativo para os evangélicos brasileiros ligados à prática integralizadora do evangelho, pois teve como objetivo nortear as igrejas evangélicas brasileiras quanto aos novos paradigmas missionários.

O documento é composto de uma formal e breve introdução; logo a seguir lista pelo menos doze compromissos, destacando-se aqui o compromisso “com o anúncio claro, tanto falado quanto vivido, do Evangelho na sua totalidade, para todos os homens do território brasileiro”²¹¹. Nota-se a ausência do termo arrependimento quando se remete às práticas religiosas, algo muito enfatizado nos dois documentos anteriores. Isso pode sinalizar a compreensão de que, enfim, as igrejas evangélicas haviam encontrado um caminho no qual poderiam empenhar os esforços relacionados à questão social ou, por ocasião do Congresso ocorrer em uma fase sócio-política relativamente branda, prefeririam utilizar o termo gratidão. Particularmente, o documento parece sinalizar a primeira opção.

Algo a se observar entre o movimento e as igrejas nesse período é que enquanto parte das igrejas evangélicas brasileiras desboçavam uma caminhada conjunta no modelo de cristianismo integral, a ABUB enfrentava tensões internas provocadas pela aproximação ao social e de natureza identitária. Aliado a isso, houve também uma radical mudança na perspectiva política e social sobre os evangélicos. Trata-se do que Ziel Machado chamou de “transformação política da comunidade evangélica, saindo da margem em direção ao compromisso social e político”²¹². Em sua pesquisa sobre a década de 1980, Machado estudou sobre a presença evangélica no espaço público relacionando o crescimento do número de evangélicos e seu impacto social.

Os evangélicos vieram, de fato, a ter maior presença no cenário sociopolítico brasileiro, sendo isso um campo que necessita de mais estudos que agreguem às já citadas obras dos historiadores Eduardo Quadros e Ziel Machado, bem como os sociólogos Paul Freston, Gedeon Alencar e Alexandre Brasil. Como organização evangélica, com lideranças evangélicas e membros ativos nas respectivas comunidades eclesiais, a ABUB não passou

²¹¹ *Compromisso de Belo Horizonte*, 1983.

²¹² MACHADO, Ziel. *Sim a Deus, Sim à Vida: evangélicos redescobrem sua cidadania*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011, p. 23.

ileza a essas transformações ocorridas no meio protestante entre o fim da década de 1980 e começo dos anos 1990.

3.2 Participação social, mas de confissão evangélica

Uma lista de documentos sobre a discussão a respeito da participação de católicos na ABUB foi elaborada pelo historiador Eduardo Quadros. O que ele chamou de extratos são os posicionamentos do Conselho Diretor, de grupos de universitários, posicionamentos de membros da Diretoria, assessores e da secretaria executiva sobre o assunto²¹³. Esses documentos foram uma reflexão da ABUB a partir do documento de orientação que a CIEE havia enviado aos grupos filiados.

No contexto internacional da CIEE, alguns grupos haviam pedido que fosse elaborada uma orientação sobre o assunto e que o documento fosse enviado aos grupos nacionais membros da Comunidade. Os documentos foram compilados e em outubro de 1980 chegava ao Brasil com o título: “Uma chamada à renovação de nossa consciência evangélica”²¹⁴. Nele, a CIEE pontuava que “em alguns países há atualmente uma quantidade razoável de estudantes de transfundo católico que participam das atividades e estudos bíblicos”. Também reconhecia que “a situação de nossos movimentos como a da Igreja Católica varia de país para país”, e passava às considerações gerais, mencionando as divergências entre os dois grupos e concluía com uma série de recomendações.

Entre as considerações gerais desse documento estão: “A CIEE é um movimento evangélico. Seu caráter evangélico apresenta-se em seus objetivos e em sua base doutrinária”²¹⁵. Encontramos no documento a mesma expressão “cristãos nominais” encontrada no documento de Curitiba (1976), o que já apontava esse alinhamento entre o movimento nacional e a Comunidade Internacional. O documento da CIEE diz: “Onde predomine um cristianismo nominal, é possível que os discípulos novos de Jesus Cristo tenham que enfrentar algumas decisões difíceis em relação à sua participação formal como membro em sua igreja”²¹⁶. Após ressaltar que em vários países as igrejas católicas promoveram mudanças que se aproximaram da prática protestante, o documento destaca que

²¹³ QUADROS, 2011, p. 135.

²¹⁴ QUADROS, 2011, p. 119.

²¹⁵ QUADROS, 2011, p. 120.

²¹⁶ QUADROS, 2011, p. 120.

“a posição oficial da Igreja Católica continua sem alterar-se em relação aos grandes dogmas que a separam do cristianismo evangélico”.²¹⁷

Como é comum ao discurso religioso, cada enunciador assume a autoridade em nome do sagrado²¹⁸, e nesse caso o processo de identificação em um grupo tão diversificado como a ABUB pode vir de forma autoritária. A CIEE apontou no documento cinco características que diferenciam a posição católica oficial do cristianismo bíblico.²¹⁹ Destacam-se os seguintes:

- 1-Devemos ser fieis tanto na proclamação quanto na defesa do evangelho. Não se pode evangelizar sem declarar a verdade tal como tem sido revelada. Queremos conseguir um contato mais amplo com estudantes de transfundo não-evangélico. A maior ajuda que podemos oferecer a tais pessoas é a de rechaçar toda concessão e manifestar uma fé e vida fundada na Palavra, cheias de amor e fervor;
- 2-Procuremos despertar e aprofundar a fé pessoal no senhor Jesus Cristo entre estudantes de qualquer transfundo nacional, racial, cultural e religioso;
- 3-No que se refere aos países de maioria católica, os novos discípulos compreendiam claramente que lhes era necessário romper com sua membresia e atividades dentro da Igreja Católica. Porém, hoje em dia, em alguns países, as mudanças havidas nesta Igreja ao nível congregacional têm feito diminuir a clara necessidade de tomar tal passo. Destas mudanças alguns exemplos importantes são: uma ênfase renovada sobre a pessoa de Jesus Cristo antes que sobre Maria e os santos, sobre a Bíblia antes que sobre a tradição, e uma prática menos autoritária na pastoral diária;
- 4-Como consequência do anterior, tem havido uma maior abertura à fé evangélica, o que para nós é motivo e gratidão. Damos boas-vindas a tais estudantes, ensinamos oferecer-lhes nossa amizade sincera. Se pudermos ajudar-lhes da mesma maneira que procuramos ajudar-nos mutuamente a nós mesmos, a avançar para uma fé bíblica e madura que se expresse em uma forma de viver, sentiremo-nos satisfeitos;
- 5-Mesmo com as mudanças já assinaladas, a posição da Igreja Católica continua sem alterar-se em relação aos grandes dogmas que a separam do cristianismo evangélico. Não há dúvidas, estes dogmas continuarão afetando e moldando profundamente a forma de pensar e viver dos membros da Igreja Católica, já que a liturgia católica encerra muitos aspectos destes dogmas, sua influência não deixa de fazer-se sentir, ainda que nem sempre de maneira explícita.²²⁰

Essa “chamada à renovação” da CIEE encontrou uma ABUB envolvida com a realidade brasileira e latino-americana por meio da prática missionária integral, com cerca de dois mil estudantes e profissionais²²¹ e inúmeros católicos assumindo funções de liderança nos grupos e até na assessoria regional de tempo integral.²²² O posicionamento de Luiz Dietrich sobre a ABUB e os católicos endossou o debate de que o movimento tivesse “um

²¹⁷ QUADROS, 2011, p. 121.

²¹⁸ A ABUB teve que optar pelo que consideraria mais crucial dentro dos limites de atuação na sociedade.

²¹⁹ QUADROS, 2011, p. 120

²²⁰ O que a doutrina católica romana chama de veneração dos santos, o protestantismo chama de idolatria. Não sendo, portanto, ponto pacífico a aceitação dos santos como mediadores do divino, nem objetos de reconhecimento exclusivo por benesses.

²²¹ FRESTON, 1993, p. 131. Em nota, o autor compara a atuação da ABUB, com cerca de dois mil membros em 1980, com a JUC e seus cerca de cinco mil membros nos anos 1960.

²²² Luiz José Dietrich, católico romano, foi assessor regional na região sul no começo dos anos 1980.

posição clara e definida em relação aos católicos”²²³. Enquanto uma parcela da liderança do movimento afirmava que uma das funções da ABUB em meio a toda aquela discussão seria “garantir a fidelidade às bases de fé”, assegurar o caráter “bíblico do movimento” e defender uma “ação transformadora nas igrejas brasileiras, visando resgatar nelas os valores evangélicos, no sentido de bíblicos e cristãos”²²⁴, o secretário geral Dieter Brepohl assumia uma postura de mediar, mas sem abrir mão da relação histórica do movimento como protestantes e sem flexibilizar o estatuto sobre o vínculo das lideranças à um igreja evangélica.

Brepohl, ao escrever sobre a ABUB e a participação de católicos, chamava à responsabilidade do ensino a ABUB, mas “a entrada de um católico convertido a uma igreja evangélica seria gradativa e de iniciativa pessoal, sendo consequência natural do ensino de doutrina cristã”²²⁵. Essa postura de caráter mais pastoral da liderança do movimento à época foi sendo levada por cerca de seis anos. As forças internas colidiam para uma decisão clara e urgente, o que não aconteceu.

3.3 Missão e sociedade

O final do decênio de 1980 foi caracterizado pela redemocratização política, mas também pela falência econômica e por mudanças geopolíticas experimentadas no contexto da Guerra Fria. Após essa fase, governos com economias fundamentadas no neo-liberalismo, inúmeros escândalos de corrupção e uma aparente apatia social quanto às discussões de interesse coletivo tornaram-se objeto de estudo nas universidades. Não bastaram as respostas convencionais das ciências sociais – elas precisavam dar sentido inclusive ao novo papel social da academia.

A ABUB, como organização missionária “que tem como objetivo básico a evangelização e o discipulado de estudantes – universitários e secundaristas – e profissionais”, precisou também avaliar sua atuação na universidade. A organização acompanhou o crescimento do número de evangélicos no país, que segundo os números do IBGE cresceu mais que a média de crescimento populacional entre 1990 e 2000. Escrevendo sobre a transformação recente ocorrida no campo religioso brasileiro, Faustino Teixeira comenta:

²²³ QUADROS, 2011, p. 147.

²²⁴ QUADROS, 2011, p. 147.

²²⁵ QUADROS, 2011, p. 149.

A diversificação religiosa no Brasil veio favorecida pelo importante crescimento evangélico nas últimas décadas. Esse específico segmento, que em 1940 representava apenas 2,6% dos declarantes, teve significativa ampliação nos últimos quarenta anos: 5,8% em 1970; 6,6% em 1980; 9,0% em 1991; 15,4% em 2000 e 22,2% em 2010. O último censo indica um número de 42,2 milhões de fiéis evangélicos.²²⁶

Com o aumento do número de evangélicos, ainda que diversificados, o segmento religioso evangélico no qual a ABUB decidira continuar se identificando trouxe também novas realidades. Entre a década de 1990 e o começo dos anos 2000 a organização voltou a crescer. Aumentou-se o número de grupos filiados para cerca de cem cidades, publicou-se mais de 50 títulos pela ABU Editora, ampliando o Escritório Nacional e dinamizando os encontros de formação. A administração tornou-se uma prioridade; e acompanhando o crescimento dos evangélicos e das faculdades particulares em todo o país, a ABUB pôde reassumir seu discurso missionário, ocupando-se de novos espaços e dando outros enfoques.

Como marca para a década de 2000, a ABUB promoveu um emblemático Congresso Nacional em Venda Nova (MG), região metropolitana de Belo Horizonte. O tema proposto para a década foi Visão, Compromisso e Sacrifício. Nesse congresso, lideranças mais experientes atuaram na tentativa de envisionamento do movimento. A década foi de expansão e junto a ela o enfoque missionário na sociedade. O discurso com viés missionário passou a ser cada vez mais frequente e as lembranças do Congresso Missionário de 1976 foram constantemente resgatas nos ininterruptos Institutos de Preparação de Líderes. A ABUB do início dos anos 2000 viveu uma nova geração de líderes.²²⁷ Essa geração viria substituir a geração de líderes desde a década de 1970,²²⁸ mediada pela geração 80/90 liderada por Ziel Machado e Paul Freston.²²⁹

Nesta leitura sobre as práticas religiosas da ABUB, percebe-se que o valor dado às Bases de Fé é o elemento agregador das diferenças culturais percebidas nas igrejas evangélicas brasileiras, bem como o motivador de cada novo período missionário. O que essa organização missionária viveu na década estudada costuma ser entendido pelos evangélicos

²²⁶ TEIXEIRA, Faustino. Campo religioso em transformação, p. 38. In: CUNHA, Christina Vital da; MENEZES, Renata Castro. *Comunicações do ISER*, n. 69, Rio de Janeiro, set. 2014. Disponível em: <<http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2015/04/Comunica%C3%A7%C3%B5es-do-ISER-69.compressed.pdf>>. Acesso em: 26 mar.2017.

²²⁷ Ricardo Wesley, Alexandre Brasil, Taís Machado, Daniela Frozi, Marcos Augusto Costa, Reinaldo Percinoto, Felipe Schmitt dentre outros formaram a nova geração de líderes, tendo eles participado da ABUB desde estudantes.

²²⁸ Ross Alan Douglas, Milton Andrade, Bráulio Craveiro dentre outros.

²²⁹ Os dois fizeram uma espécie de transição geracional e desenvolveram pesquisas na área acadêmica sobre participação política dos evangélicos (MACHADO, 2011) e sobre a presença dos pentecostais na política brasileira no período da Constituinte (FREESTON, 1993).

como um avivamento.²³⁰ Os marcos desse período podem ter sido fortalecidos pelas novas leituras a partir da reedição dos documentos de Lausanne, contidos na Série Lausanne 30 anos. Significativa também foi a promoção de encontros de profissionais universitários e o Congresso Missionário 2006, uma espécie de versão ampliada do primeiro ocorrido em Curitiba, em 1976.

Foi a partir de 2003 que a ABU Editora e a Visão Mundial reeditaram os documentos das comissões de Lausanne²³¹ e lançaram em edição comemorativa: 1) Tive Fome: um desafio a servir a Deus no mundo; 2) Pacto de Lausanne, comentado por John Stott; 3) Evangelização e Responsabilidade social: Relatório da Consulta Internacional em Grand Rapids sob a presidência de John Stott; 4) Viva a Simplicidade: compromisso evangélico com um estilo de vida simples; 5) O Evangelho e a Cultura: a contextualização da palavra de Deus; 6) O Evangelho e o Homem secularizado: o desafio do homem e da sociedade moderna; 7) Testemunho Cristão junto aos muçulmanos: um estudo de estratégias e dos problemas encontrados na evangelização; 8) Chamam-se Cristãos: a evangelização de povos tradicionalmente cristãos.

Na apresentação à edição em português do Pacto de Lausanne²³², Ricardo Wesley Borges, na época secretário executivo do movimento, escreveu: “É preciso dizer que Lausanne não foi a vanguarda de um processo de reflexão teológica que incluía uma agenda importante de compromisso social. Por outro lado, é verdade que teve um alcance e influência mundiais a respeito dessa agenda de missão”²³³. Ele se referia à agenda de missão integral assumida pela ABUB. Ela é de caráter testemunhal, sendo praticada por palavras e ações, ou seja, verbalizando o conteúdo da fé evangélica e engajando-se política e socialmente por meio dela.

Ao comentar sobre suas impressões ao ler pela primeira vez os documentos de Lausanne, Ricardo Wesley deu ênfase às falas sobre “A evangelização e o mundo” e “A evangelização e a busca humana da liberdade, justiça e realização pessoal”, respectivamente as falas de René Padilla e Samuel Escobar. Sobre essas falas ele afirma: “São abordagens que

²³⁰ A palavra avivamento no meio evangélico quase sempre se refere a um período de tempo, em que a comunidade dos fiéis, em determinado lugar, passa a ter visão e ação motivadas pelo Espírito Santo a partir da elaboração teológica promovida pelas experiências religiosas. São características desses períodos: a) Promoção da unidade ou diminuição das diferenças doutrinárias entre igrejas; b) Arrependimento de práticas ditas erradas e valorização da confissão de fé; c) Aumento de atividades missionárias de cunho voluntário.

²³¹ Utiliza-se o termo Lausanne para denominar tanto o Congresso Internacional de Evangelização Mundial, quanto o Movimento Internacional de Lausanne surgido a partir dele, representados em comissões de estudo e lideranças continentais.

²³² STOTT, 2003, p. 9.

²³³ STOTT, 2003, p. 13.

levam a sério a integralidade do evangelho, procurando fazer pontes reais com os desafios que nosso mundo nos apresenta”.²³⁴

Além dessa reflexão teológica produzida entre teólogos latino-americanos à qual Ricardo Wesley se refere, ele tenta compreender o caminho desse engajamento social no caso do Brasil e reconhece a importância das discussões promovidas pela Confederação Evangélica do Brasil desde os anos 1950. É importante ressaltar que a CEB, promotora da Conferência do Nordeste, de 1962, tinha entre suas temáticas: “A Igreja e a Responsabilidade Social”; “Mudanças sociais na História contemporânea”; “Resistência à mudança social no Brasil”; “A Missão Total da Igreja numa sociedade em crise”.²³⁵ Sobre as abordagens da CEB, Wesley comenta:

Pode-se dizer que essas abordagens iam mesmo além de Lausanne, inspirando a gestação da depois nomeada teologia da libertação. Se Lausanne então não é novidade, em que sentido seu pacto se torna um marco importante? Creio que na maneira como ele aponta a possibilidade de, dentro de um contexto de bases de fé consideradas evangélicas, encontrar uma referência sólida e bem fundamentada acerca da importância da atuação da igreja no mundo. E essa se torna uma referência importante para esse setor da igreja evangélica que não se identifica nem com o fundamentalismo nem com a teologia considerada mais liberal.²³⁶

A afirmação do secretário executivo da ABUB sobre a possibilidade do pensamento entre os evangélicos ter “uma referência sólida e bem fundamentada” e, sobretudo, de “bases de fé consideradas evangélicas” não é um pensamento isolado, mas uma identificação a partir da prática missionária. Ricardo Wesley afirma ainda que “O Pacto de Lausanne inseriu-se em um campo de atuação onde pôde lançar bases importantes para a atuação missionária evangélica séria, engajada e comprometida com o que se convencionou chamar de teologia da missão integral”.²³⁷

Nesse sentido, a ABUB havia percebido a Visão, assumido o Compromisso e se identificado com o Sacrifício. A alteridade não sairia mais do discurso do movimento, e logo outro fator importante contribuiria para essa guinada rumo à sociedade – a atuação dos profissionais envolvidos com a educação universitária.

Um dos encontros desses profissionais engajados com a educação universitária aconteceu por ocasião do encontro da International Association for the Promotion of Christian

²³⁴ STOTT, 2003, p. 14.

²³⁵ BITTENCOURT FILHO, 2014, p. 264.

²³⁶ STOTT, 2003, p. 14.

²³⁷ STOTT, 2003, p. 15.

Higher Education (IAPCHE),²³⁸ em 2004. Naquele ano, em São Paulo, reuniram-se inúmeros profissionais ligados à ABUB para discutir sobre as instituições universitárias de orientação evangélica, mas principalmente para dialogarem sobre educação e justiça a partir da realidade da América Latina. As reflexões desse encontro foram compiladas e deram origem ao livro *Educação e Justiça na América Latina: uma abordagem cristã*, publicado pela ABU Editora.²³⁹

A obra é uma coletânea de catorze autores, todos doutores de diferentes áreas, mas de transfundo religioso. São três doutores em História: Sidney Rooy, Lyndon Santos e Eduardo Quadros; dois em Ciências Sociais: Alexandre Brasil Fonseca (org) e Nick Lantinga; dois em Educação: Gabriele Greggersen e John Van Dyk; dois em Engenharia: Alberto Diniz e Alírio Contreras; os outros em Ciências das Religiões, Filosofia, Psicologia, Teologia e em Física, respectivamente: Clóvis Castro, Elsie Powell, Fernando Capovilla, Frank Sawyer e Vinoth Ramachandra. Este último morava no Sri Lanka e era Secretário para Engajamento Social e Diálogo da Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos.

Essa composição de profissionais da educação, líderes em espaços de missão e igrejas acompanha a tendência das práticas religiosas da ABUB. A tentativa era de superação do discurso apenas filosófico-teológico sobre as realidades latino-americanas. É comum dentro o protestantismo brasileiro os temas da educação e da justiça serem vistos como instrumentos da religião, como meios de divulgação da fé religiosa. O interesse pelos assuntos de educação e justiça durante o encontro parece concentrar-se em torno da reflexão e expectativa de como instituições e profissionais evangélicos poderia ajudar a promover a transformação das realidades ali identificadas.

No prefácio de *Educação e Justiça na América Latina*, Lyndon de Araújo Santos, apresenta os fatores concorrentes para a situação da educação e da justiça em nosso continente:

O legado cultural e religioso ibérico, a herança reformada, o processo de secularização da sociedade, a ação do Estado e a mundialização do capital, demarcam processos históricos paralelos e determinantes para a compreensão da educação em nossos países e as inúmeras práticas de injustiça social.[...] As históricas relações dos protestantes que vincularam educação com evangelização, numa visão teologicamente bem fundamentada e com prática coerente, se tornaram

²³⁸ A IAPCHE (Associação Internacional para Promoção da Educação Superior Cristã, tradução nossa) é uma rede de instituições e indivíduos em todo o mundo comprometidos com o avanço da educação cristã através da capacitação, erudição e trabalho em rede de formas que refletem tanto o universal (visão compartilhada da centralidade de Cristo em nossa identidade e trabalho) como o local Realidades específicas e práticas de onde e quem servimos. Disponível em: <www.iapche.org>. Acesso em: 22 abr.2017.

²³⁹ FONSECA, Alexandre B. (org.). *Educação e Justiça na América Latina: uma abordagem cristã*. São Paulo: ABU Editora, 2006.

rarefeitas em suas instituições de ensino. Tornaram-se espaços fechados de manutenção de discursos teológicos fundamentalistas e denominacionais, sem reflexão crítica de uma teologia que dialogasse com as questões sociais.²⁴⁰

Em outra análise importante sobre o tema, Alexandre Brasil Fonseca apresenta os limites e as possibilidades entre educação e justiça, promovidas por esses profissionais frente ao desafio latino-americano da pobreza:

A adoção de ações que façam frente à pobreza é urgente e referem-se à adoção de efetivas políticas públicas de combate à desigualdade social, marcante característica brasileira e que precisa ser alvo de toda a sociedade. O que inclui a ação da universidade, como também da sociedade civil, empresas, movimentos sociais e das igrejas para que, juntamente com as ações do governo, ocorra seu devido enfrentamento. Nessa direção, no desejo de construção de um país com maior justiça social, é que os professores cristãos são convocados a participar no fortalecimento do ensino superior no Brasil, desenvolvendo responsabilmente práticas de ensino, de pesquisa e de extensão.²⁴¹

Lançando mão dessa e de outras análises feitas sobre o encontro e o livro, percebemos que professores e pesquisadores cristãos pretendiam promover suas ações educacionais como elemento de serviço cristão à sociedade, dentro da perspectiva integralizadora da missão cristã – evangelização. Afinal, “a tarefa de uma educação para a justiça ainda está inacabada, aguardando a mobilização de profissionais cristãos e intelectuais comprometidos com os valores do Reino”.²⁴²

Essa preocupação também não seria inaugurada pela ABUB, por isso essa leitura sobre suas práticas religiosas é pertinente. Assim como foi pertinente a tese de Luiz Longuini Neto, que apresentou na obra *O Novo Rosto da Missão*,²⁴³ aqui já discutida, elementos fundantes e a evolução do movimento evangélico latino-americano antes do Pacto de Lausanne. Esse movimento encontra na ABUB seu representante conservador quanto às bases de fé (a mesma para os mais de 180 países e a mesma há 70 anos), ao passo que seu dinamismo baseia-se na contextualização sociopolítica de onde se insere.

Foi com essa nova cara que a ABUB realizou uma grande conferência missionária, denominada de Missão 2006. O encontro é um marco recente na história do movimento e tornou-se referência para as práticas religiosas da nova geração de estudantes e profissionais. Assim, o estudo sobre a conferência torna-se significativo na tentativa de compreensão sobre as relações da ABUB com a universidade, com a igreja e com a sociedade contemporâneas.

²⁴⁰ FONSECA, 2006, p. 5-7.

²⁴¹ FONSECA, 2006, p. 11.

²⁴² FONSECA, 2006, p. 8.

²⁴³ LONGUINI NETO, 2002, p. 152.

3.4 Missão e Esperança

O Missão 2006 pode ser comparado aos primeiros esforços missionários que culminaram no surgimento da ABUB como organização. Pois assim como o trabalho pioneiro tornou-se realidade nos estatutos e lideranças no primeiro Congresso Nacional (1962), e assim como o Congresso de Lausanne (1974) foi ponto de partida para os Encontros em Curitiba (1976) e Belo Horizonte (1983), o Missão 2006 entrou na lista de marcos referenciais da prática missionária da ABUB, pois seria um encontro fincado na perspectiva da missão integral.

O que chama a atenção na estrutura do programa são os assuntos e os palestrantes dentro da abrangência da missão integral, ou seja, o programa deu à reflexão religiosa seu lugar adequado como fundamento à prática social. Nas palavras de René Padilla: “A teologia nos ajuda a pararmos para verificar até que ponto estamos obtendo êxito. Ela cumpre assim uma função crítica com respeito à ação”.²⁴⁴ A teologia confessada pela ABUB, assim, promovia uma maior interação com as discussões presentes na universidade.

A conferência aconteceu no campus da Universidade Federal de Viçosa (MG), de 3 a 8 de janeiro de 2006, e teve como tema Esperança viva em Jesus: estudos sobre a epístola de 1 Pedro. Estudar o contexto da programação do encontro ajuda a compreender a dimensão da proposta da conferência promovida pela ABUB.

Recorrendo aos documentos preparatórios e ao blog de organização do Missão chamado Caminhos missionários, encontra-se uma fala sobre a compreensão de missão que a ABUB possuía naquele momento. Nela, Alexandre Brasil Fonseca, um dos principais organizadores, escreveu: “Fazer missão inclui a pregação da Palavra e ações práticas de intervenção na realidade que busquem estabelecer a justiça de Deus para a sociedade”.²⁴⁵ Sobre as conferências e sobre o conteúdo dessa missão, ele apresenta:

Duas conferências sobre missão estão previstas. Uma feita pelo pastor Valdir Steuernagel, um dos principais formuladores e praticantes do que deve ser a prática missiológica. O pastor Valdir tem ocupado um espaço de destaque em vários fóruns em todo o mundo e tem desenvolvido ricas experiências nos espaços que tem atuado. O outro nome é pouco conhecido no Brasil, mas certamente trará uma rica contribuição, o pastor Dario Lopez que atua a frente de uma igreja pentecostal em Lima, no Peru, e também tem se envolvido em uma série de ações da sociedade civil daquele país, especialmente no que se refere à defesa dos Direitos Humanos. Tanto

²⁴⁴ PADILLA, René. *O que é missão integral?* Viçosa-MG: Ultimato, 2009, p. 26.

²⁴⁵ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2005/07/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

Dario como Valdir possuem sólida formação acadêmica na área de teologia, ao lado de ricas experiências comunitárias de se viver a missão.²⁴⁶

A partir dessa fala oficial do movimento, fica clara qual era a proposta do Missão 2006 quanto à abordagem religiosa. Requeria-se pelo ambiente, pelo lugar de fala acadêmica e pela perspectiva integral da missão, que os palestrantes fossem reconhecidos pela “sólida formação acadêmica na área de teologia, ao lado de ricas experiências comunitárias de se viver a missão”. Nisso caberiam as experiências, por exemplo, do luterano Valdir Steuernagel, do sul do Brasil, e do pentecostal Dario Lopez (Peru), que conforme citado estava envolvido em uma série de ações da sociedade civil de seu país, principalmente no tema Direitos Humanos. Essa era, portanto, a ênfase que se queria dar ao Missão 2006.

Ao resumir sobre as atividades no início da conferência, o blog destacava os simpósios relacionados ao que chamou de “grande tema”, fazendo referência à “Missão em diálogo com a cultura”. Destacavam-se dentre eles “cinco temas geralmente pouco discutidos a partir da provocação de alguns facilitadores: música; literatura; história; negritude e ecologia”.²⁴⁷ Os três primeiros temas faziam referência ao contexto eclesiástico, enquanto os dois outros ao contexto universitário e social. Essa divisão, no entanto, não faz sentido na perspectiva da missão integral. Já que tudo faz parte da vida e por isso “em toda parte os cristãos precisam pensar seriamente sobre como sua vida em Cristo deveria estar relacionada com a cultura contemporânea”.²⁴⁸

Os cinco temas discutidos em espaços de seminários e palestras também encontraram na programação suas aplicações. Pode-se citar como exemplo o material que os congressistas receberam: squeeze, crachá em madeira de reflorestamento e o pouco material impresso em folha reciclável. Tudo isso com orientação de A Rocha – Brasil, uma ONG cristã de conservação ambiental, pois nas palavras da coordenadora de logística, Andrea Ramos, a ABUB tinha um “sonho de fazer o Missão 2006 com um caráter ecológico”.²⁴⁹

Na relação entre música e negritude, o grupo de samba Deus Criou’los teve lugar nas apresentações da noite. O rock da banda Golgotha mostrava que ritmo e estilo são cultura e, portanto, podem ser contextualizados. Havia também nos espaços de vivência da universidade apresentações de voz e violão e manifestações artísticas que tentavam fazer

²⁴⁶ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2005/07/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

²⁴⁷ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2006/01/>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

²⁴⁸ *O Evangelho e a Cultura: a contextualização da Palavra de Deus; O Evangelho e o Homem Secularizado: o desafio do homem e da sociedade moderna*. 2 ed. São Paulo: ABU, 2007, p. 72 (Comissão Lausanne).

²⁴⁹ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2005/08/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

pontes entre missão e cultura brasileira por meio da arte, música e literatura. Das composições contextualizadas de Carlinhos Veiga, Dago Schelin e Marco Neves, o blog concluiu: “Ritmos nacionais, letras bem compostas e sensibilidade ao chamado de missão integral traduzem bem o que se pôde observar nessas apresentações”.²⁵⁰

A agenda de formação da Conferência contou ainda com a professora e pesquisadora Regina Novaes,²⁵¹ presidenta do Conselho Nacional de Juventude,²⁵² que apresentou um panorama das juventudes no contexto brasileiro, dando ênfase às políticas públicas de juventude e ao que ela chamou de “marcos dessa geração”, bem como à necessidade de se estabelecer “diálogos intrageracionais”.²⁵³ Outra importante palestrante foi a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva,²⁵⁴ que falou sobre as políticas na área ambiental, e segundo o blog, “seu testemunho de vida foi o elemento positivo mais lembrado nas avaliações dos congressistas”.²⁵⁵

Um aparente saudosismo circundou os profissionais mais experientes na missão estudantil, que por sua vez encaravam o Missão como uma rerepresentação do Congresso de 1976. Lançando mão de três participantes dos dois encontros missionários promovidos pela ABUB, o blog exaltava o impacto e as reflexões de Antonia Leonora van der Meer, Bráulio Craveiro Filho e Jony Almeida. Antonia Leonora van der Meer, que depois de 1976 tornou-se missionária em Angola durante os anos de guerra civil, declarou: “A visão de missão integral que foi transmitida no Congresso de 76 foi um fator importante na minha decisão de ir para África como missionária. (...) Missão não é apenas teoria, pelo contrário, missão é principalmente vida”.²⁵⁶

²⁵⁰ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2006/01/>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

²⁵¹ Regina Novaes é cientista social e referência no estudo sobre juventude brasileira. Entre 2005-2007 ela foi secretária nacional de Juventude, adjunta e presidente do Conselho Nacional de Juventude. Como professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, ela pesquisa movimentos sociais, cultura e juventude.

²⁵² O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foi criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR), e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conjuve/o-que-e#.WRmHAojyuyI>>. Acesso em: 24 mar. 2017

²⁵³ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2006/01/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

²⁵⁴ Marina Silva, que participou do Congresso Missionário, iniciou sua vida política nas Comunidades Eclesiais de Base, tendo sido eleita vereadora, deputada estadual e senadora. Tem como discurso político as áreas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Integrou o Ministério do Meio Ambiente de 2003 a 2008.

²⁵⁵ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2006/01/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

²⁵⁶ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2006/01/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Para Bráulio Craveiro Filho, que foi entre 1975 e 2002 secretário adjunto universitário, tesoureiro, secretário, segundo e primeiro vice e presidente: “Certamente não temos a igreja evangélica que desejamos, mas vemos claramente as mudanças que aconteceram a partir do Congresso de 76.[...] Meu sonho é que não demoremos mais 30 anos para outra reflexão como essa!”.²⁵⁷ Outra fala rememorativa segue o sentido do serviço por meio da profissão: “Quando saí do Congresso Missionário de 76 crescia no meu coração um sonho, uma vontade muito grande de servir a Deus. Servir como estudante de Agronomia, servir depois como profissional”. E na comparação com o Missão, ele declara: “Ao presenciar esse Congresso em 2006 percebo meu sonho de 30 anos atrás muito maior e muito mais claro”.²⁵⁸

Certamente os significados e impacto causado nos profissionais que puderam estar nos dois encontros missionários promovidos pela ABUB falaram a partir de suas experiências pós-1976 e de como foram elaborando suas perspectivas a partir de seus locais de fala. Os depoimentos de uma estudante encorajada a tornar-se missionária entre os angolanos, a fala de um estudante que tornou-se presidente do movimento e a de um profissional encorajado a servir por meio da profissão são significativas quando se tenta compreender o que foram os encontros missionários da ABUB, mesmo separados por trinta anos.

Os marcos que apontaram as direções do movimento a partir de 2000 tiveram seu ápice no Missão 2006 e deram à organização novos caminhos. Caminhos estes que se adequaram às novas realidades universitárias e políticas do país. Suas lideranças, aparentemente influenciadas pelo discurso missionário, viram por meio da CIEE a oportunidade de serviço a outros grupos pelo mundo. O próprio secretário geral da ABUB, Ricardo Wesley Borges, anunciou um mês após a Conferência que sairia em um ano da função e começaria uma atividade pioneira no Uruguai, atividade esta que viria a exercer por cerca de sete anos. Esse exemplo é emblemático quando se pensa nas consequências e sentidos que um encontro dessas proporções promoveu na tomada de decisão motivada pela crença missionária do movimento.

Os envolvimento com a universidade e com a promoção de políticas públicas de juventudes tomaram grandes proporções dentro da ABUB. O ciclo de Congressos daquela década ainda se completaria com um grande Congresso Nacional, em julho de 2010, repetindo o local do ocorrido em 2000, mas abordando um tema mais comunicativo e também conservador para o público externo: Uma só vida, uma só verdade, um só Senhor.

²⁵⁷ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2006/01/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

²⁵⁸ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://abub.blogspot.com.br/2006/01/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

3.5 Diálogos com a sociedade por meio de políticas públicas

O tema escolhido para a década surgiu do contexto das lideranças e escuta aos grupos sobre que tendências, questões e temáticas estavam em discussão nos grupos. Foi representativo, mas ainda assim uma escolha dos assessores nacionais, submetidos à secretaria executiva do movimento.²⁵⁹ Uma só vida, uma só verdade, um só Senhor tornou-se o tema da década de 2010, justamente no período em que a ABUB se engajou em duas frentes de atuação na sociedade: na defesa de direitos, por meio da Rede Fale,²⁶⁰ e no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), como representante da sociedade civil, na categoria das entidades que atuam na defesa e promoção dos direitos da juventude.²⁶¹

Sobre esses dois últimos assuntos é que se concentra a proposta de leitura sobre as práticas religiosas da ABUB, a saber: a identificação da ABUB com suas crenças a partir da participação da organização nos espaços de construção de políticas públicas, e da relação de parceria da ABUB com a Rede Fale nos últimos anos. Estudar a relação da ABUB nestes dois sentidos ajudará na compreensão sobre as complexas relações de crença e prática, bem como nas tensões ainda existentes na proposta plural na política e conservadora na teologia adotada pela ABUB.

O Conjuve foi um lugar de discussão em que a ABUB se prontificou a ocupar a partir da organização da primeira Conferência Nacional de Juventude, ocorrida em Brasília, no ano de 2008. Naquela ocasião, a ABUB, o Movimento Luterano e igrejas cristãs foram identificados por grupo focal como “Jovens Evangélicos”.²⁶² Nos preparativos da segunda conferência, em 2011, a ABUB realizou inúmeras conferências livres de juventudes em seus espaços de formação, como Cursos de Férias, e incentivou que membros da organização realizassem também conferências livres em suas comunidades eclesiais.²⁶³

²⁵⁹ Os temas, programas de formação nacional não são decididos em plenária, mas pensados dentro da área de formação da secretaria executiva.

²⁶⁰ A Rede Fale é uma rede de pessoas que oram e agem contra a injustiça em nosso país e no mundo, com especial atenção para os aspectos econômicos e seus efeitos na desigualdade e na ampliação da miséria. BLOG DO FALE. Disponível em: <<http://redefale.blogspot.com.br/2007/04/o-que-o-fale.html>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

²⁶¹ CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009, p. 02.

²⁶² CASTRO; ABRAMOVAY, 2009, p. 114.

²⁶³ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://www.abub.org.br/compartilhe/informativos/blog-abub/2012/01/abu-no-conjuve-em-2011-retrospectiva-e-perspectivas>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Sobre a segunda Conferência Nacional de Juventude, a ABUB resumiu:

Do dia 9 ao 12 de dezembro aconteceu a tão almejada 2ª Conferência Nacional de Juventude. Nós enquanto ABUB estivemos presentes de várias formas. Nossos representantes e ex-representantes (Morgana Boostel) no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) estavam lá, amigos da Rede Fale também se fizeram presentes, dentre outros jovens interlocutores do nosso movimento.²⁶⁴

Pelo relato acima, a ABUB considera a Rede Fale sua interlocutora no campo das políticas públicas, além de sua representatividade como instituição titular ou suplente desde o ano de 2008. De acordo com Pedro Grabois, que foi representante da ABUB no Conjuve e ao mesmo tempo integrante da Rede Fale, a contribuição que a ABUB deu ao seu desenvolvimento político e cristão podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- 1) A ABU me fez caminhar espiritualmente e trabalhar na Missão junto com pessoas de outras igrejas: me fazendo reconhecer as várias possibilidades de atuação das igrejas locais, das mais diversas denominações.
- 2) A ABU me fez contornar aquelas possíveis diferenças entre mim e os outros crentes: deixando de lado detalhes de doutrina, pude me ater ao mais essencial junto aos colegas da universidade para realizar um objetivo comum.
- 3) A ABU me apontou um caminho de articulação com outras organizações (como Rede Fale e Rede Evangélica Nacional de Ação Social [RENAS]), me abrindo, assim, cada vez mais o leque de possibilidades de articulações e parcerias na hora de realizar o trabalho missionário.²⁶⁵

A fala do representante eleito da ABUB no Conjuve é significativa, principalmente nos aspectos que demonstram a relação entre a organização, outras organizações consideradas parceiras e o objetivo pelo qual trabalham. Ainda segundo Pedro Grabois, a ideia era “unir diferentes perspectivas de ação em torno de um objetivo comum: a promoção da Justiça do Reino de Deus”.²⁶⁶ Nota-se na fala acima a natureza interdenominacional da ABUB, que considera suas Bases de Fé como ponto de partida e não um exclusivismo de doutrinas, como pentecostais ou históricos.²⁶⁷

Destaca-se a percepção que o estudante teve sobre a relação de parcerias que a ABUB passaria a contribuir, quando afirma que a ABUB “apontou um caminho de articulação com outras organizações” e também sobre certa ampliação “de possibilidades de articulações e parcerias na hora de realizar o trabalho missionário”. Essa percepção do

²⁶⁴ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://www.abub.org.br/compartilhe/informativos/blog-abub/2012/01/abu-no-conjuve-em-2011-retrospectiva-e-perspectivas>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

²⁶⁵ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://www.abub.org.br/compartilhe/informativos/blog-abub/2011/03/praticas-que-promovam-justica>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

²⁶⁶ *Caminhos missionários*. Disponível em: <<http://www.abub.org.br/compartilhe/informativos/blog-abub/2011/03/praticas-que-promovam-justica>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

²⁶⁷ Esses conceitos são na maioria das vezes o motivo para a não cooperação ou para a criação de grupos exclusivos, que por meio seja da liturgia ou de alguma crença específica diferencia-se do outro.

estudante seria algo restrito à sua experiência ou algo promovido pelo movimento? Apresentar “possibilidades de articulações e parcerias” é o mesmo que legitimá-las? Para que essas perguntas sejam respondidas é necessário que se conheça um pouco mais sobre o que faz a Rede Fale.

3.5.1 A Rede Fale

A Rede Fale como uma organização paraeclesial de identidade evangélica se apresenta como “uma rede de pessoas que oram e agem contra a injustiça em nosso país e no mundo, com especial atenção para os aspectos econômicos e seus efeitos na desigualdade e na ampliação da miséria”.²⁶⁸ É, portanto, uma entidade confessional e engajada por meio de práticas sociais.

Os temas mais trabalhados pela Rede Fale estão relacionados a “água e saneamento ambiental, crianças e adolescentes em situação de risco, justiça no comércio internacional, pobreza e desigualdade social e construção da paz”.²⁶⁹ Os temas são divulgados por meio de campanhas de envio de cartas às autoridades e da conexão de pessoas e comunidades eclesiais que se unem em oração. A Rede Fale possui uma rede de mobilizadores e isso faz com que a frente de atuação seja ao lado de organizações parceiras. Ela possui os seguintes valores como organização:

Centralidade de Jesus: cremos que devemos centrar tudo o que somos, fazemos e dizemos em Jesus. Queremos que nossa ação pela verdade e justiça glorifique a Deus. Todo o nosso trabalho é feito como expressão de nosso amor por Deus.

Crença na Bíblia: cremos que a Bíblia é inspirada por Deus e existe para guiar-nos em todas as questões de fé e conduta.

O Espírito Santo: cremos no Espírito Santo, enviado aos crentes como fruto das promessas de Jesus. Cremos que os dons do Espírito são para hoje e queremos encorajar as pessoas a manifestá-los.

Comunidade: cremos na comunidade de crentes e na necessidade de mantê-la em relações mais amplas e na própria rede, lutando contra o espírito de alienação. Estamos comprometidos com relacionamentos em tudo, ‘as pessoas antes dos projetos’. Estamos comprometidos com as relações uns com os outros e com as organizações parceiras.

Compartilhar nossa fé: cremos na importância de compartilhar nossa fé com os outros e de levá-los a uma relação pessoal com Jesus. O FALE é o nosso papel na Grande Comissão.

Discipulado: Cremos na importância da santidade pessoal e na nossa responsabilidade de estimular uns aos outros para uma santidade radical. Também reconhecemos as inter-relações entre a santidade pessoal e a santidade social.

²⁶⁸ BLOG DO FALE. Disponível em: <<http://rededefale.blogspot.com.br/2007/04/o-que-o-fale.html>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

²⁶⁹ BLOG DO FALE. Disponível em: <<http://rededefale.blogspot.com.br/2007/04/o-que-o-fale.html>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

Oração: cremos na importância e no poder da oração e na responsabilidade de orar pela transformação na vida dos indivíduos e nas situações de injustiça social e pela salvação da nossa geração.

Levantar a voz contra a injustiça: reconhecemos a importância de toda campanha pela justiça como parte da Grande Comissão de fazer discípulos de todas as nações. Estamos comprometidos com a campanha pela justiça de uma maneira que está conectada com nosso desejo de louvar a Deus.

Comprometimento com os pobres: estamos comprometidos com os pobres, com honrá-los, ouvi-los, estar com eles nas suas lutas, empoderando-os para exigir seus direitos.

Empoderamento: estamos comprometidos com a busca por ver essa geração aceitar sua responsabilidade para falar pela justiça e compartilhar sua fé, bem como receber de Deus o poder para seguir Seu chamado.

Arte e Cultura: temos um compromisso com o comunicado da verdade e justiça de Deus por meio da diversidade cultural. Cremos que Deus quer a redenção das culturas. Cremos que cada tentativa de comunicar Deus deve ser feita de uma forma que não comprometa a essência do Evangelho, mas que respeite a cultura daqueles a quem a mensagem é dirigida.

O Ethos da Rede: ser uma rede na qual a responsabilidade é dividida. Filosofia Integrada: cremos na importância de levar uma abordagem integral da oração, campanha, compartilhamento da fé, discipulado e comunidade, mantendo juntos todos esses valores, que estão intimamente conectados.

O FALE afirma as bases de fé da ABUB (Aliança Bíblica Universitária do Brasil). Os valores-chave são importantes para construir, modelar e encorajar os grupos.²⁷⁰

Entre os valores descritos acima, observa-se uma ampla identificação com inúmeras áreas. Os termos “centralidade de Jesus”, “crença na Bíblia”, “Espírito Santo”, “compartilhar nossa fé”, “discipulado” e “oração” podem ser facilmente aceitos entre os evangélicos brasileiros, já que assume práticas relacionadas à fé professada por esse grupo.

Já os valores “levantar a voz contra a injustiça”, “comprometimento com os pobres”²⁷¹ e “empoderamento”²⁷² situam-se na interface de movimentos advocacy,²⁷³ movimentos sociais, minorias étnicas e comportamentais e de libertação, temas que na história recente do país têm despertado acirradas discussões, principalmente por falas contrárias situadas nos meios conservadores. Enquanto os valores “arte e cultura” e o “ethos” têm a ver com a metodologia da Rede Fale.

²⁷⁰ BLOG DO FALE. Disponível em: <<http://redefale.blogspot.com.br/2007/04/o-que-o-fale.html>>. Acesso em: 05 abr. 2017

²⁷¹ Tema recorrente com mais ênfase nos círculos católicos desde o Concílio Vaticano II (1962-1965). Para mais informações, consultar o documento *Compêndio social da Igreja*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html>. Acesso em: 25 abr. 2017.

²⁷² Perspectiva Freiriana de libertação do oprimido por si mesmo.

²⁷³ Para a Tearfund, organização da qual a Rede Fale utiliza a metodologia e financiamentos de campanhas, *advocacy* significa: “Influenciar as decisões, políticas e práticas de quem tem poder de decisão, visando combater as causas fundamentais da pobreza, trazer justiça e apoiar o bom desenvolvimento”. WATSON, Joana. *Kit de ferramentas de advocacy*. 2ed. Tearfund, 2015. Disponível em: <http://www.tearfund.org/~media/Files/TILZ/Publications/ROOTS/Portuguese/Advocacy/Second_Edition/TearfundAdvocacytoolkit_Port_Sept15.pdf?la=pt-PT>. Acesso em: 12 abr. 2017.

Algo a destacar-se sobre os valores-chave da Rede é sua afirmação final sobre ser signatária das Bases de Fé da ABUB. Não só signatária, mas também uma organização que se confunde em muitos aspectos com a própria ABUB. Essa relação tem sido de aproximação e distanciamento de acordo com o envolvimento que a Rede Fale tem em suas campanhas, pois mesmo que haja uma afirmação das Bases de Fé da ABUB (e CIEE), isso não serve de validação da ABUB sobre a prática da Rede Fale, causando tensões na pretensa pluralidade política da ABUB e a necessidade da formação de consenso e posicionamentos como organização missionária nas interfaces de universidade, igreja e sociedade.

3.6 Tensões, consenso e posicionamento

O compromisso com a promoção de políticas públicas, por meio do Conjuve, e da defesa de direitos, pela Rede Fale, trouxe maior envolvimento com questões sociais, políticas e discussões do ambiente universitário à ABUB. Esses envolvimento já existiam desde os projetos missionários da década de 1970 e tinham fundamentação nos documentos Pacto de Lausanne e Pacto e Curitiba. Contudo, atuar em parceria com organizações de transfundo ecumênico ou que tocassem em questões governamentais era algo que até então a ABUB tinha evitado.

As Bases de Fé adotadas pela ABUB, desde 1962, não sofreram nenhuma alteração. Todavia a forma de se organizar, o papel do estudante no movimento e a atuação de assessores pagos sofre adaptações às novas realidades com certa frequência. A partir do Missão 2006, que é o símbolo do alinhamento da ABUB às novas perspectivas da missão, as questões sociais relacionadas ao combate à pobreza, à defesa de direitos e do meio ambiente e práticas em redes e parcerias tornaram-se constantes nos programas de formação da ABUB.²⁷⁴

Ocorre que a ABUB, por meio de suas parcerias, por exemplo, se aproximou indiretamente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI). O CLAI é o resultado direto da busca por unidade entre igrejas e movimentos protestantes latino-americanos reunidos em Oaxtepec(México), em 1978. Na análise de Luiz Longuini Neto, a assembleia que gestou o CLAI foi um marco no protestantismo latino-americano:

²⁷⁴ Além dos estudos bíblicos de caráter devocional, são marcas recentes de praticamente todos os treinamentos da ABUB sejam a nível local ou nacional os seguintes assuntos em forma de oficinas ou palestras: missão integral, defesa de direitos, meio ambiente e bases de fé.

A Assembleia de Oaxtepec inscreveu-se na trajetória do protestantismo latino-americano de busca por unidade e cooperação, trajetória que já completava aproximadamente sessenta anos. Existia um aparente desejo de estabelecer-se uma estrutura permanente de cooperação ecumênica em nível continental e o imperativo, devido às divisões vivenciadas na busca da unidade, era que a assembleia fosse livre, democrática e soberana.²⁷⁵

Um dos principais avanços da assembleia de Oaxtepec foi que ela poderia se tornar uma alternativa para superar as tensões entre igrejas e organizações envolvidas no mesmo contexto missionário latino-americano. Ainda segundo Luiz Longuini:

A superação dessa tensão entre movimento e igreja está caracterizada nas conclusões que afirmam dois tipos de testemunho cristão por meio de ações específicas de promoção e serviço: 1) participação na vida cívica e sacramental das comunidades; 2) cooperação intereclesial com as comunidades que se esforçam para satisfazer as necessidades concretas e que significam a busca de sua plenitude humana; 3) solidariedade na luta para conseguir melhores condições de vida (saúde, habitação, nutrição, lazer, etc.); 4) preocupação pelos aspectos educativos e formativos na vida de nossos povos; 5) ações que conduzam a uma integração consciente da mulher na atuação nacional; 6) atenção pastoral a presos e refugiados; e 7) cooperação na formação teológica de líderes em seminários ou faculdades ecumênicas.²⁷⁶

Não há nenhum registro de que a ABUB tenha adotado as diretrizes do CLAI ou mesmo que as tenha condenado, por isso mesmo que a relação de proximidade ou distanciamento das instâncias ecumênicas latino-americanas de cooperação, solidariedade e defesa de direitos só encontrará posição dentro da ABUB por meio da Rede Fale. A declaração final escrita pelos delegados das mais de cento e dez igrejas e dez organizações ecumênicas e interdenominacionais latino-americanas diz: “[...] Estudamos e analisamos vários temas que refletem a problemática de nossos povos, dos quais sinalizamos alguns com o fim de compartilhar com eles nossa profunda preocupação a respeito”²⁷⁷. Os pontos aos quais o documento se refere são “estruturas de poder, setores esquecidos, povos autóctones, pastoral aos quebrantados e defesa da vida, a defesa da ecologia e a situação da Nicarágua”²⁷⁸.

Os temas citados tiveram mais presença na agenda de formação da ABUB, tanto pela atuação da Rede Fale em questões de defesa de direitos, quanto pela relação de proximidade com o tema trabalhado nos espaços de políticas públicas. Ainda que não sejam novidades os pontos trabalhados pelas organizações parceiras da ABUB, o grau de comprometimento seria.

²⁷⁵ LONGUINI NETO, 2002, p. 236.

²⁷⁶ LONGUINI NETO, 2002, p. 238.

²⁷⁷ LONGUINI NETO, 2002, p. 248.

²⁷⁸ LONGUINI NETO, 2002, p. 248-249.

Por exemplo, porque a Rede Fale tem como principal parceira a nível de formação de quadros a ABUB, mas o endereço da Rede Fale é o mesmo do CLAI?

Esse fator não é autoexplicativo, mas denota que em certo sentido a Rede Fale tem autonomia jurídica como organização e encontra respaldo em sua atuação entre as lideranças da ABUB. Algumas lideranças que tiveram relação direta entre as duas organizações são: Alexandre Brasil, fundador da Rede no Brasil e secretário geral-adjunto da ABUB na década de 2000; Daniela Frozi, membra do conselho de referência da Rede Fale e primeira vice-presidente da ABUB; Patrick Timmer, articulador nacional da Rede Fale e também secretário geral-adjunto da ABUB nos anos 2010; Morgana Boostel, mobilizadora nacional da Rede Fale e que mais tarde se tornaria secretária de Engajamento Missionário da ABUB. Caio Marçal e Pedro Grabois também tiveram trânsito entre as duas organizações, sem contar os articuladores locais em dezenas de cidades que eram formados a partir dos estudantes de grupos da ABUB em cada cidade.

Mesmo com toda essa influência de lideranças da ABUB na Rede Fale, não há um respaldo imediato sobre as ações da Rede. Isto é, a ABUB apóia a Rede, forma e encaminha suas lideranças, fundamenta seu conjunto de crenças²⁷⁹, dá amparo legal, contábil e jurídico em financiamentos de projetos,²⁸⁰ mas como movimento missionário estudantil não se vê representada em todas as formas de atuação da Rede Fale.

Aqui surge um ponto de tensão com relação à prática missionária entre as duas organizações. A ABUB não discute políticas de cotas para entrada na universidade, mas os grupos locais junto à Rede Fale, sim; exemplo disso é o grupo do Rio de Janeiro. A ABUB não discute sobre o problema da mineração e saneamento, mas há campanhas em conjunto a partir do grupo de Marabá (PA).²⁸¹ Essa campanha começou com o envio de cartões à presidência de uma grande mineradora e teve seu ponto alto em três mesas de debate no Fórum Social Mundial, ocorrido em 2009, em Belém.²⁸² Há ainda uma série de outros temas que a ABUB não discute como organização nacional, mas que nas cidades se engaja, promove e cede o logotipo aos materiais de divulgação.

²⁷⁹ Quanto a isso, a Rede Fale faz questão de enfatizar em seu conjunto de valores que afirma as bases de fé da ABUB, ponto já citado neste capítulo.

²⁸⁰ A Rede Fale recebe apoio da Tearfund, ONG inglesa de combate à pobreza, desenvolvimento comunitário e *advocacy*, por meio da ABUB.

²⁸¹ BONTEMPO, Gínia C. (org.). *Assim na terra como no céu: experiências socioambientais na igreja local*. Viçosa: Ultimato, 2011.

²⁸² BONTEMPO, 2011, p. 20. O primeiro capítulo (“De Marabá para o mundo”) conta a experiência dos estudantes Elias da Silva, Patrícia Marques e Carlos Eduardo que com o apoio da Rede Fale promoveram uma campanha pela qual solicitavam o apoio da VALE S.A para ações de restauração de uma gruta e de educação ambiental envolvendo moradores da Grota criminosa.

As tensões surgidas principalmente no Conselho Diretor são de ordem de representatividade. Nesse sentido, o que se promove na região Sul a respeito de estudo de gêneros passa a ser questionado pela região Norte, exigindo-se certo posicionamento nacional sobre o assunto. O assunto que pode ter sido o estopim dessa crise de representatividade foi a grande exposição que a Rede Fale se deu quando, nacionalmente, pediu que o então deputado federal Marcos Feliciano renunciasse à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, com a alegação de que ele não representava os evangélicos, mesmo sendo líder eclesiástico em sua denominação evangélica e alegar ter sido eleito por este nicho eleitoral de seu estado. A questão é que parte das lideranças da ABUB apoiaram a campanha que repercutiu negativamente entre milhares de membros de diversas tradições evangélicas que estavam na liderança da ABUB em suas cidades e consideravam que a ABUB não deveria promover tal campanha por ser contra um evangélico ou que o foco da ABUB fosse apenas questões relacionadas à universidade.

A reflexão dentro da ABUB deu lugar à uma pergunta: como a principal expoente da integralidade da missão no Brasil (e com a abertura que o Missão 2006 havia dado ao movimento que passaria a trabalhar com políticas públicas, defesa de direitos e meio ambiente) se posicionaria? Para que esta pergunta seja respondida, devem-se perceber pelo menos três pontos: que existiram outras tensões dentro da ABUB; quem pauta a agenda de debates do movimento?; e como se dá o processo de formação de consenso dentro da ABUB.

Aparentemente, as tensões quanto ao que se crê dentro da ABUB já é ponto pacífico entre seus membros. Inclusive talvez a ABUB seja um dos poucos movimentos de natureza evangélica no Brasil em que no mesmo corpo de lideranças caibam sem restrição adeptos de igrejas adventistas, pentecostais como os das Assembleias de Deus, reformados como os presbiterianos, congregacionais, metodistas e luteranos. Outra tensão aparentemente superada é a convivência com católicos romanos, inclusive casamentos de líderes da ABUB, no exercício da função, com cônjuges católicos romanos.

As questões sobre feminismo, homossexualidade e partidarismo político são ainda polêmicas e são tratadas como assuntos que precisam ser especificados e tratados mediante acompanhamento pessoal. A agenda de discussão da ABUB parece surgir a partir dos assuntos tratados dentro do mundo estudantil e principalmente universitário. A agenda pode receber ênfase nos encontros nacionais de acordo com episódios específicos ou passar longos tempos até que sejam discutidos. A ABUB tem desenvolvido metodologias que correspondam

à rapidez com que alguns assuntos chegam ao movimento de certa forma exigindo um posicionamento seja para dentro do movimento ou para fora, a sociedade e a universidade.²⁸³

3.7 Os limites do diálogo religioso

Como uma organização missionária evangélica, a ABUB desde seu princípio estabeleceu limites de atuação no mundo estudantil. Também delimitou seu espaço de formação no cenário religioso brasileiro por meio da contextualização, isto é, a cada período a organização reinventa os significados do que é declarar as Bases de Fé em diferentes contextos sócio-políticos. Não obstante, o elemento que passa por todos os períodos são as tensões que acompanham as decisões sobre a manutenção ou não da fidelidade à Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos.

Manter-se fiel à CIEE não é, de certo modo, uma obrigação estatutária, mas manter-se às Bases de Fé da Comunidade, sim, ainda que a assembleia nacional quisesse alterar o estatuto. Esse elemento seria um caso extremo, mas encontrou precedentes em dois momentos: o primeiro, quando alguns grupos estudantis no final da década de 1970 quiseram alterar partes do estatuto, relativizando a obrigatoriedade de aceitação das Bases de Fé da ABUB; o segundo momento foi no início da década de 1980, quando os grupos que, na prática já possuíam lideranças católicas atuantes, quiseram oficializar essa possibilidade a nível nacional.

Esses dois momentos vividos pela ABUB, de tentativas de mudanças externa e depois interna, foram norteadores para uma confissão e práticas evangélicas dentro da ABUB. Por evangélicas, entenda-se evangélicas como já foi exposto no capítulo anterior. Como as significativas mudanças, principalmente na diversificação das igrejas evangélicas na segunda metade do século XX, trouxeram mudanças²⁸⁴ nas práticas religiosas visivelmente destacadas entre esse nicho cristão, a ABUB não ficou à parte de tudo isso, e precisava responder às

²⁸³ ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Manaus, Conselho Diretor da ABUB, 09.01.2016. Nesse Conselho Diretor foi aprovado um processo de interação entre grupos locais e Diretoria nacional no sentido de que os pedidos de posicionamento sobre assuntos que não sejam ainda consenso dentro do movimento sigam cronogramas, procedimentos e características mais democrático representativos.

²⁸⁴ As mudanças são: Teologia da Prosperidade, com ênfase na prosperidade material como resultado de benesses concedidas pelo divino ao fiel. na música, o ritmo e estilo *gospel* mediarão a aproximação de evangélicos com a mídia televisiva; o aumento da presença de políticos evangélicos nas bancadas estaduais e federal (ver FRESTON, 1993) também ganhou destaque no espaço público. Na tese *Por uma fé engajada*, Wanderley Rosa dedica o quarto capítulo à fragmentação do protestantismo brasileiro e analisa as mudanças ocorridas a partir da metade do século XX em seu interior (ROSA, 2015, p. 126-196).

mudanças sem perder de vista os valores da CIEE. Esta continuaria sendo o referencial na confissão, mas de acordo com o contexto brasileiro haveriam singularidades.

As assembleias da CIEE acontecem a cada quatro anos e são encontros de supervisão, avaliação e envisionamento para os anos seguintes. Foi, por exemplo, na assembleia mundial de 1956, no Canadá, que Robert Young insistiu para que o Brasil recebesse mais atenção e a Comunidade patrocinasse os primeiros missionários para o movimento estudantil brasileiro que se tornaria filiado a ela. Já na assembleia de 2007, foram lançadas orientações aos grupos filiados como forma de expandir a missão estudantil pelas regiões da Comunidade, mas também para reforçar o pertencimento e identidade dos movimentos nacionais que costumam ser de práticas religiosas e de governança de caráter plural.

As orientações dessa assembleia geraram um documento chamado Pedras vivas, cuja visão é: “Estudantes que formem comunidades de discípulos, transformados pelo evangelho e que impactem a universidade, a igreja e a sociedade para a glória de Cristo”²⁸⁵. Nessa visão da CIEE para 2020, pelo menos três compromissos de seus filiados seriam necessários: com as Escrituras, com a comunidade e com a oração. Isso seria alcançado por meio das seguintes prioridades estratégicas:²⁸⁶

- 1- Comunicar o evangelho de Jesus Cristo: de forma criativa e clara por meio de palavras, ações e relacionamentos, em cada cultura;
- 2- Fortalecer a liderança e a formação: através de líderes íntegros, que tenham um impacto na igreja, na universidade e na sociedade;
- 3- Fomentar a integração entre estudantes e profissionais: fazer discípulos de Cristo para toda a vida, que estejam comprometidos com o ministério estudantil e a serem testemunhas em seus locais de trabalho e na sociedade;
- 4- Tornar-se um movimento sustentável: através de uma crescente onda de generosidade nacional e por meio do envolvimento de pessoas;
- 5- Discutir temas globais da atualidade: como estudantes, unidos no corpo global de Cristo, oferecendo respostas às questões contemporâneas a partir do ponto de vista cristão;
- 6- Conectar-se com a universidade: de forma construtiva e corajosa, com uma cosmovisão bíblica que se desenvolva ao mesmo tempo, mostrando a integração da fé, da vida e das disciplinas acadêmicas.²⁸⁷

²⁸⁵ PEDRAS VIVAS. Disponível em: <<https://www.ifesworld.org/en/our-vision>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

²⁸⁶ As prioridades estratégicas encontram-se em espanhol, francês e Inglês no site da organização. Considerou-se deixar em espanhol, na íntegra, como melhor forma de apreensão de conceitos e palavras-chaves do original. *Pedras vivas*. Disponível em: <<https://www.ifesworld.org/es/nuestra-visi%C3%B3n>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

²⁸⁷ PEDRAS VIVAS. Original em espanhol: 1-Comunicar el evangelio de Jesucristo: de forma creativa y clara por medio de las palabras, las acciones y relaciones, en y a través de las culturas; 2-Fortalecer el liderazgo y la formación: a través de líderes íntegros, que tengan un impacto en la iglesia, la universidad y la sociedad; 3-Fomentar la integración de los estudiantes y graduados: crear discípulos de Cristo para toda la vida, que estén comprometidos con el ministerio estudiantil y a ser testigos en su lugar de trabajo y en la sociedad; 4-Conseguir apoyo económico sostenible: a través de una ola creciente de generosidad nacional y personas involucradas; 5-Tratar temas globales actuales: como estudiantes, unidos en el cuerpo global de Cristo, ofreciendo una respuesta a los retos contemporáneos desde un punto de vista Cristiano; 6-Conectar con la universidad: de forma

Os conteúdos dos compromissos e das prioridades estratégicas adotadas possuem características semelhantes às Bases de Fé, cujo conteúdo pode ser apreendido por grupos com práticas diferentes. Pode-se, de forma piedosa, sentir-se comprometido com uma prática de oração, leitura de textos bíblicos e reunião de pequenos grupos na universidade, mas também pode-se firmar um compromisso de enviar cartões da Rede Fale para a presidenta da República exigindo atenção ao perigo que a quantidade de agrotóxicos vendidos de forma legal pode matar pequenos produtores e consumidores de modo geral. Assim, não há um padrão na apropriação de sentidos do documento Pedras vivas.

A ABUB deve muito de seu know-how à CIEE, não só pelo vínculo institucional e pelas Bases de Fé em comum, mas pelo suporte em encontros regionais na América Latina, na participação de estudantes, profissionais e assessores do movimento em espaços de formação da Comunidade. Ao longo dos anos, os presidentes da Comunidade sempre marcaram presença nos encontros regionais, a exemplo de Stacey Woods que esteve em 1958, Cochabamba, e Lindsay Brown em Viçosa-MG, no Missão 2006. Aliado a isso, inúmeras lideranças do movimento estudantil como Dieter Brephol, Ziel Machado, Ricardo Wesley e Bráulio Craveiro exerceram liderança nacional e se engajaram na CIEE, como já haviam feito René Padilla e Samuel Escobar.

Esse conhecimento que a CIEE foi adquirindo é também resultado de sua característica de atuação na interface universidade e igreja. E como em suas mais de seis décadas, a Comunidade amadureceu sua governança, cuja expressão consta no Pedras vivas:

1. Administração: um ministério bem estruturado, sabiamente administrado e que honre a Deus;
2. Desenvolvimento organizacional: pessoas e estruturas que trabalhem em conjunto para fins comuns;
3. Colaboração global: uma expressão de nossa unidade em Cristo, nas e por meio das culturas;
4. Recursos humanos e cuidado pastoral: pessoas que sejam valorizadas e apoiadas para servir a Deus de forma eficaz;
5. Pesquisa e inovação: inovação contínua e criativa, que receba informações de investigações sólidas.²⁸⁸

constructiva y valiente, con una cosmovisión bíblica que se desarrolla concienzudamente, mostrando la integración de la fe, la vida y las disciplinas académicas (tradução nossa).

²⁸⁸ PEDRAS VIVAS. Original em espanhol: 1-Administración: un ministerio bien estructurado, sabiamente administrado y que honra a Dios; 2-Desarrollo de la organización: personas y estructuras que trabajan bien juntas para conseguir objetivos en común; 3-Colaboración global: una expresión de nuestra unidad en Cristo, en y a través de las culturas; 4-Recursos humanos y cuidado pastoral: personas que son valoradas y apoyadas para servir a Dios con eficacia; 5-Investigación e innovación: innovación continua y creativa, recibiendo información de una investigación sólida (tradução nossa). Disponível em: <<https://www.ifesworld.org/en/our-vision>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

Desde que se organizou, em 1962, a ABUB modificou consideravelmente sua estrutura organizacional. A forma de trabalho da equipe nacional, mesmo com as enormes distâncias que os separavam, contavam com encontros presenciais regulares que permitiam um certo alinhamento na formação dos estudantes de dezenas de cidades onde haviam grupos da ABUB. Recursos humanos e inovação contínua e criativa também foram marcas na atuação dos estudantes e profissionais ligados à ABUB. No entanto, quanto ao tema da unidade é importante que seja problematizado. Pois se uma das bases²⁸⁹ nas quais a Comunidade Internacional está firmada é a da “colaboração global” ou “parcerias globais” e essa base é a expressão da unidade em torno do que creem, há um limite que precisa ser melhor compreendido, mais discutido e seu efeito melhor comunicado.

O limite do diálogo religioso dentro da ABUB ainda é algo a ser estudado com mais profundidade, já que em seu espectro de práticas a visão esperada é “que impactem a universidade, a igreja e a sociedade”. Esse impacto esperado na universidade só há como verificar a partir de cada contexto, por meio dos grupos de estudantes e profissionais. Todavia os encontros de profissionais ligados à universidade, como o ocorrido em 2004, em São Paulo, e o Missão 2006 sinalizaram esse impacto com a presença de pesquisadores e estudos sobre a relação educação e justiça, a partir da abordagem cristã.²⁹⁰ A universidade que era retratada em um primeiro momento como local de evangelização (até 1976), depois como preparo de missionários em suas profissões (a partir do Congresso missionário de 1976), passou a ser encarada como local de desempenho da missão, sendo esta praticada em forma de diálogo.²⁹¹

Os avanços da relação ABUB e sociedade podem ser representados pela efetividade da promoção de debates, discussões nas áreas de políticas públicas em diversas áreas, assim como a presença e contribuição da organização no Conjuve desde os preparativos para a primeira²⁹² Conferência Nacional e a agenda de escuta e criação de conteúdos que geraram políticas de juventudes em forma de lei. A ABUB, como membro do Conjuve, via-se representada também pela Rede Fale.

²⁸⁹ No documento *Pedras vivas*, os seis pontos acima citados são chamados de bases firmes em espanhol e *firm foundations* em inglês. A expressão é acompanhada da frase “Reconocemos que um crecimiento fuerteneceita una base firme” ou “Recognising that strong growth needs firmfoundations”. PEDRAS VIVAS. Disponível em: <<https://www.ifesworld.org/en/our-vision>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

²⁹⁰ FONSECA, 2006, p. 9.

²⁹¹ A CIEE possui uma secretaria de diálogo e envolvimento social, que é ocupada por Vinoth Ramachandra. Ramachandra participa de movimentos de Direitos Humanos no Sri Lanka, da Rede Miqueias e de A Rocha Brasil e tem dois livros publicados pela ABU Editora: *A falência dos deuses: a idade moderna e a missão cristã*(2000) e *A mensagem da Missão* (2005), da série A Bíblia fala hoje. Mais do seu pensamento pode ser encontrado no blog: <<http://vinothramachandra.wordpress.com/>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

²⁹² CASTRO, 2009.

O diálogo, portanto, entrou na agenda da ABUB a partir de seu engajamento na universidade como espaço de atuação profissional e de seu engajamento social ao contribuir no diálogo e elaboração de políticas públicas. Essas duas áreas de envolvimento exigiram que a ABUB assumisse compromissos mais amplos e por isso mesmo se comprometesse em outros espaços. Como poderia então manter-se comprometida com a CIEE e sua visão de impactar a universidade, a sociedade e a igreja, sem distanciar-se da contextualização de suas práticas e ainda manter-se plural? Desta forma, a ABUB se apresentou como uma facilitadora do envolvimento de seus membros como forma de se manter.

Nesse sentido, a organização é tão conservadora quanto outras organizações missionárias presentes no protestantismo brasileiro. Um paradoxo, assim pode-se definir a postura da ABUB. Seu discurso é centrado na universidade e as discussões pertinentes a ela, mas suas práticas e posturas vêm da igreja, principalmente de setores conservadores. Não que deliberadamente ela escolha anular-se ou retrain-se, mas o que se percebe é que em determinados períodos sua liderança (diretores e assessores nacionais) tendem a um maior comprometimento com o engajamento político e social como forma de missão, mas sua base (grupos locais com membros de diversas igrejas evangélicas tradicionais, pentecostais e neopentecostais) não acompanha. Esse comportamento também pode ser percebido no inverso.

A exemplo dessa postura que reflete diretamente nas práticas religiosas do movimento, há um grande número de lideranças nacionais e movimentos aos quais a ABUB apoia de modo informal, apesar de concordar com todos os elementos e metodologia desses grupos. Alguns exemplos dessa postura de caráter mais conservador é a relação que estabeleceu com a Aliança Cristã Evangélica Brasileira (ACEB),²⁹³ a Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS)²⁹⁴ e a Rede Fale. O grau de comprometimento da ABUB com organizações parceiras não encontra um modelo claro, mesmo que nela tenham sido formados os quadros de boa parte das lideranças das organizações citadas.

²⁹³ A visão da Aliança Cristã Evangélica Brasileira é uma plataforma relacional de igrejas, organizações e pessoas para testemunho visível do Corpo de Cristo e serviço no Evangelho do Reino de Deus. Missão: A Aliança Cristã Evangélica Brasileira existe para fomentar a unidade cristã, estimular parcerias a serviço da missão de Deus e ser voz profética no Brasil. Disponível em: <<http://aliancaevangelica.org.br/quem-somos/nossa-identidade>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

²⁹⁴ A RENAS tem como visão ser um conjunto de organizações e igrejas evangélicas articuladas, mobilizadas, fortalecidas e qualificadas em suas ações sociais em todo território nacional. Sua missão é ser expressão dos valores do Reino de Deus e da missão de Jesus na sociedade brasileira, fomentando os valores de justiça, respeito, equidade, bondade e misericórdia por meio da ação social e na defesa dos direitos humanos. Disponível em: <<http://renas.org.br/nossa-missao/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Parte da liderança que fundou a atual Aliança Cristã Evangélica Brasileira tem a ABUB em algum momento de sua história, como o embaixador global Valdir Steuernagel, os fundadores Robinson Cavalcanti e Paul Freston, o conselheiro fiscal Roberto Massatoshi Takasu, os membros do conselho de referência Antônia Leonora van der Meer e Carlos Queiroz. A ABUB aparece ainda como membro na categoria organizações e ministérios.²⁹⁵ Já para a Rede de Ação Social, a ABUB participa de seus encontros anuais, tem projetos em comum no que se refere à mobilização de igrejas²⁹⁶ mas não aparece como membro, ainda que A Rocha Brasil, Visão Mundial e Tearfund integrem a Rede e suas campanhas sejam divulgadas em espaços de formação da ABUB.

Dentre as três esferas de atuação nas quais a ABUB possui parcerias, a Rede Fale é a que mais abriu diálogos com organizações com as quais a ABUB jamais abriu. Um exemplo dessa abertura é a relação que a Rede Fale possui com o CLAI, e este com o movimento estudantil ecumênico. Pode-se recordar o chamado Mutirão Ecumênico,²⁹⁷ um encontro ocorrido em agosto de 2011, em São Leopoldo (RS). A ideia do encontro foi reunir organizações de juventudes ecumênicas com a finalidade de estabelecerem parcerias. Em torno do tema Unidos em Cristo no cuidado com a criação, dois alvos foram alcançados:

- 1) A escolha da Pastoral Universitária Ecumênica (PASUNE), parte da REJU-SUL, como representante da Rede Ecumênica da Juventude na articulação junto à FUMEC, trabalhando como uma organização importante para o alargamento dos trabalhos do movimento de estudantes cristãs(ãos); 2) Parceria inicial entre FUMEC, CLAI, REJU e FLD na organização da juventude ecumênica do Brasil e América Latina rumo ao Rio +20 (2012), tendo como horizonte a realização de uma conferência juvenil no marco da Conferência dos Povos.²⁹⁸

Dentre os responsáveis pela convocatória estavam a Rede Ecumênica da Juventude (REJU) e a Federação Universal de Movimentos Estudantes Cristãs(ãos) (FUMEC).²⁹⁹ O encontro também contou com o representante do CLAI, Darli Alves. Desse mutirão surgiram outras reuniões, sendo um assunto comum “possíveis articulações entre a FUMEC e a REJU

²⁹⁵ A lista de filiados e lideranças da Aliança Evangélica Brasileira encontra-se no site: <<http://aliancaevangelica.org.br/participe/filiados>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

²⁹⁶ A ABUB recebeu o financiamento da Tearfund no Projeto Missão Estudantil e Mobilização da Igreja na Região Norte, que consistia em articular igrejas e organizações em torno de ações de missão integral na região Norte.

²⁹⁷ PASTORAL Universitária Ecumênica. Disponível em: <<http://pasune-rs.blogspot.com.br/2011/09/novas-expectativas.html>>. Acesso em: 22 maio 2017.

²⁹⁸ PASTORAL Universitária Ecumênica. Disponível em: <<http://pasune-rs.blogspot.com.br/2011/09/novas-expectativas.html>>. Acesso em: 22 maio 2017.

²⁹⁹ É como a FUMEC se apresenta atualmente.

através de contatos e espaços acadêmicos já articulados, interessados pela proposta de somar forças e parcerias no âmbito acadêmico e estudantil, através dos representantes citados”.³⁰⁰

Essas parcerias colocam, de forma indireta, a ABUB na relação com grupos ecumênicos. Pode-se até afirmar que a Rede Fale talvez participaria desse espaço com mais desenvoltura que em ministérios dentro da Aliança Evangélica. Pode-se também considerar que o aprofundamento dos trabalhos em rede e o aumento das parcerias em torno da unidade cristã ou de temas relacionados à universidade ou a políticas públicas ainda poderão fazer a ABUB, fiel à CIEE, cooperar com a FUMEC em uma ou outra atividade.

Para além de um prognóstico dessa natureza, o que está dado é que em matéria de diálogo religioso a ABUB pode contribuir por ser um movimento estudantil universitário, mas que ainda encontra obstáculos devido às poucas experiências de ações ecumênicas entre evangélicos nas últimas décadas. Isso faz com que a Rede Fale represente a ABUB quando o assunto é diálogo com a universidade e a sociedade, mas parece ser desconhecida quando o diálogo é de caráter religioso.

Essa postura de não saber ser evangélica e cooperar por meio do diálogo ecumênico veio ao debate na década de 1980, quando a questão era sobre a participação de católicos na liderança da ABUB. Agora, três décadas depois, não há essa preocupação, a ABUB tem uma confissão clara, mantém fidelidade à CIEE e está engajada tanto na universidade como na sociedade em diversos espaços. Seria esse o momento de cooperar de forma ecumênica, ampliar seu conceito de missão e reinventar-se por meio de práticas dialogais e comunicativas.

A diaconia missionária e transformadora, para usar o termo de David Mesquiati de Oliveira,³⁰¹ é a única forma da fé no Cristo vivo concretizar-se no cotidiano. Para ele “a missão não tem como objetivo simplesmente uma sociedade melhorada, nem cristianizar as culturas do mundo. A proposta deve ir muito além da propagação do evangelho e da fé cristã”.³⁰² Ainda de acordo com o autor é preciso concordar que Deus é ação e com isso avançar na compreensão de Deus ação-comunicativa. Fazendo da missão algo:

Descentrado da minha interpretação particular, revelado também no mundo.
Evangelizar e ser evangelizado. Aprendizado mútuo. Diálogo e tolerância numa

³⁰⁰ PASTORAL Universitária Ecumênica. Disponível em: <<http://pasune-rs.blogspot.com.br/2011/09/novas-expectativas.html>>. Acesso em: 22 maio 2017.

³⁰¹ OLIVEIRA, David Mesquiati de. *Missão, cultura e transformação*: desafios para a prática missionária comunicativa. São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2011, p. 144.

³⁰² OLIVEIRA, 2011, p. 144.

relação humana genuína e libertadora. Um construto. Ainda não pleno. Descentrado de visões particulares fundantes. Aberto e inclusivo.³⁰³

Nesse sentido, ao contribuir no diálogo comunicativo e ampliar os limites do diálogo religioso, a ABUB estará não somente impactando a igreja, mas levando-a ao cerne da missão contemporânea, que é o diálogo. Como foi visto até aqui, o que define as práticas religiosas da ABUB são elementos mais complexos que o de professar determinado conjunto de crenças: está vinculado ao contexto histórico religioso no qual ela se insere de épocas em épocas e por isso mesmo possui caráter dinâmico. Assim, ainda é possível considerar um comportamento que contribua para o diálogo religioso em espaços ecumênicos e, num segundo momento, no diálogo inter-religioso.



³⁰³ OLIVEIRA, 2011, p. 144.

CONCLUSÃO

A presente análise da trajetória da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB) iniciou-se com a tentativa de compreender como essa organização de seis décadas, que não possui uma afiliação permanente, se inseriu no contexto protestante brasileiro a partir do final dos anos 1950 e principalmente no espaço público da universidade e da sociedade.

Na tentativa de compreensão do seu contexto inicial, outros fatores apareceram como elementos que contribuíram para seu surgimento. O principal deles foi a mudança na questão religiosa no contexto dos movimentos missionários estudantis ocorrida na primeira metade do século XX e o contexto de conflitos políticos vividos no Brasil e em toda a América Latina no meio do século.

Esses cenários, internacional (com os movimentos estudantis FUMEC e a CIEE) e nacional, referentes ao engajamento ou não no processo revolucionário brasileiro, deixou conservadores e ecumênicos expostos às mesmas fragilidades quanto à permanência dos grupos que representavam tais posturas. Os que se retraíram ocuparam-se de um testemunho religioso que contribuiu para certa guinada conservadora entre as principais lideranças de grupos protestantes no Brasil. Por outro lado, as iniciativas ecumênicas de engajamento na chamada “revolução brasileira” foram dispersas pelo enfrentamento civil-militar por meio de duas décadas de ditadura no Brasil.

A Aliança Bíblica Universitária do Brasil sobreviveu a esse período pelo fato de ter se apresentado como movimento conversionista e não interessada nas questões políticas ideológicas presentes à época. Apesar de ter garantido sua existência, a ABUB pagou caro nos anos seguintes, pois, ao se engajar na sociedade por meio de práticas contextualizadas, abriu um leque de adesão plural na política enquanto afirmava ter a singularidade confessional.

Foi apoiada nessa singularidade confessional, por meio das Bases de Fé da Comunidade Internacional dos Estudantes Evangélicos, que a organização também sofreu ao precisar decidir sobre a natureza de suas práticas religiosas: se estas, por possuírem confessionalidade evangélica, necessariamente deveriam adotar as práticas das igrejas evangélicas brasileiras ou se também seria possível haver certa aproximação ecumênica de suas práticas.

A pretensa singularidade confessional e a pluralidade política quase levaram ao fim da organização no Brasil na década de 1980, pois não se comunicava com a universidade na linguagem desta, padecia de desconfiança de boa parte das lideranças das principais denominações e não possuía mais os recursos humanos e econômicos que levassem adiante o

projeto missionário entre estudantes do Brasil. Nesse sentido, as décadas de 1990 em diante, marcadas pela economia neoliberal, a mundialização do capital e o extremo da diversidade cultural e religiosa, principalmente pelo acirramento da pluralidade religiosa evangélica brasileira, deram à ABUB um novo paradigma de missão, que permaneceu na interface universidade-igreja-sociedade, mas ressignificou sua atuação.

A universidade deixou de ser o campo da missão com as pessoas e entrou na totalidade da missão estudantil, sendo o engajamento com a pesquisa, a formação e a profissão modelos de práticas de envolvimento missionário. Os espaços de construção de políticas públicas tornaram-se campo de atuação missionária, mas, por meio do diálogo e parcerias e a contribuição às igrejas evangélicas brasileiras, passou a atuar tanto na esfera representativa, por meio de suas alianças, quanto no aspecto local, em que cada membro que recebe formação de liderança na ABUB é incentivado a multiplicar sua visão em cada comunidade eclesial local.

Assim, a relevância da pesquisa que pretende apontar brevemente as práticas e as origens históricas das mesmas se dá no sentido de contribuir por meio da discussão referenciada nas Ciências das Religiões, com uma leitura das práticas religiosas dessa organização com características singulares, tanto no protestantismo brasileiro da segunda metade do século XX, quanto na interface da academia e do engajamento social.

A expectativa com essa leitura sobre as práticas religiosas da ABUB é que seja ponto de partida para novas pesquisas, tanto no campo sociológico, histórico, quanto nas Ciências das Religiões, na linha “Religião e espaço público”. Que outras pesquisas sejam desenvolvidas no sentido de ampliar os conhecimentos sobre a ABUB para além de notas de rodapé, pequenos comentários em trabalhos dissertativos, poucos trabalhos acadêmicos e raras memórias. Assim, as leituras sobre as velhas e novas práticas religiosas da ABUB e os processos que a acompanharam e ainda provocam tensões revivem as velhas discussões e tornam sua atuação permanente nos cenários acadêmico, social e religioso entre juventudes brasileiras, tendo uma contribuição referencial crítica, relevante e histórica a partir dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Mairiporã, Congresso Nacional da ABUB 1962. Ata nº1.

ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL. Estatuto Social da Aliança Bíblica Universitária do Brasil, Anápolis, 24 maio 2008. Disponível em: <<http://www.abub.org.br/recursos/2013/03/estatuto-da-alianca-biblica-universitaria-do-brasil>>. Acesso em: 10 mai.2016.

ALVES, Rubens. De dentro do furacão: Richard Shaull e os primórdios da teologia da libertação. São Paulo: Ed. Sagarana; CEDI; CLAI; PPGCR, 1985.

BÍBLIA Sagrada. Nova versão Internacional: Antigo e Novo Testamento. Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2003.

BITTENCOURT FILHO, José. Caminhos do protestantismo militante: ISAL e Conferência do Nordeste. Vitória: Unida, 2014.

BLOCH, Marc L. B. Apologia da história, ou, o Ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONTEMPO, Gínia C.(org.). Assim na terra como no céu: experiências socioambientais na igreja local. Viçosa, MG: Ultimato, 2011.

BRUNEAU, Thomas C. O catolicismo brasileiro em época de transição. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. Variedades de história cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Política Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CAMERON, Julia E. M. The Lausanne legacy: landmarks in global mission. Peabody: Hendrickson Publishers, 2016.

CAVALCANTI, Robinson. A utopia possível: em busca de um cristianismo integral. Viçosa, MG: Ultimato, 1993.

_____. Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica. Viçosa, MG: Ultimato, 2002.

_____. O Congresso de Lausanne e a missão da igreja. Disponível em: <<http://www.ftl.org.br/new/downloads/OCongressodeLausanneeaMissaoIntegraldaIgrejaporRobinsonCavalcanti.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. CAVALCANTI, Robinson. A história dos evangélicos. Ultimato (online), Viçosa, 30 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ultimato.com.br/conteudo/a-historia-dos-evangelicos>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

COMISSÃO LAUSANNE. O Evangelho e a Cultura: a contextualização da Palavra de Deus; O Evangelho e o Homem Secularizado: o desafio do homem e da sociedade moderna. Trad. José Gabriel Said. 2 ed. São Paulo: ABU, 2007.

COMUNIDADE INTERNACIONAL DE ESTUDANTES EVANGÉLICOS. Disponível em: <<https://www.ifesworld.org/es/es/qu%C3%A9-creemos>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

COPPE, Moisés A. Os encontros e desencontros do Protestantismo Brasileiro: Lacunas que favoreceram o desenvolvimento da UCEB. Revista Reflexus, Vitória, v. 6, n. 7, 2012, p. 117-130. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/view/87>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. Piedade, responsabilidade, política: história e memória da UCEB. Belo Horizonte: Filhos da Graça/Noah Edições, 2015.

ESCOBAR, Samuel. La chispa y La llama. Buenos Aires: Certeza, 1978.

_____. Desafios da Igreja na América Latina: história, estratégia e teologia de missões. Viçosa, MG: Ultimato, 1997.

FARIA, Eduardo G. Richard Shall, renovador do pensamento teológico evangélico no Brasil. SBCampo: IMS, 1993.

FEDERAÇÃO UNIVERSAL DE MOVIMENTOS ESTUDANTIS. Disponível em: <<http://www.fumec-alc.org>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FONSECA, Alexandre B. (org.). Educação e justiça na América Latina: uma abordagem cristã. São Paulo: ABU Editora, 2006.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 1993.

FROZI, Daniela. ABU editora: 40 anos produzindo uma literatura para a promoção da vida! Disponível em: <<http://www.abub.org.br/compartilhe/informativos/entre-nos/item-principal/2015/04/abu-editora-40-anos-produzindo-uma-literat>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GONZÁLEZ, Justo. Breve dicionário de teologia. Tradução Silvana Parrella Brito. São Paulo: Hagnos, 2009.

GRAHAM, Billy et al. A missão da Igreja no mundo de hoje: principais palestras do Congresso de Lausanne. 3. ed. São Paulo: ABU Editora, 1989.

ITIOKA, Neuza. Encarnando a Palavra Libertadora. São Paulo: ABU Editora, 1981.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LITTLE, Paul. Como compartilhar sua fé. São Paulo: ABUB/Vida Nova, 1974.

LONGUINI NETO, Luis. Pastoral como o novo roto da missão. São Bernardo do Campo, 1997. Tese de doutorado em Ciências de Religião. UMESP.

LÖWY, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MACHADO, Ziel. Sim a Deus, Sim à Vida: Evangélicos redescobrem sua cidadania. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

MENDONÇA, Antônio G. Desafios missionários do Brasil: uma contribuição sociológica. IN: VVAA. Sonhos em parceria. SP: Missão Presbiteriana do Brasil, 1991.

NAVARRO, Juan B. Para compreender o ecumenismo. SP: Loyola, 1995.

OLIVEIRA, David Mesquiati de. Missão, cultura e transformação: desafios para a prática missionária comunicativa. São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2011.

PADILLA, René. A evangelização e o mundo (Tese e Comentário). In: A missão da Igreja no mundo de hoje: principais palestras do Congresso de Lausanne. 3e. São Paulo: ABU Editora, 1989.

_____. O que é missão integral? Viçosa, MG; Ultimato, 2009.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. Evangélicos e mundo estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil(1957-1987). Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

ROSA, Wanderley P. Por uma fé encarnada: teologia social e política no protestantismo brasileiro. 298 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, PUC-Rio, 2015, p. 119. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1112001_2015_completo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SANTOS, Lyndon de A. As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira. São Luis: Edufma; São Paulo: Ed. ABHR, 2006.

_____. Geração 40. Ultimato (online). Viçosa, 16 out. 2013. Disponível em:<<http://www.ultimato.com.br/conteudo/geracao-40>>. Acesso em: 30 abr. 2016

STEUERNAGEL, Valdir R. Igreja: comunidade missionária/Caminhando contra o vento/O reino de Deus e o povo peregrino.São Paulo: ABU Editora, 1978.

_____. Obediência missionária e prática histórica: em busca de modelos. São Paulo: ABU Editora, 1993.

STEVENS, R.Paul. Os outros seis dias. Viçosa: Ultimato, 2005.

STOTT, John. A verdade do Evangelho: um apelo à unidade. Tradução Marcell e Silêda S. Steuernagel. 2.ed. São Paulo: ABU Editora, 2005.

_____. Pacto de Lausanne (Comentado por John Stott). 2.ed. ampliada. São Paulo: ABU Editora; Visão Mundial, 2003. (Série Lausanne 30 anos).



ANEXOS

ANEXO A – Pacto de Lausanne (1974)

INTRODUÇÃO

Nós, membros da Igreja de Jesus Cristo, procedentes de mais de 150 nações, participantes do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, em Lausanne, louvamos a Deus por sua grande salvação, e regozijamo-nos com a comunhão que, por graça dele mesmo, podemos ter com ele e uns com os outros. Estamos profundamente tocados pelo que Deus vem fazendo em nossos dias, movidos ao arrependimento por nossos fracassos e desafiados pela tarefa inacabada da evangelização. Acreditamos que o evangelho são as boas novas de Deus para todo o mundo, e por sua graça, decidimo-nos a obedecer ao mandamento de Cristo de proclamá-lo a toda a humanidade e fazer discípulos de todas as nações. Desejamos, portanto, reafirmar a nossa fé e a nossa resolução, e tornar público o nosso pacto.

1. O Propósito de Deus

Afirmamos a nossa crença no único Deus eterno, Criador e Senhor do Mundo, Pai, Filho e Espírito Santo, que governa todas as coisas segundo o propósito da sua vontade. Ele tem chamado do mundo um povo para si, enviando-o novamente ao mundo como seus servos e testemunhas, para estender o seu reino, edificar o corpo de Cristo, e também para a glória do seu nome. Confessamos, envergonhados, que muitas vezes negamos o nosso chamado e falhamos em nossa missão, em razão de nos termos conformado ao mundo ou nos termos isolado demasiadamente. Contudo, regozijamo-nos com o fato de que, mesmo transportado em vasos de barro, o evangelho continua sendo um tesouro precioso. À tarefa de tornar esse tesouro conhecido, no poder do Espírito Santo, desejamos dedicar-nos novamente.

2. A Autoridade e o Poder da Bíblia

Afirmamos a inspiração divina, a veracidade e autoridade das Escrituras tanto do Velho como do Novo Testamento, em sua totalidade, como única Palavra de Deus escrita, sem erro em tudo o que ela afirma, e a única regra infalível de fé e prática. Também afirmamos o poder da Palavra de Deus para cumprir o seu propósito de salvação. A mensagem da Bíblia destina-se a

toda a humanidade, pois a revelação de Deus em Cristo e na Escritura é imutável. Através dela o Espírito Santo fala ainda hoje. Ele ilumina as mentes do povo de Deus em toda cultura, de modo a perceberem a sua verdade, de maneira sempre nova, com os próprios olhos, e assim revela a toda a igreja uma porção cada vez maior da multiforme sabedoria de Deus.

3. A Unicidade e a Universalidade de Cristo

Afirmamos que há um só Salvador e um só evangelho, embora exista uma ampla variedade de maneiras de se realizar a obra de evangelização. Reconhecemos que todos os homens têm algum conhecimento de Deus através da revelação geral de Deus na natureza. Mas negamos que tal conhecimento possa salvar, pois os homens, por sua injustiça, suprimem a verdade. Também rejeitamos, como depreciativo de Cristo e do evangelho, todo e qualquer tipo de sincretismo ou de diálogo cujo pressuposto seja o de que Cristo fala igualmente através de todas as religiões e ideologias. Jesus Cristo, sendo ele próprio o único Deus-homem, que se ofereceu a si mesmo como único resgate pelos pecadores, é o único mediador entre Deus e os homens. Não existe nenhum outro nome pelo qual importa que sejamos salvos. Todos os homens estão perecendo por causa do pecado, mas Deus ama todos os homens, desejando que nenhum pereça, mas que todos se arrependam. Entretanto, os que rejeitam Cristo repudiam o gozo da salvação e condenam-se à separação eterna de Deus. Proclamar Jesus como “o Salvador do mundo” não é afirmar que todos os homens, automaticamente, ou ao final de tudo, serão salvos; e muito menos que todas as religiões ofereçam salvação em Cristo. Trata-se antes de proclamar o amor de Deus por um mundo de pecadores e convidar todos os homens a se entregarem a ele como Salvador e Senhor no sincero compromisso pessoal de arrependimento e fé. Jesus Cristo foi exaltado sobre todo e qualquer nome. Anelamos pelo dia em que todo joelho se dobrará diante dele e toda língua o confessará como Senhor.

4. A Natureza da Evangelização

Evangelizar é difundir as boas novas de que Jesus Cristo morreu por nossos pecados e ressuscitou segundo as Escrituras, e de que, como Senhor e Rei, ele agora oferece o perdão dos pecados e o dom libertador do Espírito a todos os que se arrependem e creem. A nossa presença cristã no mundo é indispensável à evangelização, e o mesmo se dá com aquele tipo de diálogo cujo propósito é ouvir com sensibilidade, a fim de compreender. Mas a evangelização propriamente dita é a proclamação do Cristo bíblico e histórico como Salvador

e Senhor, com o intuito de persuadir as pessoas a vir a ele pessoalmente e, assim, se reconciliarem com Deus. Ao fazermos o convite do evangelho, não temos o direito de esconder o custo do discipulado. Jesus ainda convida todos os que queiram segui-lo e negarem-se a si mesmos, tomarem a cruz e identificarem-se com a sua nova comunidade. Os resultados da evangelização incluem a obediência a Cristo, o ingresso em sua igreja e um serviço responsável no mundo.

5. A Responsabilidade Social Cristã

Afirmamos que Deus é o Criador e o Juiz de todos os homens. Portanto, devemos partilhar o seu interesse pela justiça e pela conciliação em toda a sociedade humana, e pela libertação dos homens de todo tipo de opressão. Porque a humanidade foi feita à imagem de Deus, toda pessoa, sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade possui uma dignidade intrínseca em razão da qual deve ser respeitada e servida, e não explorada. Aqui também nos arrependemos de nossa negligência e de termos algumas vezes considerado a evangelização e a atividade social mutuamente exclusivas. Embora a reconciliação com o homem não seja reconciliação com Deus, nem a ação social evangelização, nem a libertação política salvação, afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam. Quando as pessoas recebem Cristo, nascem de novo em seu reino e devem procurar não só evidenciar, mas também divulgar a retidão do reino em meio a um mundo injusto. A salvação que alegamos possuir deve estar nos transformando na totalidade de nossas responsabilidades pessoais e sociais. A fé sem obras é morta.

6. A Igreja e a Evangelização

Afirmamos que Cristo envia o seu povo redimido ao mundo assim como o Pai o enviou, e que isso requer uma penetração de igual modo profunda e sacrificial. Precisamos deixar os nossos guetos eclesiásticos e penetrar na sociedade não-cristã. Na missão de serviço sacrificial da igreja a evangelização é primordial. A evangelização mundial requer que a igreja inteira leve o evangelho integral ao mundo todo. A igreja ocupa o ponto central do propósito divino para

com o mundo, e é o agente que ele promoveu para difundir o evangelho. Mas uma igreja que pregue a Cruz deve, ela própria, ser marcada pela Cruz. Ela torna-se uma pedra de tropeço para a evangelização quando trai o evangelho ou quando lhe falta uma fé viva em Deus, um amor genuíno pelas pessoas, ou uma honestidade escrupulosa em todas as coisas, inclusive em promoção e finanças. A igreja é antes a comunidade do povo de Deus do que uma instituição, e não pode ser identificada com qualquer cultura em particular, nem com qualquer sistema social ou político, nem com ideologias humanas.

7. Cooperação na Evangelização

Afirmamos que é propósito de Deus haver na igreja uma unidade visível de pensamento quanto à verdade. A evangelização também nos convoca à unidade, porque o ser um só corpo reforça o nosso testemunho, assim como a nossa desunião enfraquece o nosso evangelho de reconciliação. Reconhecemos, entretanto, que a unidade organizacional pode tomar muitas formas e não ativa necessariamente a evangelização. Contudo, nós, que partilhamos a mesma fé bíblica, devemos estar intimamente unidos na comunhão uns com os outros, nas obras e no testemunho. Confessamos que o nosso testemunho, algumas vezes, tem sido manchado por pecaminoso individualismo e desnecessária duplicação de esforço. Empenhamo-nos por encontrar uma unidade mais profunda na verdade, na adoração, na santidade e na missão. Instamos para que se apresse o desenvolvimento de uma cooperação regional e funcional para maior amplitude da missão da igreja, para o planejamento estratégico, para o encorajamento mútuo, e para o compartilhamento de recursos e de experiências.

8. Esforço Conjugado de Igrejas na Evangelização

Regozijamo-nos com o alvorecer de uma nova era missionária. O papel dominante das missões ocidentais está desaparecendo rapidamente. Deus está levantando das igrejas mais jovens um grande e novo recurso para a evangelização mundial, demonstrando assim que a responsabilidade de evangelizar pertence a todo o corpo de Cristo. Todas as igrejas, portando, devem perguntar a Deus, e a si próprias, o que deveriam estar fazendo tanto para alcançar suas próprias áreas como para enviar missionários a outras partes do mundo. Deve ser permanente o processo de reavaliação da nossa responsabilidade e atuação missionária. Assim, haverá um crescente esforço conjugado pelas igrejas, o que revelará com maior clareza o caráter universal da igreja de Cristo. Também agradecemos a Deus pela existência

de instituições que laboram na tradução da Bíblia, na educação teológica, no uso dos meios de comunicação de massa, na literatura cristã, na evangelização, em missões, no avivamento de igrejas e em outros campos especializados. Elas também devem empenhar-se em constante auto-exame que as levem a uma avaliação correta de sua efetividade como parte da missão da igreja.

9. Urgência da Tarefa Evangelística

Mais de dois bilhões e setecentos milhões de pessoas, ou seja, mais de dois terços da humanidade, ainda estão por serem evangelizadas. Causa-nos vergonha ver tanta gente esquecida; continua sendo uma reprimenda para nós e para toda a igreja. Existe agora, entretanto, em muitas partes do mundo, uma receptividade sem precedentes ao Senhor Jesus Cristo. Estamos convencidos de que esta é a ocasião para que as igrejas e as instituições paraclesísticas orem com seriedade pela salvação dos não-alcanceados e se lancem em novos esforços para realizarem a evangelização mundial. A redução de missionários estrangeiros e de dinheiro num país evangelizado algumas vezes talvez seja necessária para facilitar o crescimento da igreja nacional em autonomia, e para liberar recursos para áreas ainda não evangelizadas. Deve haver um fluxo cada vez mais livre de missionários entre os seis continentes num espírito de abnegação e prontidão em servir. O alvo deve ser o de conseguir por todos os meios possíveis e no menor espaço de tempo, que toda pessoa tenha a oportunidade de ouvir, de compreender e de receber as boas novas. Não podemos esperar atingir esse alvo sem sacrifício. Todos nós estamos chocados com a pobreza de milhões de pessoas, e conturbados pelas injustiças que a provocam. Aqueles dentre nós que vivem em meio à opulência aceitam como obrigação sua desenvolver um estilo de vida simples a fim de contribuir mais generosamente tanto para aliviar os necessitados como para a evangelização deles.

10. Evangelização e Cultura

O desenvolvimento de estratégias para a evangelização mundial requer metodologia nova e criativa. Com a bênção de Deus, o resultado será o surgimento de igrejas profundamente enraizadas em Cristo e estreitamente relacionadas com a cultura local. A cultura deve sempre ser julgada e provada pelas Escrituras. Porque o homem é criatura de Deus, parte de sua cultura é rica em beleza e em bondade; porque ele experimentou a queda, toda a sua cultura

está manchada pelo pecado, e parte dela é demoníaca. O evangelho não pressupõe a superioridade de uma cultura sobre a outra, mas avalia todas elas segundo o seu próprio critério de verdade e justiça, e insiste na aceitação de valores morais absolutos, em todas as culturas. As missões muitas vezes têm exportado, juntamente com o evangelho, uma cultura estranha, e as igrejas, por vezes, têm ficado submissas aos ditames de uma determinada cultura, em vez de às Escrituras. Os evangelistas de Cristo têm de, humildemente, procurar esvaziar-se de tudo, exceto de sua autenticidade pessoal, a fim de se tornarem servos dos outros, e as igrejas têm de procurar transformar e enriquecer a cultura; tudo para a glória de Deus.

11. Educação e Liderança

Confessamos que às vezes temos nos empenhado em conseguir o crescimento numérico da igreja em detrimento do espiritual, divorciando a evangelização da edificação dos crentes. Também reconhecemos que algumas de nossas missões têm sido muito remissas em treinar e incentivar líderes nacionais a assumirem suas justas responsabilidades. Contudo, apoiamos integralmente os princípios que regem a formação de uma igreja de fato nacional, e ardentemente desejamos que toda a igreja tenha líderes nacionais que manifestem um estilo cristão de liderança não em termos de domínio, mas de serviço. Reconhecemos que há uma grande necessidade de desenvolver a educação teológica, especialmente para líderes eclesiásticos. Em toda nação e em toda cultura deve haver um eficiente programa de treinamento para pastores e leigos em doutrina, em discipulado, em evangelização, em edificação e em serviço. Este treinamento não deve depender de uma metodologia estereotipada, mas deve se desenvolver a partir de iniciativas locais criativas, de acordo com os padrões bíblicos.

12. Conflito Espiritual

Creemos que estamos empenhados num permanente conflito espiritual com os principados e potestades do mal, que querem destruir a igreja e frustrar sua tarefa de evangelização mundial. Sabemos da necessidade de nos revestirmos da armadura de Deus e combater esta batalha com as armas espirituais da verdade e da oração. Pois percebemos a atividade no nosso inimigo, não somente nas falsas ideologias fora da igreja, mas também dentro dela em falsos evangelhos que torcem as Escrituras e colocam o homem no lugar de Deus. Precisamos tanto

de vigilância como de discernimento para salvaguardar o evangelho bíblico. Reconhecemos que nós mesmos não somos imunes à aceitação do mundanismo em nossos atos e ações, ou seja, ao perigo de capitularmos ao secularismo. Por exemplo, embora tendo à nossa disposição pesquisas bem preparadas, valiosas, sobre o crescimento da igreja, tanto no sentido numérico como espiritual, às vezes não as temos utilizado. Por outro lado, por vezes tem acontecido que, na ânsia de conseguir resultados para o evangelho, temos comprometido a nossa mensagem, temos manipulado os nossos ouvintes com técnicas de pressão, e temos estado excessivamente preocupados com as estatísticas, e até mesmo utilizando-as de forma desonesta. Tudo isto é mundano. A igreja deve estar no mundo; o mundo não deve estar na igreja.

13. Liberdade e Perseguição

É dever de toda nação, dever que foi estabelecido por Deus, assegurar condições de paz, de justiça e de liberdade em que a igreja possa obedecer a Deus, servir a Cristo Senhor e pregar o evangelho sem quaisquer interferências. Portanto, oramos pelos líderes das nações e com eles instamos para que garantam a liberdade de pensamento e de consciência, e a liberdade de praticar e propagar a religião, de acordo com a vontade de Deus, e com o que vem expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Também expressamos nossa profunda preocupação com todos os que têm sido injustamente encarcerados, especialmente com nossos irmãos que estão sofrendo por causa do seu testemunho do Senhor Jesus. Prometemos orar e trabalhar pela libertação deles. Ao mesmo tempo, recusamo-nos a ser intimidados por sua situação. Com a ajuda de Deus, nós também procuraremos nos opor a toda injustiça e permanecer fiéis ao evangelho, seja a que custo for. Nós não nos esquecemos de que Jesus nos preveniu de que a perseguição é inevitável.

14. O Poder do Espírito Santo

Creemos no poder do Espírito Santo. O pai enviou o seu Espírito para dar testemunho do seu Filho. Sem o testemunho dele o nosso seria em vão. Convicção de pecado, fé em Cristo, novo nascimento cristão, é tudo obra dele. De mais a mais, o Espírito Santo é um Espírito missionário, de maneira que a evangelização deve surgir espontaneamente numa igreja cheia do Espírito. A igreja que não é missionária contradiz a si mesma e debela o Espírito. A evangelização mundial só se tornará realidade quando o Espírito renovar a igreja na verdade,

na sabedoria, na fé, na santidade, no amor e no poder. Portanto, instamos com todos os cristãos para que orem pedindo pela visita do soberano Espírito de Deus, a fim de que o seu fruto todo apareça em todo o seu povo, e que todos os seus dons enriqueçam o corpo de Cristo. Só então a igreja inteira se tornará um instrumento adequado em Suas mãos, para que toda a terra ouça a Sua voz.

15. O Retorno de Cristo

Creemos que Jesus Cristo voltará pessoal e visivelmente, em poder e glória, para consumir a salvação e o juízo. Esta promessa de sua vinda é um estímulo ainda maior à evangelização, pois lembramo-nos de que ele disse que o evangelho deve ser primeiramente pregado a todas as nações. Acreditamos que o período que vai desde a ascensão de Cristo até o seu retorno será preenchido com a missão do povo de Deus, que não pode parar esta obra antes do Fim. Também nos lembramos da sua advertência de que falsos cristos e falsos profetas apareceriam como precursores do Anticristo. Portanto, rejeitamos como sendo apenas um sonho da vaidade humana a idéia de que o homem possa algum dia construir uma utopia na terra. A nossa confiança cristã é a de que Deus aperfeiçoará o seu reino, e aguardamos ansiosamente esse dia, e o novo céu e a nova terra em que a justiça habitará e Deus reinará para sempre. Enquanto isso, rededicamo-nos ao serviço de Cristo e dos homens em alegre submissão à sua autoridade sobre a totalidade de nossas vidas.

CONCLUSÃO

Portanto, à luz desta nossa fé e resolução, firmamos um pacto solene com Deus, bem como uns com os outros, de orar, planejar e trabalhar juntos pela evangelização de todo o mundo. Instamos com outros para que se juntem a nós. Que Deus nos ajude por sua graça e para a sua glória a sermos fiéis a este Pacto! Amém. Aleluia!

[Lausanne, Suíça, 1974]

ANEXO B – Pacto de Curitiba (1976)

1. Nós, estudantes e graduados de todo o Brasil e da América Latina, reunidos em Curitiba para o primeiro Congresso Missionário organizado pela Aliança Bíblica Universitária do Brasil, fazemos chegar esta mensagem de maneira especial para a juventude que aceita a Jesus Cristo como Senhor e a todo o povo de Deus em terras latino-americanas.

2. Agradecemos a Deus a visão que tornou possível este Congresso. Cremos que Deus tem feito surgir nas universidades do Brasil e de toda a América Latina um movimento arraigado na Palavra de Deus, consciente da realidade histórica dentro da qual vive e que está sendo caracterizada pelo desenvolvimento de uma profunda convicção missionária. Agradecemos a Deus porque cremos que a própria existência desta geração de discípulos que amam a Jesus e desejam intensamente servi-lo, somente pode ser o resultado da sua ação em nossas vidas.

3. Com humildade agradecemos a Deus pelo que foi feito até aqui, reconhecendo o trabalho daqueles que trouxeram o Evangelho às terras latino-americanas e o grande desafio que sua herança evangélica representa para nós.

4. Confessamos que a soberania de Deus se estende sobre todas as nações da terra e que Ele atua na História. Seu propósito tem uma dimensão universal e se tem manifestado por meio de uma série de acontecimentos cuja narração e interpretação são o tema da Bíblia, a Palavra de Deus. A fé cristã tem, portanto, uma base histórica.

5. Confessamos que Jesus Cristo é a chave da história humana. Tudo o que existe foi criado por meio dele e para Ele: Ele é o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim de todas as coisas. Ele é também o segundo Adão em quem Deus forneceu o modelo do Homem novo e o poder para um estilo de vida caracterizado pela obediência a Deus, o amor ao próximo e a libertação do domínio do mundo como o sistema de rebelião contra Deus.

6. A intenção de Deus é que Jesus Cristo, que por sua morte expiatória e sua ressurreição se constituiu nosso Salvador, seja reconhecido como Senhor de todos os homens. A Igreja é a comunidade dos que creem em Jesus Cristo e proclamam sua soberania sobre a totalidade da vida. Como tal será chamada a ser manifestação concreta, ainda que parcial, do Reino de Deus na História, tanto em sua vida comunitária como por meio da ação dos cristãos nas

várias esferas do pensamento e da atuação prática dos homens. Como expressão da Igreja, nosso desejo é colocar a totalidade de nossa vida debaixo do Senhorio de Jesus Cristo e participar do propósito de Deus na história, fazendo discípulos que, sem serem do mundo, vivam no mundo pelo poder do Espírito Santo.

7. Confessamos que, no contexto da História da Salvação, a Igreja tem o seu lugar como vocacionada por Deus para o seu serviço, sendo enviada ao mundo, objeto do amor de Deus, que quer a Salvação dos homens. Cremos que o ser Igreja se concretiza no caminho, no desempenho da tarefa missionária, na dependência direta do Senhor que envia, sendo portadora da mensagem do Reino de Deus.

8. Reconhecemos que a missão não poder ser um departamento isolado da vida da Igreja, fazendo parte da própria essência desta, pois “ou a igreja é missionária ou não é igreja”, assim que a missão envolve a cada cristão na totalidade de sua vida, substituindo, pelo sacerdócio universal, o errôneo conceito da exclusividade de ser missionário por profissão. Nós estamos profundamente preocupados com a falta desta visão missionária na Igreja no contexto latino-americano.

9. O Deus criador, que chama os homens à salvação, chama cada homem a cumprir sua tarefa missionária por meio do exercício de sua vocação específica. Assim, o particular se dá em função do universal. Importa, pois, que busquemos o nosso exato lugar, da parte de Deus, despojando-nos dos nossos anseios particulares e individualistas, assumindo o caminho do serviço, procurando a excelência e a eficácia, na disposição ao sacrifício, no objetivo que à vontade de Deus se cumpra no homem e este tenha vida abundante dentro das limitações desta presença era.

10. Reconhecemos ter passado a época em que o cristianismo se confundia com a cultura e podia depender do apoio das instituições sociais para o desempenho de sua função. A “sociedade cristã” tem chegado ao seu fim. Vivemos em meio de uma sociedade secularizada, sujeita a rápidas transformações motivadas pelo desenvolvimento técnico, a urbanização, o planejamento da vida e outros fatores que estão conduzindo o homem a uma perda trágica de sua identidade pessoal. Notamos que há um ressurgimento das religiões não-cristãs e que a religião é usada como ideologia e a ideologia como religião.

11. cremos que temos de encarar estes desafios que propõe o mundo contemporâneo, para o qual necessitamos reconhecer que Deus não está preso a estruturas obsoletas nem pode ser confinado a nossos templos. Ele nos convida a participarmos criativamente naquilo que está fazendo no mundo com um sentido de seu chamado e sob a soberania de Jesus Cristo.

12. Reconhecemos que Deus nos tem colocado, neste momento particular da História, como suas testemunhas na América Latina. Nosso continente se caracteriza por um passado ibérico comum, por um cristianismo apenas nominal, por uma dependência definida nos setores social e político, e por um processo de agudas transições.

13. O impulso missionário, que procede de Deus e se manifesta na compaixão de Jesus Cristo pelas multidões de seu tempo, serve-nos como exemplo e inspiração, para também vermos hoje as grandes maiorias de nosso continente como multidões sofredoras, desamparadas, exploradas e desorientadas.

14. Como no passado o chamamos de Jesus Cristo e sua missão demandou o ultrapassar de barreiras geográficas, hoje o Senhor nos desafia a transpor as barreiras da desigualdade, da injustiça e da idolatria ideológica. Somos chamados a levar a presença de Jesus Cristo proclamando seu Evangelho redentor, servindo no mundo e transformando-o por seu amor, pacientes na esperança da nova criação que Ele trará, pela qual gememos.

15. Reconhecemos, como parte da ação de Deus no mundo latino-americano de hoje, o surgimento de novos modelos de ação missionária forjados no seio dos movimentos que integram a Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos. Agradecemos a Deus pelos profissionais jovens que, ao terminar os seus estudos na universidade, estão se integrando em diversas formas de ação missionária nas diferentes igrejas e missões ativas em nosso continente. cremos que estes são os primeiros frutos de algo muito maior que Deus quer fazer em nossas terras e no mundo, impulsionando-nos por seu Espírito.

16. Por tudo, expressamos nosso arrependimento pela falta de uma autêntica visão missionária e nos comprometemos aqui a orar ao Senhor da missão que envie obreiros aos campos que estão brancos para a ceifa. Comprometemo-nos a levar a mensagem deste Congresso a cada um dos muitos e grandes grupos que integram os nossos movimentos estudantis, e trabalhar para que a mesma vocação missionária nos leve igualmente a penetrar em todas as áreas das

sociedades latino-americanas de hoje. Comprometemo-nos também a orar para que Deus renove a sua Igreja entre nós e que toda a inquietação e criatividade, o dinamismo e a vontade de mudança das novas gerações sejam canalizados pelo Espírito de Deus ao cumprimento de sua Missão e para a sua glória.

A Ele nos encomendamos e pedimos à juventude e a todo o povo de Deus juntarem-se à nossa oração e à nossa busca, a fim de que Jesus Cristo, o Senhor, seja exaltado para a glória de Deus.



ANEXO C - Compromisso de Belo Horizonte (1983)

Nós, membros das mais variadas igrejas evangélicas e oriundo das diferentes regiões do Brasil, nos reunimos em Belo Horizonte de 31 de outubro a 5 de novembro de 1983, no Congresso Brasileiro de Evangelização.

Agradecemos profundamente a Deus pela visão que tornou possível este congresso e pelo sopro do Espírito Santo, que mobilizou homens e mulheres de todo o país para este significativo encontro com Jesus Cristo, sua Palavra e de uns com os outros, numa expressão do Corpo de Cristo.

Com alegria assumimos este compromisso, como testemunho às igrejas evangélicas e a toda a sociedade deste país, como sinal concreto do nosso compromisso com Jesus Cristo e com o homem brasileiro.

Identificamo-nos com o espírito de Pacto de Lausanne e com os objetivos deste Congresso Brasileiro de Evangelização e sua explicitação teológica como componentes importantes na agenda da Igreja para os próximos anos.

Somos profundamente gratos a Deus e aos pais da Igreja que nos antecederam na caminhada da fé. O espírito dos pioneiros e mártires é um precioso legado que continua dando frutos em nossas vidas e para a obra de Deus.

Este congresso nos possibilitou olhar para trás e, arrependidos, reconhecer as nossas lacunas e falhas. A evangelização é uma tarefa inacabada. Por vezes, nos temos acomodado, satisfeitos com a quantidade e negligentes com a qualidade. Admitimos que nos temos deixado ludibriar pelo brilho enganoso dos valores de um mundo que tenta comprar a nossa fidelidade e conquistar no nosso coração. Diante de abundantes manifestações do pecado, como violência, injustiça, desequilíbrio e depravação, por vezes nos temos omitido e apoiado, com nossa indiferença, estes sinais de morte.

Maravilhamo-nos com a revelação de um Deus que vem ao nosso encontro e nos manifesta, em Jesus Cristo, o seu profundo amor e o desejo de nos salvar. Reafirmamos a evangelização como mandamento de Cristo e como suprema e urgente tarefa da Igreja.

POR TUDO ISSO NOS COMPROMETEMOS:

com o Deus Triúno, Pai, Filho e Espírito Santo;

com Jesus Cristo, o Senhor, nosso único e suficiente Salvador e cabeça da Igreja;

com as Sagradas Escrituras como inspirada e infalível palavra de Deus, autoridade absoluta para todo o povo de Deus e para toda a evangelização;

com a Igreja, Corpo vivo de Cristo, cuja missão é ser sal da terra e luz do mundo;
com o anúncio claro, tanto falado, quando vivido, do Evangelho na sua totalidade, para todos os homens do território brasileiro;
com a edificação de uma igreja viva que evangelize ousadamente e seja uma expressão visível de Deus neste mundo e um claro convite à salvação, pela graça e mediante a fé, do homem caído;
a assumir de forma mais ampla a nossa responsabilidade missionária respondendo à ordem de Jesus Cristo ao “clamor macedônico”;
a exercer ministério profético, pastoral e intercessório, segundo as Escrituras, sob a direção do Espírito Santo, diante dos desafios de nossa realidade;
com a vocação de servo, seguindo o exemplo do Mestre, a levar uma vida humilde, simples, dedicada, em amor, a todos os homens, e em especial ao fraco, doente, pobre e necessitado;
a buscar a unidade fraterna da Igreja, no testemunho de trabalho, conforme a oração de Jesus: “a fim de que todos sejam um...para que o mundo creia”(Jo 17:21);
a assumir o homem brasileiro, objeto do amor de Deus, no contexto dramático da realidade do nosso país, apresentando-lhe uma palavra de fé e esperança, mediante a cruz redentora de Jesus Cristo;
a vigiar, orar e trabalhar, enquanto esperamos “novos céus e nova terra nos quais habita a justiça” (2Pe 3:13), identificados com o gemido da criação, que anseia pela sua redenção final.

COMPROMETEMO-NOS AINDA:

a colocar todas as nossas forças e energias, todos os nossos recursos e possibilidades, a serviço de Jesus Cristo, no contexto de sua Igreja e missão;
a orar pela obra da evangelização e a interceder uns pelos outros;
a anunciar e a viver o Evangelho, que “é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê” (Rm 1:16) e a definitiva opção de vida para todos os homens e o homem todo, seja ele quem for e onde quer que esteja.

COMPROMETEMO-NOS, FINALMENTE, COM A EVANGELIZAÇÃO DO BRASIL NESTA GERAÇÃO.

Que Deus nos oriente para o pleno cumprimento deste propósito, nos encha com o poder do Espírito Santo e nos mantenha fiéis à sua Palavra, a fim de que o BRASIL E O MUNDO OUÇAM A VOZ DE DEUS.

Belo Horizonte, 5 de novembro de 1983.



ANEXO D – Visión Piedras Vivas CIEE (2008)

Nuestra Visión:

Estudiantes que forman comunidades de discípulos, transformados por el evangelio y que impacten la universidad, la iglesia y la sociedad para la gloria de Cristo.

Hay entre 500.000 y 600.000 estudiantes que participan en IFES en todo el mundo y tenemos ministerios activos en 160 países.

Queremos que el número de estudiantes que participan activamente en IFES llegue a un millón para el año 2020. Para esto debemos cuidar y formar a los estudiantes para que den rienda suelta a su creatividad y tomen la iniciativa para conectar con sus amigos y universidades para Cristo.

La visión Piedras Vivas hasta 2020

Cristo es la piedra viva, rechazada por los seres humanos pero escogida y preciosa ante Dios. Al acercarse a él, también ustedes son como piedras vivas, con las cuales se está edificando una casa espiritual. De este modo llegan a ser un sacerdocio santo, para ofrecer sacrificios espirituales que Dios acepta por medio de Jesucristo. - 1 Pedro 2:4-5 (NVI)

Estos versículos son la base de nuestra visión para el ministerio estudiantil. Miramos a Jesús como modelo y queremos capacitar y empoderar a los estudiantes para que sean como él. La visión de Piedras Vivas se gestó gracias a un proceso que se empezó en 2007 durante la Asamblea Mundial, cuando Daniel Bourdanne fue nombrado Secretario General de IFES. Delegados de todos los movimientos participaron en un día en el que se formó la visión y se les dio a todos los movimientos nacionales el plazo de un año para aportar sus opiniones.

Compromisos principales:

A medida que trabajamos para conseguir nuestra visión, todos los aspectos de IFES estarán rodeados y apoyados por tres compromisos principales.

El Compromiso con las Escrituras

Cristo es la piedra viva...

El Compromiso con las Escrituras se trata de venir a Jesús y de recibir la vida que él ofrece: de encontrarse con la Palabra Viva por medio de la palabra escrita. Escuchamos y

respondemos a la Palabra de Dios solos y con otras personas. Seguimos lo que dice la Palabra en todas nuestras relaciones y en todas las situaciones, y compartimos lo que significa conocer a la “Piedra Viva” por medio de nuestras palabras y acciones.

Comunidad

...también ustedes son como piedras vivas, con las cuales se está edificando una casa espiritual

Estamos llamados a trabajar y a crecer junto con todos los creyentes para conseguir nuestra visión. Para un mundo que nos observa somos un modelo de la unidad que Cristo ha hecho posible entre personas de una gran variedad de trasfondos eclesiales y de diferentes naciones. Conectamos unos con otros, nos animamos unos a otros, aprendemos unos de otros y nos retamos unos a otros.

Oración

...para ofrecer sacrificios espirituales que Dios acepta por medio de Jesucristo.

Dependemos totalmente de la ayuda y dirección de Dios en todos nuestros planes y por lo tanto buscamos la voluntad de Dios con regularidad y como entidad para cada uno de los aspectos de nuestra vida como comunidad de IFES. Buscamos que Dios nos guiara al dar forma a nuestra visión y ahora seguimos confiando en Él a medida que hacemos realidad la visión por medio de nuestras prioridades estratégicas.

Prioridades estratégicas de IFES

Para cumplir nuestra visión de crecimiento y la profundidad del impacto, nos centraremos en seis áreas claves, con una dirección que definirá todas las prioridades: la iniciativa estudiantil

1. Comunicar el evangelio de Jesucristo: de forma creativa y clara por medio de las palabras, las acciones y relaciones, en y a través de las culturas
2. Fortalecer el liderazgo y la formación: a través de líderes íntegros, que tengan un impacto en la iglesia, la universidad y la sociedad
3. Fomentar la integración de los estudiantes y graduados: crear discípulos de Cristo para toda la vida, que estén comprometidos con el ministerio estudiantil y a ser testigos en su lugar de trabajo y en la sociedad

4. Conseguir apoyo económico sostenible: a través de una ola creciente de generosidad nacional y personas involucradas

5. Tratar temas globales actuales: como estudiantes, unidos en el cuerpo global de Cristo, ofreciendo una respuesta a los retos contemporáneos desde un punto de vista cristiano

6. Conectar con la universidad: de forma constructiva y valiente, con una cosmovisión bíblica que se desarrolla concienzudamente, mostrando la integración de la fe, la vida y las disciplinas académicas

Bases firmes

Reconocemos que un crecimiento fuerte necesita una base firme, por lo tanto nos dedicaremos a identificar e iniciar la excelencia y la buena práctica en las siguientes áreas:

1. Administración: un ministerio bien estructurado, sabiamente administrado y que honra a Dios

2. Desarrollo de la organización: personas y estructuras que trabajan bien juntas para conseguir objetivos en común

3. Colaboración global: una expresión de nuestra unidad en Cristo, en y a través de las culturas

4. Recursos humanos y cuidado pastoral: personas que son valoradas y apoyadas para servir a Dios con eficacia

5. Investigación e innovación: innovación continua y creativa, recibiendo información de una investigación sólida